



A capacidade interventiva do Programa, da Forma e da Função
O Convento de S. Francisco de Santarém 1242 - 2009

NEUZA TALHÃO

A capacidade interventiva do Programa, da Forma e da Função
O Convento de S. Francisco de Santarém 1242 - 2009

NEUZA TALHÃO

Dissertação orientada pelo Arquitecto José Manuel Soares

aos meus pais . à família . aos amigos de hoje e aos de sempre
às palavras e aos sons que me acompanham

Índice

005	Índice
007	Resumo
009	Abstract
011	Lista de Abreviaturas
015	Introdução

Diacronia do Programa

022	O Convento de S. Francisco 1242 – 1844
040	A Transformação militar 1844 – 1923
048	A Apropriação pública e a Intervenção da DGEMN 1923 – 2008
056	A Actualidade 2009

Intervir na Forma

065	Considerações às práticas de intervenção
076	A Capela-mor
084	O Cobertura
094	A Rosácea

Estabelecer a Função

103	Monumento, Sociedade e Qualidade Urbana
108	Da Envolvente do Convento de S. Francisco
117	A capacidade interventiva da Arquitectura e do Projecto
121	A legitimidade de uma Intervenção: um novo Programa

131	Conclusão
135	Bibliografia
143	Créditos das Imagens
147	Anexos
179	Agradecimentos

Resumo

O estado de degradação do antigo Convento de S. Francisco de Santarém, e o questionamento acerca da capacidade da sua *Forma* assumir um *Programa* que lhe permita desempenhar uma *Função* agregadora na cidade constituem o campo de abordagem deste trabalho.

A partir da compreensão da *Diacronia do Programa* que esteve afecto ao Convento desde a sua fundação, entenderam-se as consequências desta evolução ao nível da forma do edifício. Averiguada a adaptabilidade dos seus espaços, é-nos revelada a sua persistente contemporaneidade que, por indefinição funcional perante a cidade, parecem ser inexistentes na movimentação da população, contribuindo para a diminuição do seu carácter simbólico e referencial.

A desconstrução de um conjunto de conceitos e pré-conceitos ao nível das práticas de intervenção são mote da análise e do confronto com soluções de projecto que visem *Intervir na Forma* dos monumentos. Para o estudo da forma e abordagem das possibilidades de solução isolámos três elementos: *A Capela-mor*, *A Cobertura* e *A Rosácea*. Por se considerar serem casos paradigmáticos do conjunto, poderão na sua abordagem direccionar estrategicamente as opções de um possível projecto de intervenção no Convento.

As possibilidades do monumento, na sua ligação a uma rede urbana mais alargada, ao nível do lote e da sua integração no sistema de espaços públicos da cidade, conduziu-nos a um processo que procura o entendimento das características inerentes ao edifício que sejam propulsoras no desenvolvimento desta perspectiva. Esta noção parte do aprofundamento do que é um monumento e do modo como as características que lhe são inerentes influenciam o meio que o envolve, e ajudam a *Estabelecer a Função* do edifício enquanto membro de uma rede urbana e social.

Para a necessária definição da função que se pretende que o Convento de S. Francisco desempenhe na cidade de Santarém, lançam-se tópicos de discussão que, sustentados por ensinamentos do passado adquiridos pela experimentação, constituirão campo de investigação para uma expectável intervenção ao nível do programa e da forma que transforme o Convento de S. Francisco num espaço de resposta a problemas da cidade onde se implanta, e que nos limites da sua estrutura contribua para melhorar a actividade colectiva.

Abstract

The state of degradation of the former Convent of St. Francisco in Santarém, and the questioning of the ability of its *Form* to undertake a *Program* that allows it to perform a unifying *Function* towards the city constitute the area of study of this thesis.

The analysis of the *Program Diachrony* of the Convent, since its foundation, has led to a more accurate understanding of the consequences of these developments upon the form of the building. Through examination of the adaptability of its spaces, its effective contemporaneity appears clear to us. Even though the city has neglected to define the function of the Convent in the public venue, contributing, in this way, to the reduction of both its symbolic as well as referential characteristics.

The starting point for the analysis and comparison of different design solutions concerning the *Intervention in the Form* of monuments is the deconstruction of the underlying concepts and *preconceptions* of those practices. For the study of form and possible solutions three elements were isolated: *The Main-chapel*, *The Rooftop* and *The Rose Window*. As paradigmatic points in the general structure, they may directly influence any projects regarding possible interventions in the Convent.

The potential of the monument, in its connection to both a specific location and a broader urban network as well as in its integration into the public spaces of the city, has led us to the questioning of the inherent characteristics of the building which are a driving force in this matter. This perception arises from the deepening understanding of the concept of “monument” itself. Moreover, this thesis researches the precise mode in which the inherent characteristics of a monument influence the context that surrounds it and, subsequently, help to *Establish the Function* of the building as part of an urban social network.

In order to define the prospective function of the Convent of St. Francisco within the city of Santarém, several discussion topics, supported by lessons acquired from past experience, will constitute the area of investigation of this thesis, geared towards future interventions on both program and form that transform the Convent into an effective answer to the problems of the city, thereby contributing, within the limits of its structure, to enhance public life.

Lista de Abreviaturas

ADSTR	Arquivo Distrital de Santarém
AEDPHCS	Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém
CSF	Convento de S. Francisco de Santarém
CMS	Câmara Municipal de Santarém
DGEMN	Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1929 – 2004) <i>Organismo extinto em 2004. Todas as suas competências, excluindo as do património classificado, formam em conjunto com as do também extinto Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado – IGAPHE – um único organismo, o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana</i>
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2004 –)
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico (1992 – 2006) <i>Organismo extinto em 2006, fundiu as suas competências ao actual IGESPAR</i>
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico <i>Criado em 2007, a partir da fusão das competências sobre o património classificado da DGEMN e dos extintos IPPAR e IPA – Instituto Português de Arqueologia</i>
MAC	Museu Arqueológico do Carmo
MN	Monumento Nacional
MASJA ou	Museu Arqueológico de S. João de Alporão ou
MMS	Museu Municipal de Santarém
SPAB	The Society for the Protection of Ancient Buildings
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Introdução

Os pontos em que se alicerça este estudo derivam da formulação de uma problemática transversal aos diversos campos de intervenção da Arquitectura, onde se questiona a capacidade de determinada forma arquitectónica absorver diferentes programas e consequentemente o grau dessas implicações ao nível da função que o edifício desempenha no meio em que se insere. Despoletado pelo conhecimento *in loco* da transformação que a Igreja de S. Julião em Lisboa¹ sofreu ao longo da sua existência, o problema foi encontrando no Convento de S. Francisco de Santarém matéria para um entendimento, desconstrução e encontro de caminhos para as suas interrogações, tendo por isso sido constituído como objecto de estudo.

Esta tríade, forma – programa – função, formada a partir da questão base, permite, na individualidade conceptual dos seus componentes, analisá-los com independência. Mas aqui, apesar da análise autónoma dos conceitos em questão constituir uma ferramenta útil na construção do conhecimento do objecto, interessa-nos que apenas funcione como base no apuramento da dimensão e das consequências do seu confronto simultâneo, numa necessária leitura global que possa informar uma primeira fase de projecto.

Apesar de o conceito Forma remeter de modo geral para o que é táctil e observável pela visão humana, sabe-se que toda a matéria tem uma forma, mesmo que indefinida. Assim, considera-se neste estudo que o que a forma táctil delimita, o espaço que é contido, também ele é forma, sendo da tríade o único elemento mensurável.

“As formas organizam assim o espaço, (...) um espaço que constitui também forma, que é como que um negativo do mesmo ponto, poderemos, generalizando igualmente, afirmar que aquilo a que chamamos espaço é também forma, negativo ou molde das formas que os nossos olhos apreendem (...)”²

1 A Igreja de S. Julião é actualmente parte integrante do quarteirão da Baixa Pombalina onde está instalada a sede do Banco de Portugal, para a qual se encontra em curso um projecto desenvolvido pelos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos, que contempla o melhoramento geral das condições do edifício e a intervenção na antiga Igreja, que hoje é parque de estacionamento, sendo que através do novo desenho se transformará em museu do Banco de Portugal.

2 Fernando TÁVORA, *Da Organização do Espaço*, 4ª ed., Publicações FAUP, Porto, 1999 [1ª ed. 1962], p.12.

É a partir ou construindo-se nesta forma espacial que determinado programa passa de um conjunto de intenções mais ou menos esquematizáveis a uma possibilidade de experiência entre o utilizador e as condições criadas ao acolhimento do programa. Este desempenha então um papel impulsionador na formação da relação entre a pessoa que experiencia e as componentes do objecto, na definição da qualidade desta relação. Considerando uma mesma forma simples, onde predomine uma dinâmica de verticalidade, não será semelhante a relação criada se esse espaço for usado num programa de culto ou num programa de mercado, facto que torna esta dicotomia indissociável.

Porém, este sentido objectual, que se sente ser o edifício quando limitado à interacção Homem – Forma – Programa, deixa de existir quando se atenta a Arquitectura como um facto inevitavelmente ligado ao sítio onde se implanta, que faz parte de uma rede que é o território, sendo por ele condicionado e imprimindo-lhe condicionantes, torna-se assim detentor de uma função específica perante a cidade e a população que a habita.

“Considerando que uma das características dos sítios históricos urbanos é formada pelas suas funções variadas, a preservação daqueles não deve ser feita à custa de severas limitações do seu uso, mesmo quando os usos permitidos forem do género chamado de cultural. Esses sítios devem, de facto, proteger necessariamente quer os universos do trabalho, quer a vida quotidiana, através da qual são desvendadas as mais autênticas expressões da heterogeneidade e da pluralidade da sociedade.”³

A função do edifício não é, ainda assim, uma característica adquirida após a sua construção. É na fase de projecto que são seleccionados um conjunto de propósitos, de âmbito urbano, utilitário, simbólico e estético, que se concretizam através do desenho da forma e da articulação do programa estabelecido. Na multiplicidade funcional de um edifício, o *estar em função* de é aqui ter o programa e a sua forma em função do rol de intenções que visam resolver, provocar, criar determinadas situações no território onde se intervém.

Procurando agilizar a produção de resultados ao nível do entendimento do que é a estrutura do Convento, realizou-se primeiramente um reconhecimento – levantamento do estado actual do antigo Convento de S. Francisco, tendo-se a esta altura recuado temporalmente na procura do entendimento da sua evolução enquanto estrutura arquitectónica, onde, em cruzamento com dados ao nível do território, histórico e sociocultural se

3 Comité do ICOMOS Brasileiro, *Primeiro Seminário Brasileiro Sobre a Preservação e Revitalização dos Centros Históricos* - Itaipava, capítulo V, trad. António de Borja Araújo, 2007 [1ª ed. 1987].

pôde construir uma análise.

Paralelamente estudaram-se diversas abordagens que foram constituindo a teoria da intervenção no património arquitectónico. Num cruzamento cronológico de diferentes abordagens onde se introduziram conceitos como *recuperação*, *reconstrução*, *preservação*, *restauro* e *reutilização*, percebe-se a evolução na sua utilização, assim como o confronto com o seu significado.

Num reencontro das duas aproximações, procuram-se e averiguam-se possibilidades de características e especificidades inerentes a um possível processo de intervenção que se defende.

Implantado no exterior do núcleo muralhado devido a um amplo conjunto de questões directamente relacionadas com as necessidades das Ordens Mendicantes, o CSF manteve com este uma proximidade física e social pela qualidade da função que o conjunto desempenhava na vida da urbe. Se, por um lado, as características cruzadísticas dos frades e o posicionamento estratégico de Santarém na rota do Rio Tejo em direcção a Lisboa foram importantes na criação de um sentimento de apadrinhamento real que permitiu erguer o que foi o Convento até à altura da extinção das Ordens Religiosas, por outro lado, o modo como através do seu posicionamento definiu um espaço – o Chão da Feira – permitiu, pelas suas características, desempenhar um papel fundamental na vida económica e social da população. Esta forte relação do Convento com a população teve o seu expoente máximo com a construção de um alpendre, que para além dos seus fins religiosos, servia à realização de actos públicos. Com esta adição a sua forma adequou-se à nova intenção programática, reforçando a função da globalidade do Convento na cidade. Contudo, e apesar da continuidade do seu programa até ao século XIX, a sua forma sofreu alterações quer por acréscimo, quer por outras circunstâncias, nomeadamente episódios sísmicos e incêndios, que foram obrigando a devolver ao edifício a forma que lhe permitisse a continuação do seu propósito funcional.

A apropriação militar do Convento, no início do século XIX, que durou até 1923, trouxe consigo um conjunto significativo de alterações à sua estrutura e à sua espacialidade. A decisiva mudança de programa implicou uma série de adaptações da forma às novas circunstâncias, tendo como consequência uma igual mudança nos rituais de apropriação da sua envolvente, já que o perímetro do Chão da Feira viu o seu uso reduzido a elemento transitório entre o dentro-muralhas e a realidade que lhe é externa. Esta alteração na dicotomia forma – programa determinou o início de importantes transformações ao nível do espaço público, tendo-se alterado a função que o Convento desempenhava, quer ao nível da estruturação da rede desses espaços, quer ao nível da significação social e colectiva dos mesmos.

Após a saída dos militares do Convento, houve um período de impasse que durou até ao início dos anos 50, altura em que a DGEMN inicia um processo de intervenção no edifício, no qual a globalidade dos seus espaços, já desvirtuados pela utilização que dele foi feita, sofreu um agravamento por novo incêndio. O panorama de destruição encontrado pelos técnicos da DGEMN, amplamente documentado por fotografias do seu espólio, fomentou a intervenção que teve como objectivo, devolver a sua forma a um estado espacial, considerado o original, mantendo contudo algumas intervenções da época do Renascimento e do Barroco. Coincidindo temporalmente este período com importantes encontros internacionais de arquitectos e outros técnicos, dos quais resultaram relevantes directivas ao nível da intervenção no património das cidades – Carta de Atenas em 1933 e Carta de Veneza em 1964 – é controversa a avaliação dos métodos utilizados e a forma que resultou da aplicação desses métodos. É neste contexto de perda dos conteúdos programáticos que o foram definindo e de limitação da sua área, pela incorporação de grande parte dos corpos que rodeiam o Claustro na ex-EPC, que em Junho de 1974 a DGEMN lança a *Proposta de Restauro – Adaptação a Museu*⁴ para a Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco de Santarém, proposta que teve parecer negativo por parte da Junta Nacional de Educação por considerar que o edifício não oferecia condições para a integração de um museu de arqueologia da envergadura a que se propunha. Com a sua nova forma, produto da avaliação e interpretação dos técnicos envolvidos, e sem condições nem perspectivas que apontassem para um desenrolar favorável no encontro de novo programa que permitisse ao Convento voltar a desempenhar um papel activo na dinâmica urbana e social da cidade, iniciou-se um longo período de estagnação que, para além de ter aumentado o seu estado de degradação, contribuiu para uma alteração significativa das qualidades da grande área fronteiriça à sua fachada principal, hoje designada Jardim da República, e consequentemente de toda uma rede de usos que envolvia este espaço.

Na década de 90, a CMS em colaboração com o IPPAR, desenvolveram algumas iniciativas que permitiram, para além de um levantamento do estado do edifício, iniciar um processo de sondagens arqueológicas que informaram a elaboração do *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco de Santarém*⁵. Em Maio de 1993, a equipa coordenada pelo arquitecto Bernardo Abrunhosa de Brito⁶ foi distinguida com o 1º Prémio do Concurso. Contudo, em 1996, e após a realização de novas

⁴ Proposta que se encontra anexa ao processo do Convento de S. Francisco no Museu Distrital de Santarém.

⁵ O processo disponível aos candidatos foi consultado através da disponibilização do mesmo pelo Atelier 15, concorrente ao Concurso, já que se verificou a sua inexistência no processo do Convento de S. Francisco supracitado.

⁶ Ofício do Júri do Concurso. Processo do Convento de S. Francisco nº 92/26-15 do IGESPAR - Direcção Regional de Lisboa - Divisão de Salvaguarda.

sondagens na nave central da Igreja, o IPPAR inviabiliza o projecto, acabando por rescindir o contrato com o gabinete vencedor, comunicando posteriormente a desadequação entre as necessidades e características da intervenção e o “formato tradicional de concurso público”⁷, sendo o “ajuste directo”⁸ a solução indicada. Em consequência foi dado o aval para que se endereçasse ao arquitecto Nuno Teotónio Pereira um convite para a realização do projecto. Porém, todas as diligências realizadas resultaram infrutíferas quanto a um possível avanço na intervenção do Convento.

Noventa e dois anos depois de ter sido considerado Património Nacional, o antigo Convento de S. Francisco de Santarém encontra-se fechado ao público por falta de condições de segurança e de estadia que o impossibilitam até mesmo de funcionar como museu dele mesmo. Contudo, foram observadas mudanças no contexto do Convento que podem ser argumento no sustento de uma estratégia que promova uma discussão sobre questões inerentes ao facto de, apesar de continuar a desempenhar uma função de carácter simbólico, que envolve questões ao nível da identidade e memória colectiva, esta se tem revelado insuficiente para fazer confluir esforços para uma intervenção que defina o seu exacto papel na dinâmica da cidade. Destaca-se o facto de a EPC ter sido encerrada e o respectivo conjunto de edifícios e terrenos que lhe pertenciam estarem desde Janeiro de 2009 na posse da CMS.

É neste contexto que, resgatando um conjunto de questões do campo disciplinar da Arquitectura, o presente estudo se propõe analisar, discutir e construir paralelos que possam ser motores a uma decisão de projecto, que aqui se revelam no formato de possibilidades estratégicas que sustentam a necessidade da elaboração de um programa para o Convento.

⁷ Documento oficial emitido em 12.12.2001 pelo então Vice-Presidente do IPPAR, Paulo Pereira. *Op. cit.*

⁸ *Idem.*



Legenda (datas de fundação)

- | | |
|--|----------------------------|
| 1. Convento da Trindade, 1208 | 5. Convento de S. Domingos |
| 2. Convento de S. Domingos das Donas, 1240 | 6. Chão da Feira |
| 3. Convento de S. Francisco, 1242 | 7. Porta de Leiria |
| 4. Convento de Sta. Clara, 1264 | |

Santarém | II “Planta de Santarém - meados do século XVIII”.

O Convento de S. Francisco

1242 - 1844

Apesar de a fundação do Convento de S. Francisco ser datada de 1242, um dos autores mais importantes que sobre ele escreveram (Frei Manoel da Esperança) aponta o facto de esta data ser apenas uma possibilidade, já que ao longo dos tempos o Convento tem sido assolado por vários incêndios que foram destruindo provas efectivas do seu passado¹. Parte das cronologias² referem nesta data da fundação do convento por D. Sancho II a existência de um primeiro Claustro, confirmada por descrição do século XVIII³.

O CSF integra um conjunto de cenóbios erguidos após a entrada das Ordens Mendicantes na vila. Estas estruturas reflectiam no seu posicionamento os conceitos ideológicos dos seus membros, votados à pobreza e dedicados a evangelizar as populações. Localizam-se perto dos aglomerados urbanos, podendo assim os respectivos membros desenvolver a sua missão, receber ajuda para a sua subsistência, tirando partido dos campos para obtenção de algum rendimento. Em Santarém estas estruturas estabeleceram-se no século XIII exteriormente ao núcleo murallhado [I1], sendo que o CSF dista deste “sincoenta passos”⁴. O afastamento da muralha e o facto de se localizar nas imediações de uma das suas portas principais – a porta de Leiria –, que liga a urbe ao norte na direcção de Leiria e à via que acede à Ribeira de Santarém e a Alfange, os dois portos da vila no Rio Tejo, determina que o Chão da Feira, espaço criado entre o CSF, o Convento da Trindade e a porta de Leiria, se constitua como local de importância comercial, religiosa e cívica. A modelação deste terreiro como um vazio não é contudo indiferente aos elementos construídos que o limitam.

A partir da definição do tipo de ocupação destes limites foram criadas estratégias de gestão do espaço público que permitiram criar a sua identidade. É com este sentido de formação de urbanidade que o CSF se implanta no território, estabelecendo com

1 Frei Manoel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal* – Primeira Parte, Officina Craesbeer Kiana, Lisboa, 1656, p.445.

2 Cronologia do Convento de S. Francisco, emitida pela CMS da autoria de Jorge Custódio/Luís Mata [s/d], que integra o processo do *Concurso de Ideias* para o CSF e se encontra no ADSTR e Cronologia presente no processo *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém*, emitido pelo IPPAR em 1992 e cedido pelo Atelier15.

3 Padre Ignacio da Piedade e VASCONCELLOS, *Historia de Santarem Edificada*, Lisboa Occidental, Lisboa, 1740, Livro I, Capítulo XVII, 187.

4 *Idem*.

o existente uma postura de diálogo, não recusando a sua implantação nem as soluções da sua orgânica interna como possibilidade de expansão e criação de nova função social. A fachada principal da Igreja, onde se localiza a sua entrada, é orientada a sudoeste directamente ao centro do Chão da Feira. A parte pública do Convento, a Igreja, estabelece uma relação directa com este espaço, enquanto que as zonas privadas dos frades, o Claustro, os dormitórios, se distribuem a norte, em contacto com os campos onde encontram possibilidades de expansão.

Importa no entanto esclarecer dois conceitos dos quais se encontram utilizações pouco rigorosas: mosteiro e convento. A falta de critério verificada na utilização dos mesmos tem originado indefinições na atribuição dos nomes próprios destes espaços, de acordo com os diversos autores que lhes atribuem nomes próprios distintos, podendo esta ambiguidade originar imprecisões ao nível da pesquisa. Apesar de a maioria dos dicionários correntes de língua portuguesa remeter um conceito para o outro, podem ser imediatamente percebidas diferenças significativas na etimologia dos mesmos. Assim, encontramos que, “mosteiro” provém do grego *monastérion* que significa “residência solitária, mosteiro” e posteriormente, do latim *monasterium* «mosteiro»⁵; já “convento” tem origem no latim *conventus* – «ajuntamento de cidadãos» e por extensão «local de reunião, tribunal»⁶. Desta análise genérica apreende-se imediatamente as diferenças de registo na utilização de cada um dos equipamentos: se no mosteiro, a vida se passa em isolamento, no convento, o contacto com as populações é uma realidade. As diferenças nas duas tipologias têm raiz no modo de vida dos seus habitantes ligados às Ordens, e mesmo a própria Igreja Católica não lhes confere carácter de sinónimo quando na apresentação das definições. De “convento” sublinha que não é um mosteiro, já que este nome é “reservado pelo novo CDC⁷ às casas ou comunidades de monges, cónegos regantes ou monjas”⁸. Por conseguinte, monges e monjas (Ordens Monásticas, que praticam o monaquismo – do Grego “vida isolada” – como prática vivencial⁹) habitam os mosteiros que se localizam em terrenos ermos e no qual se auto-sustentam. Já frades (freires ou freis) e freiras (Ordens Mendicantes dedica-

5 Dicionário electrónico Houaiss da língua portuguesa, versão 1.0.5.

6 *Idem*.

Note-se que *conventu* é também participio passado do verbo *convenire*, traduzido por «reunir-se» na Infopédia, <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/convento> [consultado em 2009-04-16].

7 Código de Direito Canónico, 1983, 2ªed. bilingue, anot., Theologica, BR, in *Enciclopédia Católica Popular*, 2009, http://www.agencia.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.asp?id_entrada=442 [consultado em 2009-04-16].

8 *Enciclopédia Católica Popular*, 2009, http://www.agencia.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.asp?id_entrada=442 [consultado em 2009-04-16].

9 *Idem*, http://www.agencia.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.asp?id_entrada=1268 [consultado em 2009-04-16].

das à evangelização das populações, com as quais estabelecem uma relação conventual¹⁰) desenvolvem as suas tarefas vivendo nos conventos, os quais se erguem na proximidade ou dentro das malhas urbanas, sendo os habitantes dos centros urbanos os alvos das suas missões e a base do seu sustento. Deste modo, e por se tratar de Ordens Mendicantes, todas as estruturas claustrais referidas, e que foram motes no desenvolvimento de Santarém extra-muralhas, denominam-se Conventos.

Gérard Pradalié apresenta, em consequência do acompanhamento “dos trabalhos de escavação e de limpeza de reboco empreendidos pelos Monumentos Nacionais, antes das obras de restauro de 1970”¹¹, uma hipótese do que seria a Igreja no seu período primário [I2]. Porém, fruto dos mesmos trabalhos, foi elaborada uma planta cronológica [A1] na qual se determina as partes edificadas ainda no século XIII, podendo observar-se a presença de outras dependências para além da Igreja e do Claustro, como a Capela de Sto. António, a primeira Sala do Capítulo, a Sacristia e algumas estruturas periféricas ao Claustro [A2a – séc. XIII], detectáveis através do arranque de algumas paredes, já que a sua continuidade não foi objecto de sondagens arqueológicas por estarem na posse da ex-EPC.

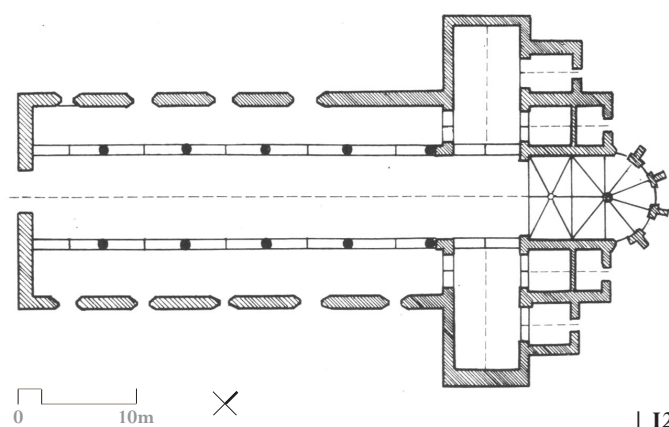
A Igreja, cuja estrutura base ainda se pode ver, constituía-se por meio de planta basilical com entrada axial na sua fachada sudoeste, como já foi referido. Era constituída por três naves com cinco tramos e transepto saliente para o qual abriam as cinco capelas da sua cabeceira escalonada. A Capela-mor era formada por um tramo rectangular, abside de cinco panos contrafortada e definia o eixo maior da cruz latina que se desenhou em intersecção com o eixo maior do transepto. Mas consta ser ainda deste século a introdução de dois vãos ao nível do piso térreo do último tramo na nave lateral direita que acede à Capela de Sto. António e na lateral esquerda um arco ogival faz a transição da Igreja com o Claustro. Apesar de actualmente se verificar que a Capela de Sto. António tem secção quadrada e de as plantas existentes também apontarem nesse sentido, a presença de um arranque de arco ogival na parede sudeste leva-nos a equacionar que a sua planta inicial seria mais alongada com a existência do terceiro arco [I3]. As dependências extra Igreja que se vão acoplando às iniciais, como as capelas, vão contribuindo para produzir um efeito global de densidade planimétrica.

Data de 1282¹² a edificação de um alpendre, prolongamento do espaço da Igreja, que se revelou insuficiente para a quantidade de devotos que se deslocavam ao tem-

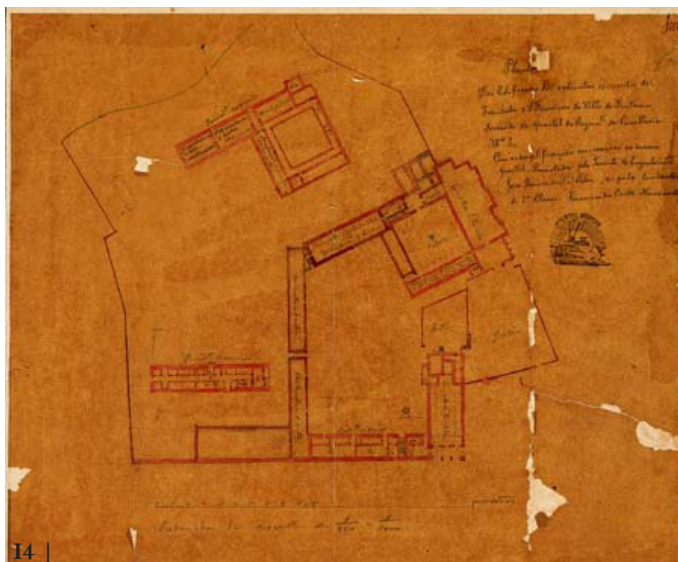
¹⁰ *Idem*, http://www.agencia.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.asp?id_entrada=1377 [consultado em 2009-04-16].

¹¹ Gérard PRADALIÉ, *O convento de São Francisco de Santarém*, 1ª Edição, Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, p.49.

¹² Frei Manoel da ESPERANÇA, *op. cit.*, p.452.



| I2



Igreja do CSF | I2 Planta primitiva por Gérard Pradalié, 1992 | I3 Capela de Sto. António, 2008 | **CSF** | I4 “Planta dos edificios dos extinctos Conventos da Trindade e S. Francisco da villa de Santarem, servindo de quartel do Regim.to de Cavallaria n° 4”, s/d | **Mosteiro dos Jerónimos** | I5 Portal, s/d.

plo¹³. Muita é a controvérsia gerada em torno do que seria este alpendre de S. Francisco ou da Feira¹⁴, em relação à sua cobertura e principalmente às suas dimensões. O testemunho mais antigo diz-nos que “foi necessario estender, & dilatar o alpendre por todo aqille largo espaço, que ainda hoje vemos rodeado de pilares, até chegar à escada, que desce para o campo da feira, & entestar no convento da Santissima Trindade”¹⁵, tendo esta descrição sido adoptada por alguns autores dos séculos XVIII e XIX e vinculada pelo Padre Ignacio Vasconcellos ao afirmar que o alpendre ocupava “uma extensão dupla da da igreja”¹⁶. Ora, sabendo que o corpo da Igreja mede cerca de 38,50m de comprimento e não tendo conhecimento de outra alpendrada que atinja estas dimensões, interessou-nos recolher alguns dados que analisamos.

Na consulta de três desenhos, dois deles do final do século XIX e outro sem data precisa, dos quais se apresenta um *thumbnail* [I4], pode-se observar o desenho de um elemento que precede o pórtico de entrada da Igreja e se abre a um espaço de grandes dimensões, também ele limitado e fronteiro ao Convento da Trindade. Verifica-se num destes desenhos uma distinção no tipo de traço que define os dois espaços externos ao Convento, o que nos conduz a equacionar se se trata de diferentes tipos de elemento vertical, por exemplo diferenciando o que será muro do que constitua uma parede. Ainda assim, o confronto com a Planta da Vila de Santarém de meados do século XVIII [A3] mostra-nos um amplo perímetro cercado por parede descontínua, no qual se marca uma divisão executada com o mesmo desenho. No que respeita à cobertura, Zephyrino Brandão assinala a existência de um telhado “que o defendesse do tempo, como cemitério, em que muitos fieis se mandavam enterrar por devoção”¹⁷, tendo esta informação sido complementada por Nogueira de Brito que descreve um sistema de suporte em abóbadas ogivais suportadas “por colunas de fustes curtos, parecendo que dois feixes de colonelos seguiriam mais para o alto, pois se divisam, com evidencia, claramente interrompidos pela abóbada”¹⁸, que compara às do Mosteiro dos Jerónimos [I5]. Não ficando esclarecida a dimensão exacta do alpendre, assinala-se a possível existência de dois espaços distintos, sendo o mais pequeno contíguo à fachada principal da Igreja do CSF e o de maior exten-

13 *Idem*.

14 Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, *Santarém medieval*, 1ª Edição, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1980, p.133.

15 Frei Manoel da ESPERANÇA, *idem*.

16 Padre Ignacio da Piedade e VASCONCELLOS, *op. cit.*, p.56.

17 Zephyrino N. G. BRANDÃO, *Monumentos e Lendas de Santarém*, David Corazzi Editor, Lisboa, 1883, p.59.

18 Nogueira de BRITO, *Santarém*, Monumentos de Portugal 5, Litografia Nacional Edições, Porto, 1929, p.38.

são com final no enfiamento do que são hoje as Escadinhas das Figueiras.

Independentemente da averiguação das suas dimensões, é, pelo que já foi dito, notório que a sua construção se deveu a uma alteração programática, não do tipo nem das especificidades do seu uso, mas a uma alteração da capacidade necessária para acolher o programa. Verifica-se então que, tendo o alpendre sido erguido para complementar um espaço religioso que se tornou insuficiente na sua área, foi depois utilizado para outros fins, como audiências, celebração de contratos¹⁹, tendo mesmo, em 1477, servido de palco ao juramento do rei D. João II e, em inícios do século XVI, à ordenação do Cardeal D. Afonso²⁰. Respondeu, pela transformação da sua forma, a uma alteração do conteúdo programático, tendo potenciado novos usos, fortalecido a função do Convento na cidade ao nível social, dinamizando a sua envolvente que foi sendo procurada para a implantação de novos programas, nomeadamente habitacionais. Com a construção da cerca no início do século XIV (1315²¹), foi definido o lote do CSF, propriedade privada da Ordem, limitada pelo “muro que rodeava a horta nas traseiras”²². A fachada principal e a fachada sudeste da Igreja mantiveram-se como limites do lote, comunicando de forma directa com o espaço público. Ainda hoje, apesar de o seu perímetro já não existir, é possível perceber as consequências urbanas que o delinear da cerca teve na formação de caminhos, entre os quais os troços mais a sul da Travessa de Sta. Clara e da Rua dos Moinhos e um dos caminhos a norte dos edifícios principais da ex-EPC.

Em 1338, um incêndio assola o Convento, na sequência do qual se dá início à construção do Claustro adjacente à Igreja na “era de 1350”²³ [A2b – séc. XIV]. Das quatro galerias que o constituem, a sudeste e a nordeste foram fundadas por D. Duarte de Menezes, Conde de Viana, e as outras duas pelos “senhores da casa de Villa Real”²⁴. O Claustro desenvolve-se contíguo ao corpo da Igreja, aproveitando este comprimento para fixar a medida de $\approx 36,50\text{m}$ do lado do quadrado que desenha o seu perímetro. As galerias periféricas com $\approx 3,80\text{m}$ de largura centram o núcleo, não coberto, no qual se localiza a cisterna que abasteceu o Convento e permitiu a drenagem do excedente de água. Teria segundo a arqueóloga Maria Ramalho “planta rectangular, com 6 m de largura por 16,5 de comprimento, com oito arcos de pedra ligeiramente ogivais, e nove entradas de água que estariam ligadas a um sistema de escoamento das águas dos telhados, actualmente bastante

19 Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, *idem*.

20 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem*, *ibidem*.

21 Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE. *op.cit.*, p.129.

22 *Idem*.

23 Zephyrino N. G. BRANDÃO, *op. cit.*, p.44.

24 *Idem*, p.42.

destruído”²⁵. A planta central do Claustro contrapõe-se assim à linearidade da planta da Igreja, reflectindo as diferentes características dos seus programas internos, um privado e um público. Ainda no século XIV, a construção da nova Sala Capitular, aberta a meio do lanço nordeste da galeria, veio quebrar o facto de as entradas existentes no Claustro até então permitirem uma leitura da máxima dimensão do espaço, já que se localizam sempre nas extremidades de cada lanço, assim como introduziu uma nova linha de força que descentralizou o núcleo do pátio.

No reinado de D. Fernando [1367 - 1383], continuaram ainda as obras de ampliação do Convento²⁶ “em todos os seus edifícios, edificando de novo algumas oficinas de pedra, cal, e madeira”²⁷. A contínua “predilecção deste monarca por Santarém”²⁸ ficou patente na ordem de fazer transladar o corpo de sua mãe, D. Constança, de S. Domingos de Santarém para o CSF²⁹. Em 1380³⁰, inicia-se a construção de um Coro-médio³¹ que ocupou os três tramos centrais dos cinco que a nave tem e no qual, três anos mais tarde, D. Fernando é sepultado junto ao cadeiral³². O piso superior deste coro encontrava-se ao nível dos capitéis das colunas que suportavam os arcos ogivais e dividiam a nave principal das naves laterais. As três abóbadas ogivais que suportavam este piso apoiavam-se nos oito pilares compostos de doze colunas adossadas que suportavam o desenvolvimento do cle-restório e se serviram dos pilares primitivos como núcleo.

Por ser habitual proceder-se à sepultura no solo da Igreja, do Claustro e no das capelas, a introdução deste novo elemento na nave principal da Igreja do CSF não constituiu uma novidade no programa do Convento. Contudo a importância das personagens

25 Maria de Magalhães RAMALHO, “Trabalhos Arqueológicos no Convento de São Francisco de Santarém”, *I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico – Santarém, 6 – 8 de Novembro de 1992 – Actas*, Câmara Municipal de Santarém, 1994, p.221.

26 Vítor SERRÃO, *Santarém, Cidades e Vilas de Portugal* 11, 1ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p.34.

27 Padre Ignacio da Piedade e VASCONCELLOS, *op. cit.*, p.189.

28 Jorge CUSTÓDIO *et alii*, *Santarém cidade do mundo*, 1ª Edição, Vol. I. CMS, Santarém, 1996, p.83.

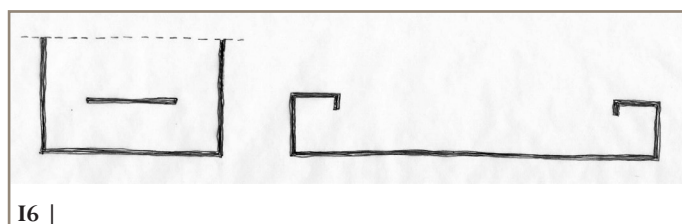
29 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem*, *ibidem*.

30 *Idem*.

31 Apesar de a maioria dos autores consultados utilizarem o termo *coro-alto* quando se referem à primeira versão do mesmo, e de Vítor Serrão o denominar *Coro-baixo*, no presente estudo opta-se por *coro-médio* para designar este primeiro posicionamento do coro, de acordo com Mª João M. RODRIGUES *et alii* in *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura* que definem *Coro-alto* “quando se encontra junto a e sob a porta principal da igreja”, *Coro-baixo* “quando está situado atrás do altar-mor e *coro-médio* quando se situa no extremo da nave central, antes do cruzeiro ou capela-mor”.

Nota-se o facto de alguns autores apontarem o ano de 1350 para a primeira edificação do *coro-médio* (consultar nota 24), contudo esta fonte considera-o posterior pelo apuro do seu desenho. Tendo também em conta os escritos de Padre Ignacio Vasconcellos (*Op. cit.*, p.189) e Zephyrino Brandão (*Op. cit.*, p.52), que referem o rei D. Fernando como mandatário da construção do *coro-médio* (consultar nota 24), o ano de 1350 é incompatível com o início do seu reinado em 1367.

32 Frei Manoel da ESPERANÇA, *op. cit.*, p.447.



I6 |



I7 |

Igreja do CSF | I6 Esquema volumétrico comparativo entre o Coro-alto e o Claustro | **I7** Capela de Sta. Ana: sobreposição do arco abatido ao ogival, 2008.

ali sepultadas e o seu poder económico permitiram que a forma de acolher um mesmo uso pudesse ter formalização díspar. Verifica-se aqui que, na resolução de igual conteúdo programático, dependendo das condições de quem encomenda, as soluções formais podem partir de conceitos aparentemente opostos, como é a sepultura sob ou sobre o pavimento. O impacto que teve na espacialidade interior da Igreja foi significativo. Quebrou a sensação de verticalidade provocada pelo elevado pé-direito ao cortar o espaço central, e apesar de manter ao nível planimétrico o seu sentido linear, formou-se um núcleo central semelhante ao do Claustro, mas inverso nas suas volumetrias [I6]. A zona central descoberta do pátio correspondia na Igreja ao espaço central contido e coberto e as galerias intimistas do Claustro foram na Igreja um deambulatório, coberto, com forte sentido vertical, formado pelas duas naves laterais e pelos tramos das extremidades da nave central.

Durante o século XV, foi mantida a campanha de ampliação do Convento que foi alterando a sua volumetria através da instituição de novas capelas [A2c – séc. XV] que romperam a fachada sudeste da Igreja e ocuparam parte da área do que são hoje a Capela de Sta. Ana, a Capela dos Ossos, a porta Travessa e a Capela de Francisco de Barros. Em continuidade com a hipótese anteriormente apontada no que respeita à Capela de Sto. António, é de salientar que a Capela de Sta. Ana, apesar de hoje ser acedida por meio de um arco abatido e de possuir uma planta quadrangular, apresentar vestígios de um arranque de um arco ogival da mesma dimensão da das outras capelas instituídas, sobreposto pelo arco actual [I7]. No ano de 1530, o Convento integrou nas suas instalações o Hospital da Ordem³³, alterações cujas consequências espaciais se desconhecem. O ano seguinte foi marcado pelo primeiro terramoto sentido no CSF³⁴ e, em 1580, é atingido por um novo incêndio³⁵. Equaciona-se o facto de terem sido estes infortúnios, os causadores do desabamento da capela-mor que foi substituída mais tarde por uma capela de planta rectangular. Também estas contrariedades precederam também uma importante modificação no *skyline* que o edifício do CSF delineou aquando da construção de uma torre sineira. Foi em 1559³⁶ que no perímetro onde existe hoje a capela de Francisco de Barros se ergueu uma torre da qual não se conhece nenhum registo iconográfico. A existência de um volume com características diversas é denunciada pela espessura das paredes desta capela, que é dupla das restantes paredes. A introdução de um elemento vertical que se destaca da res-

33 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*.

34 *Idem, ibidem*.

O terramoto de 1531 é denominado terramoto de Vila Franca de Xira.

35 *Idem, ibidem*.

36 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*.



Igreja do CSF | **18** Fissura entre os dois tramos do Coro-alto, 2008 | **19** Cornija do segundo tramo do Coro-alto, 2009 | **110** Capitel de colunelo adossado do primeiro tramo do Coro-alto, 2009.

tante volumetria, para além da sua finalidade de anunciar os rituais que se desenvolviam na Igreja, é um gesto de cariz urbano que reforçou o Convento, por meio da torre sineira, com uma forte função referencial.

A mudança sentida no exterior da Igreja foi acompanhada de uma alteração no corpo da mesma. Desfez-se o coro-médio, voltando a erguer-se “sobre a porta principal, ficando menos comprido mas tendo os mesmos fundamentos do outro que estava no meyo da Igreja”³⁷ [A2d – séc. XVI]. Passa então a denominar-se Coro-alto, por se localizar junto à fachada da entrada, e a ocupar os dois primeiros tramos da nave principal de modo a melhorar a iluminação da Igreja afectada pela localização inicial do Coro³⁸. Devido ao estado de ruína em que se encontra a parte superior do Coro-alto, a fissuração que ocorreu entre os dois tramos [I8] permitiu detectar a existência de uma cornija com partes em baixo-relevo ornada com pelo menos um brasão visível [I9], conduzindo-nos ao entendimento do que terá sido o processo de alteração do Coro-médio para o Coro-alto. Assim, esta segunda abóbada, pela decoração agora perceptível, terá sido a primeira da sua antiga versão onde a cornija rematava o seu perímetro, tendo sido a única que não foi deslocada na mudança do coro. A primeira abóbada foi certamente obtida a partir de uma das duas restantes do Coro-médio. Relativamente à abóbada não colocada, pensa-se que tenha sido desmantelada e usada noutro aparelho, referindo-se a identificação de um capitel com decoração igual a um conjunto de capitéis do primeiro tramo do Coro-alto [I10] nas peças soltas que foram sendo armazenadas nas galerias do Claustro.

O túmulo de D. Fernando foi levado para o Museu do Carmo em Lisboa por Possidónio da Silva, fundador do mesmo, onde se encontra actualmente. Do seu posicionamento no Coro antes de ter sido retirado do Convento, sabe-se que “collocaram o tumulo real de maneira que o espelho do frontespicio tem ametade da sua altura tapado por uma tosca parede!... por este motivo ficou a fachada defeituosa e tirou-se a beleza ao óculo do templo”³⁹. Esta transformação no corpo da Igreja, que transferiu para a extremidade da entrada as qualidades de um espaço inicialmente central ao volume, conferiu ao acto de entrar na Igreja um novo modo de a experienciar. Construída segundo as premissas do estilo Gótico, a colocação do Coro após o portal de entrada na nave veio atrasar o efeito produzido pela tensão vertical que as três naves produzem.

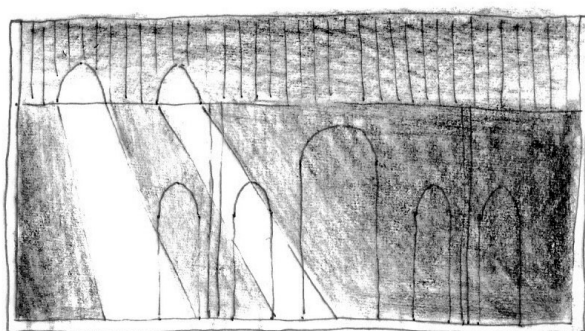
Segundo a Planta Cronológica elaborada pela DGEMN [A1] e a afirmação de Vítor Serrão⁴⁰, foi ainda na primeira metade do século XVI que se sobrepôs ao arco ogival

37 Padre Ignacio da Piedade e VASCONCELLOS, *op. cit.*, p.189.

38 Frei Manoel da ESPERANÇA, *idem*.

39 Joaquim Possidonio Narcizo da SILVA, capítulo *Estremadura*.

40 Vítor SERRÃO, *idem*, p. 34.



I13 |

Igreja do CSF | I11 Capela das Almas - Panteão dos Menezes, 2008 | I12 Capela de Jesus: bases do arco do séc. XVII, 2009 | I13 Esquiço de corte transversal pela transepto da Igreja: iluminação.

da capela de Sta. Ana, um arco abatido de altura superior às das restantes capelas laterais. Entende-se ter sido nesta campanha que se encurtou a capela de Sto. António, eliminando o último arco da parede sudeste, do qual ainda se vê um arranque e que permitiu ao arco da Capela de Sta. Ana ter uma largura semelhante à do arco de Sto. António.

O início do século XVII (1600) é marcado pelo deflagrar de outro incêndio, ao qual se seguem algumas reformas realizadas com donativos de Filipe II⁴¹ para que se atenuassem os seus efeitos. Em 1635, o arquitecto Pedro Nunes Tinoco foi o responsável pela intervenção na Capela das Almas, panteão da família Menezes desde 1572⁴² [I11], tendo alterado a sua orgânica interna e a relação com os espaços da Igreja e do Claustro [A2e – séc. XVII]. A parede que dividia o transepto da primeira sala Capitular foi destruída de modo a ampliar a Capela para sensivelmente o dobro da sua área. Esta transformação quebrou a simetria da planta da Igreja e enfatizou a perda do sentido unitário do transepto, criada também pela construção de arcos com bases largas [I12]. Ao nível interno, a abertura de quatro novos vãos na cobertura trouxe à Capela uma nova iluminação que não se encontra noutro compartimento do cenóbio e contribui para o desequilíbrio entre os dois braços do transepto, já diferentes em tamanho [I13]. Foi aberto um vão de posição simétrica ao da Capela de S. Sebastião que permitiu o acesso directo ao Claustro e interceptou o seu eixo de percurso com o que procede da Igreja, percebendo-se aqui o primeiro cruzamento entre o que são os percursos públicos e privados do Convento.

Apesar de existirem dados concretos que têm permitido tecer considerações acerca da dimensão do Convento, é apenas a partir das publicações do século XVIII que se obtêm testemunhos das dependências que constituíam o CSF na referida data. Um inventário esquemático informa que em 1740 tinha “tres dormitórios de bastante grandeza, e mais alguns corredores, que são serventias para elles, hum grande refeitório, e todas as officinas, que são próprias do estado religioso, com huma grande cerca”⁴³. Ainda contabiliza oito capelas e outras dependências como a Casa da Portaria, a Sala do Capítulo, a Aula dos Estudos e o Alpendre [A2f – séc. XVIII]. Já com uma história farta de episódios de destruição, em 1755 assistiu-se ao terramoto mais violento que provocou a ruína de grande parte do Convento e danificou alguns espaços da Igreja⁴⁴, nomeadamente a Capela-mor, a Capela de Sta. Ana e a Torre sineira⁴⁵. Afectado na sua forma e lesado nas condições necessárias para cumprimento do seu programa, indica-se este momento como

41 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*.

42 *Idem*. Os túmulos existentes nesta capela encontram-se expostos no MASJA em Santarém.

43 Padre Ignacio da Piedade e VASCONCELLOS, *op. cit.*, p.200-206.

44 Jorge CUSTÓDIO *et alii*, *op. cit.*, p.227.

45 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*.



I14 |



I15 |

CSF | I14 Nave lateral esquerda da Igreja, 2008 | I15 Galeria Sudoeste do Claustro, 2008.

o início da deterioração formal da estrutura do Convento e consequente desvalorização da sua posição enquanto função polarizadora e dinamizadora da cidade.

Em 1807, no início das invasões napoleónicas comandadas por Junot, a Igreja do CSF⁴⁶ foi alvo de profanação pelas tropas que passaram em Santarém antes de atingirem Lisboa. O seu destino militar foi aqui lançado para dez anos após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, momento em que o Convento ficou devoluto possibilitando a profanação de túmulos e campas, aí se instalar o 4º Regimento de Cavalaria⁴⁷.

Apesar da destruição na qual constava estar o edifício à data da ocupação pela Cavalaria, importa aqui compreender o conjunto edificado aquando da sua adaptação a um programa militar. O Convento, que acolhe um programa de cariz essencialmente religioso, desenvolve-se na articulação entre três subprogramas internos que correspondem a três composições espaciais diferentes [A2f]. A Igreja, com uma composição linear, na qual se assume a linha longitudinal do rectângulo que define as suas naves como eixo iniciado na entrada direccionando-se axialmente à capela-mor. Este eixo dominante funciona também em equilíbrio com o eixo maior do transepto, como suporte às variações produzidas pela abertura das Capelas laterais. O Claustro anexa-se à parede noroeste da Igreja num sistema central de um quadrado definido por galeria perimetral ao pátio e introduz no conjunto, em oposição ao corpo da Igreja, uma forma estática que articula as diferentes zonas do Convento, unindo as diferenças por meio da sua neutralidade. Num princípio de adição surgem as restantes dependências que servem a habitabilidade dos frades, os dormitórios e as salas destinadas ao desempenho das práticas religiosas. Estes espaços caracterizam-se por serem contíguos aos dois grandes volumes da Igreja e do Claustro, contribuindo para uma composição densa de compartimentos intercomunicantes.

Na análise do conjunto consideraram-se quatro eixos estruturantes da composição sobre os quais assentam os percursos internos (público e privado) permitindo assim perceber o seu grau de independência [A10]. Na parte pública do Convento, a possibilidade de percurso limita-se à nave principal e às naves laterais da Igreja, num circuito fechado no qual o início também é o fim. Já os percursos privados, que circulam pelo Claustro e restante Convento, surgem independentes do circuito público, existindo mesmo a possibilidade de nunca serem interceptados. O único ponto onde tal pode acontecer é no tramo antecedente ao transepto, facto que enfatiza o vão pelo qual se acede da Igreja ao Claustro, momento de passagem entre duas espacialidades em que se opõe um recinto com $\approx 17\text{m} \times 36\text{m}$ que varia entre ≈ 7 e 16m de altura [I14] e uma sequência de galerias com $\approx 36,50\text{m} \times 3,80\text{m}$ e altura aproximada de 5m [I15] [A11]. Volumetricamente, o

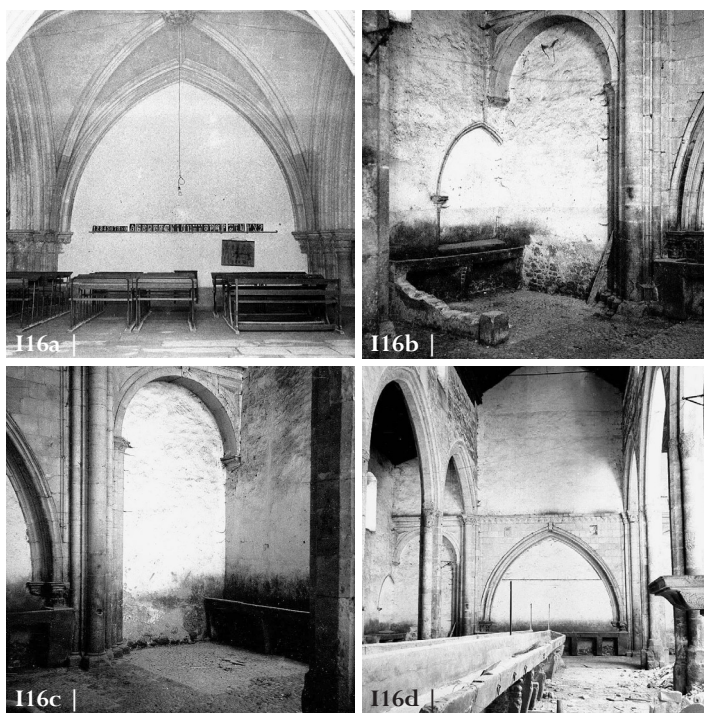
46 Zephyrino N. G. BRANDÃO, *op. cit.*, p.53.

47 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*.

Convento combina a massa que se envolve ao Claustro de dois pisos com janelas estreitas e repetidas com o volume da Igreja que se apresenta num jogo de alturas que hierarquizam os correspondentes espaços internos correspondentes. A nave principal, o transepto e a Capela-mor elevam-se com uma cobertura de duas águas a $\approx 16\text{m}$ da cota de entrada (a mais alta do conjunto) enquanto as naves laterais, com cobertura de uma só água, têm a sua cota mais elevada imediatamente abaixo do peitoril das janelas do clerestório ($\approx 12\text{m}$). As restantes coberturas variam em altura, sendo esta sempre inferior à cota do beiral da nave lateral ($\approx 9,50\text{m}$).

A dualidade no que respeita à circulação também pode ser verificada na composição dos planos das fachadas. Exteriormente, é o corpo da Igreja que se mostra através da sua forma e posicionamento das janelas e porta. O interior é marcado pela importância que a composição das fachadas do Claustro representa. Enquanto a repetição do módulo das arcadas e das janelas do piso superior do Claustro confere um sentido unitário ao que as envolve, as variações na volumetria e no modo de iluminar os espaços interiores antecipam uma organização espacial hierárquica. É através da primeira linha de vãos da Igreja, localizada nas naves laterais (fachadas sudeste e noroeste), que grande parte da iluminação das naves é realizada. Contudo o sentido vertical que se sente na apropriação do volume é conferido pelas janelas maineladas de duas luzes do clerestório, iguais às das naves laterais mas de menor dimensão, que se posicionam a uma altura de $\approx 12\text{m}$, muito acima do que é o nível do olhar humano. O óculo da fachada principal localizado acima do pórtico de entrada com gablete é de grande importância na iluminação deste espaço, já que para além de se situar a sudoeste recebendo a luz mais baixa do final do dia, adiciona mais um vector de força ao eixo que se direcciona à Capela-mor. As cinco capelas da cabeceira apresentam vãos estreitos e altos que pela sua orientação solar a nordeste recebem pouca luz. A Capela das Almas introduz no conjunto uma nova forma de iluminar, feita através de aberturas ao nível da cobertura, que transforma a luz em feixes directos e mais intensos.

A articulação da forma do CSF revela um conjunto de características, ao nível volumétrico, de composição de fachadas, de iluminação, que lhe permitiram em paralelo com uma eficaz distribuição programática, contribuir para o sucesso dos propósitos enquanto Ordem Religiosa e na sua relação com a população.



Coro-alto da Igreja do CSF | I16a Vista de baixo do coro para a nova parede de 1948 | **I16b** Encerramento do arco de acesso à Capela da Porta Travessa e nave lateral direita, 1948 | **I16c** Encerramento do arco da nave lateral esquerda, 1948 | **I16d** Vista da nave principal à nova parede, 1948.

A Transformação militar

1844 - 1923

*Da bela igreja gótica, fizeram uma arrecadação militar; andou a mão destruidora do soldado quebrando e abolando esses monumentos preciosos, riscando com a baioneta pelo verniz mais polido e mais respeitado desses jazigos antiquíssimos; os labores mais delicados esmoucou-os, degradou-os. Levantaram as lajes dos sepulcros; e ao som da corneta militar acordaram os mortos de séculos, cuidando ouvir a trombeta final...*⁴⁸

Uma boa parte dos testemunhos que descrevem criticamente o CSF chegam-nos após o mesmo ter sido apropriado pelo 4º Regimento de Cavalaria no ano de 1844. Dois anos depois desta transformação que foi a mudança de programa, o modo como estava a ser usado pelos militares já suscitava questionamento e chegava à esfera literária através de Almeida Garrett na obra *Viagens na Minha Terra*, do qual se cita acima um excerto.

As diferentes necessidades espaciais de um quartel de cavalaria conduziram a uma significativa alteração na espacialidade do edifício quando este respondia ao programa de convento. É através de duas plantas do Quartel do Regimento de Cavalaria N° 4 [A2g – séc. XIX] que se pode entender as implicações da transformação do Convento em Quartel. Pode-se contudo estabelecer *a priori* a existência de dois tipos de modificação: a ocorrida para protecção do interior do edifício, em consequência da destruição causada pelo terramoto de 1755 e a que se executou em função do espaço necessário para cumprir as exigências do novo programa.

As alterações na Igreja foram expressivas, tendo modificado a leitura dos espaços e a sua apropriação. O corpo da Igreja viu as três naves serem divididas, tendo sido isolados os dois tramos do Coro-alto da restante Igreja por meio de uma parede que se elevou até à cobertura [I16]. Foi tapado o arco de entrada na Capela da Porta Travessa que ficou dividido a meio pela parede do Coro, tendo-se mantido os arcos da Capela de Francisco de Barros e de S. Cristóvão. Como o compartimento criado sob o Coro-alto, denominado Sala do Capítulo, ficou sem ligação à Igreja e consequentemente com escassa iluminação, foram abertas duas janelas na fachada principal ladeando o portal e uma nova porta ligou este último ao Claustro. Para além da divisão espacial da nave, o prolongamento superior

⁴⁸ Almeida GARRETT. *Viagens na minha terra*. Clássicos da língua portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, 1978 (1ª ed. 1846), p.181-182.



CSF | 117 Vista da fachada principal, 1948 | **118** Vista da fachada sudeste da Igreja, 1948 | **119** Vista da fachada nordeste da Igreja, 1948.

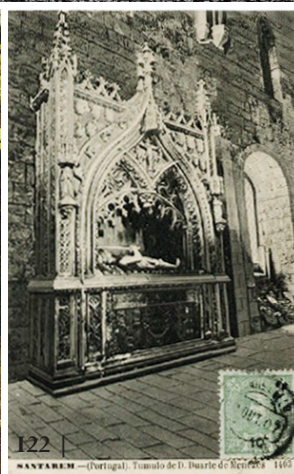
da parede permitiu encerrar a abertura que se considera ter sido provocada pela destruição da cobertura destes dois primeiros tramos e da parte superior da fachada principal no decorrer dos incêndios e terremotos que foram destruindo o edifício [I17]. Na sequência desse desmoronamento construíram-se dois volumes equivalentes ao prolongamento das naves laterais até à fachada principal onde se localizaram as áreas de apoio médico, às quais se acedia por meio da escada do corpo a sudoeste do Claustro. Entre os dois volumes formou-se um terraço rematado na fachada com ameias, coroamento que se estendeu a outros volumes da Igreja [I18]. Os três tramos mais próximos ao transepto serviram de cavalaria, mas mantiveram a estrutura das três naves, os arcos da Capela de Sto. António, de Sta. Ana e da Capela dos Ossos, que foi ampliada rodeando a de Sta. Ana. Na nave lateral esquerda foi fechado o vão oposto à Capela de Sto. António, por onde se acedia ao Claustro, e aberto um novo, oposto à Capela dos Ossos. O transepto perdeu a sua qualidade de espaço uno, já que os seus braços foram encerrados, impossibilitando o acesso às duas capelas das extremidades da cabeceira: a Capela de Jesus transformada em oficina de pintura e a Capela das Almas que “perdeu esse nome para servir de depósito de cantaria, e de casa de ensaio da charanga de um regimento”⁴⁹. Aberta ao corpo central e como ponto de acesso ao exterior, restou a antiga Capela de S. Benedito, visto que também se encerrou a capela-mor que deu lugar à carpintaria e a Capela do Menino Perdido, da qual só restava uma parte [I19]. Todas as alterações descritas levaram à criação de um novo espaço composto pelos três tramos da Igreja e pela zona central do transepto, vinculado pelo uso comum de cavalaria que lhe foi atribuído e largamente criticado pelos autores da época, em cujo discurso é recorrente a comparação entre os programas de convento e quartel.

*Hoje, em vez de hymnos entoados pelos franciscanos em louvor da divindade, repetem os ecos da igreja de S. Francisco o rinchar dos cavallos presos as manjedouras, que substituem os seus antigos altares.*⁵⁰

As dependências do perímetro do Claustro foram estruturalmente mantidas. Das alterações consta a edificação de um compartimento contíguo à antiga Sacristia transformada em arrecadação e onde funcionou a Sapataria. Outras modificações verificam-se ao nível da compartimentação interior dos volumes, facilmente perceptíveis pela espessura das paredes construídas naquele tempo, espessura essa muito inferior à das paredes primitivas. Na sua maioria, esta envolvente passou a funcionar como caserna e arrecadações. Somente a Sala do Capítulo e a Capela da Ordem Terceira serviram de palheiro.

49 Zephyrino N. G. BRANDÃO. *Op. cit.*, p.42.

50 *Op. cit.*, p.53.



120 Claustro do CSF, vista da fachada noroeste, 1948 | **121** Túmulo de D. Fernando, exposto no MAC | **122** Cenotáfio de D. Duarte de Menezes, exposto no MSJA, 1913.

O Claustro foi de todo o conjunto a área que menos alterações sofreu. Ainda assim, dos sete tramos que constituem a galeria noroeste, quatro viram os dois arcos ogivais geminados serem substituídos por um arco de volta perfeita, quebrando assim a estabilidade de composição de fachadas que o Claustro demonstrava [I20]. Desconhece-se o motivo desta alteração, mas é facto que ampliou as dimensões de acesso ao pátio onde se localizavam os bocais da cisterna e o lavabo. O pavimento das galerias era coberto por inúmeras lajes de sepultura que foram retiradas para que “não escorregassem os cavallos”⁵¹ e aproveitadas para “lagear de novo as quatro ruas, que dividem os canteiros do pátio”⁵², o que conduziu a uma perda de cota nas galerias e a um desnível de cerca de 60cm em relação ao mesmo. Também o sistema de circulação foi alterado pela introdução de alguns vãos e encerramento de outros, especialmente nas paredes das galerias sudeste e noroeste. Todavia, a não afectação da sua planimetria quadrangular garantiu a estabilidade da sua composição e a continuidade de um espaço neutro nas suas linhas de força que permitiram absorver toda a diversidade envolvente.

Em 1870, a Sala do Capítulo sob o Coro-alto, única sala que ainda não estava a ser utilizada pelo exército segundo a legendagem da planta de 1863, é adaptada a instalações militares⁵³, facto que pode ser verificado por uma planta do Quartel de S. Francisco⁵⁴ [A4]. No ano de 1872, o edifício do antigo Convento passa a albergar o 7º Regimento de Cavalaria para no ano seguinte dar lugar ao 3º Regimento de Artilharia⁵⁵.

Após as denúncias que foram sendo feitas sobre a forma como estaria a ser utilizado todo o património do Convento, Possidónio da Silva⁵⁶ obteve aprovação da CMS para transferir para o Museu do Carmo os túmulos de D. Fernando [I21] e de D. Constança⁵⁷, tendo ficado ainda na posse militar o cenotáfio de D. Duarte de Menezes [I22] que só em 1928 foi entregue ao MMS [A5]. Mas o processo de alienação de peças do Convento não foi realizado apenas por via institucional, já que datam de 1910 duas cartas, uma de pedido para venda de pedra tumular [A6] e a outra para cedência de umas ombreiras [A7]. O início do século XX é marcado por mais um abalo sísmico com epicentro em Benavente⁵⁸

51 *Idem, op. cit.*, p. 43.

52 *Idem.*

53 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem.*

54 Apesar de a referida Planta não apresentar referências temporais, pensa-se ser do final do século XIX, já que em comparação com a Planta geral do Anexo 8 [A8] pode-se verificar que as duas apresentam os mesmos limites da área construída e os mesmos limites ao nível do espaço exterior à igreja.

55 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem.*

56 Possidónio Silva foi o fundador do Museu do Carmo em Lisboa e um dos autores que denunciaram através dos seus escritos a forma como o Convento foi apropriado pelo exército.

57 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem.*

58 Benavente localiza-se a cerca de 40km a sul de Santarém e foi epicentro do Terramoto de 1909.



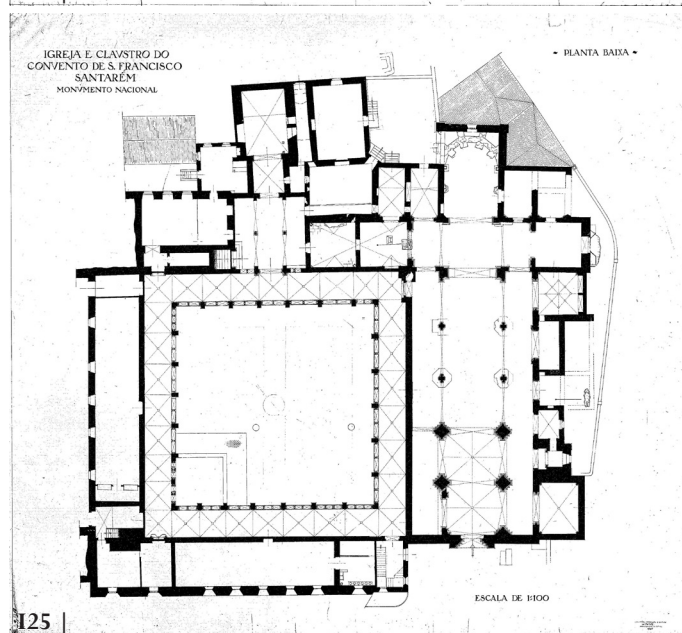
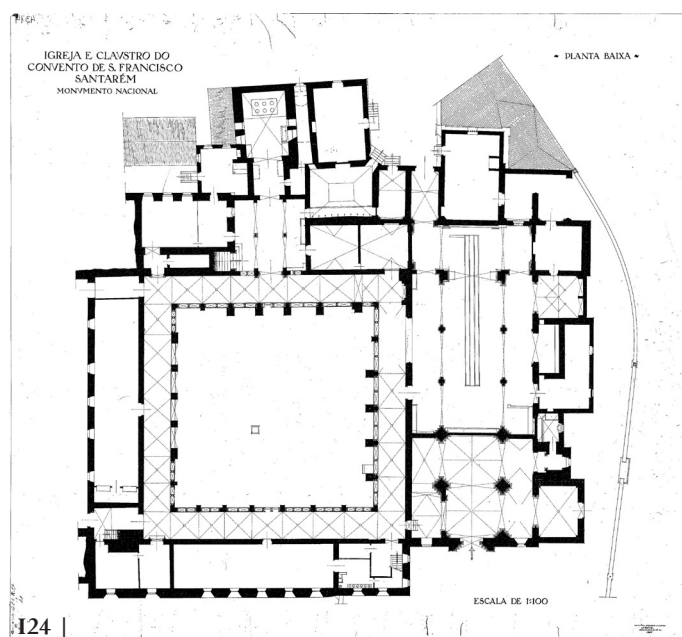
123 Fachada Nordeste da Igreja do CSF: entradas pela Capela de S. Benedito e pela Capela de S. Sebastião, s/d.

que precedeu a promulgação do decreto que declarou a Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco como Monumento Nacional⁵⁹ e o fim da ocupação militar em 1923.

As alterações produzidas no CSF durante este período, apesar de não terem modificado o seu sistema de suporte, transformaram a sua forma e a composição dos sistemas internos, em adaptação ao que foi a nova utilização do Convento. A divisão dos compartimentos, que em alguns casos já existia mas cuja utilização tinha sido alvo de uma distinção através de diferenças de altura e tipos de iluminação, foi efectuada através da construção de paredes, modificando todo o conceito espacial existente, marcado pela fluidez que proporcionava aos percursos.

A fragmentação dos circuitos internos foi acompanhada pela criação de três novas entradas na que era a área da Igreja, tendo-se mantido o portal da fachada sudoeste. As outras três entradas surgem na oficina de pintura através do desaparecimento da Capela de N. Sra. Da Piedade, na Capela de S. Cristóvão e na de S. Benedito [I23], nas quais os vãos de iluminação a cotas superiores deram lugar a vãos à cota do pavimento, num acto de mundanização de um espaço que foi sagrado. Contudo, o aumento considerável das ligações ao exterior não implicou necessariamente o reforço da função que o edifício do antigo CSF desempenhava perante a cidade. O novo programa, que não previu qualquer utilização civil, determinou o início do que seria um processo de distanciamento entre a população e o edifício, pela impossibilidade de usufruto daquele espaço apesar de ser pertença do Estado. Embora o Convento tenha continuado a exercer uma função de referência na cidade, possível em boa parte através do seu programa de Convento, tornou-se incapaz de atrair as pessoas para esta zona da cidade. O facto de fazer parte da “muralha” criada pelos Conventos Mendicantes no século XIII, a sua proximidade com o Convento da Trindade e a construção que a ele se foi anexando, fê-lo constituir-se como fim (finalidade) do sistema urbano, já que não é uma zona de passagem ou de ligação com outros pólos da cidade. A inexistência de um motivo que conduzisse as pessoas àquele recinto determinou-lhe o isolamento dos circuitos urbanos, do qual não conseguiu recuperar.

59 Dec. n.º 3 027, DG 38, de 14 Março 1917. Lista de Monumentos Nacionais do IPPAR em 2001.



0 10m X

I24 Planta Baixa, Igreja e Claustro do CSF, 1945 | I25 Planta Baixa, Igreja e Claustro do CSF, após intervenção de “limpeza”, s/d.

A Apropriação pública e a Intervenção da DGEMN 1923 - 2008

Já fazendo parte do domínio público, o CSF foi palco de mais um incêndio em 1939⁶⁰ que aumentou o seu grau de destruição. Mas só em 1953⁶¹ a DGEMN, organismo encarregue da protecção dos edifícios Monumentos Nacionais, iniciou um ciclo de intervenção. Contudo, só em 1956 é que a mesma entidade passa a ter a tutela do espaço, um ano depois de se ter começado o processo de adaptação do vizinho Convento da Trindade a EPC⁶². A questão da atribuição da qualidade de monumento a determinado conjunto arquitectónico imputa ao mesmo uma série de condicionantes que podem, dependendo do aproveitamento que delas se fazem, conduzir ao sucesso ou insucesso do monumento como elemento estruturante na gestão do espaço público. A legislação existente, apoiada na Lei de Bases do Património Cultural⁶³ define e rege as condições do que se considera monumento. Sobre a definição e a criação deste conceito falaremos adiante onde se explora diferentes correntes de pensamento. Neste caso, a denominação de MN não foi suficiente para impedir a apropriação de grande parte das estruturas conventuais de S. Francisco englobadas na EPC.

Data de 1945 uma planta de levantamento [I24], através da qual se pode verificar o estado da Igreja e do Claustro do CSF após a ocupação militar e depois do incêndio. Com um nível de desenho cuidado pode-se perceber um pouco melhor do que teria sido o modo de ocupar os espaços pelo exército e o método construtivo presente nas diversas coberturas. Esta informação, para além de ter documentado as obras da DGEMN já enunciadas, serviu de base ao que parece ser uma planta de intenções da intervenção a realizar, com data do mesmo ano [I25]. Basicamente, a nova planta “propõe” retirar os elementos construídos pelos Regimentos militares que passaram pelo Convento, abrir vãos existentes que foram tapados e encerrar os que foram abertos num processo apelidado de “desobstrução”⁶⁴, “demolição e limpeza que permitissem identificar qual seria a estrutura

60 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*.

61 *Idem*.

62 *Idem*.

63 Decreto-Lei n.º 107/01 in http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n [consultado em 2009-05-22].

64 *Proposta de Restauro – Adaptação a Museu*. Capítulo 2, Ministério do Equipamento Social e Ambiente – DGEMN, – Fotografias. Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 “Quartel de S.



CSF | **I26** Claustro com o 1º piso, 1955 | **I27a** Destruição da Galeria Sudeste do Claustro, 1954 | **I27b** Reconstrução de abóbada do Claustro, 1954 | **I27c** Claustro após reconstrução das abóbadas, 1955 | **I27d** Capitéis de colunelos, 2009 | **I28** Demolição dos volumes da fachada principal da Igreja, 1955 | **I29** Cofragem de pilares na fachada principal da Igreja, s/d | **I30** Claustro sem as dependências do 1º piso, 1959 | **I31a** Nave lateral direita sem cobertura, 1969 | **I31b** Assentamento da cornija, 1969 | **I31c** Vigamento da cobertura da nave lateral direita da Igreja, 1969 | **I32** Fachada principal da Igreja em fase de conclusão, 1974.

do monumento”⁶⁵.

A intervenção da DGEMN no CSF começou pela zona do Claustro cuja galeria sudeste se tinha desmoronado juntamente com a cobertura e parte da parede da nave lateral esquerda da Igreja e o primeiro piso encontrava-se devoluto [I26]. Em 1954 e 1955 são executados os trabalhos de reconstrução das abóbadas da galeria através de anastilose⁶⁶, utilizando também cantaria nova em alguns elementos, como ainda hoje se pode observar [I27]. Em simultâneo, assiste-se à destruição dos corpos construídos sob o Coro-alto que conferiam uma fachada muito peculiar à Igreja durante a ocupação militar [I28]. A Igreja sofre posteriormente uma acção de reforço estrutural onde foram abertos rasgos nas paredes nos quais foram cofrados pilares em betão armado revestidos por aparelho de pedra miúda [I29]. Concluída a reconstrução do rés-do-chão do Claustro, foram demolidas as dependências conventuais do 1º piso, transformando-o num terraço perimetral ao pátio [I30]. Com a parte do Claustro já estável sob o ponto de vista estrutural, os esforços centraram-se no corpo da Igreja. Datam assim de 1969 o destelhamento da cobertura e a construção de uma laje aligeirada de vigotas e abobadilhas nas naves na zona mais próxima ao transepto [I31], já que a sua finalização até à fachada principal apenas se concluiu em 1974 [I32].

Com o intuito de dar novo uso ao conjunto do Convento e de supostamente lhe restituir a forma anterior à sua militarização, a DGEMN, no final da década de 60 e início da década de 70 do século passado, principia uma campanha arqueológica⁶⁷ que veio, em 1974, informar o que foi a *Proposta de Restauro – Adaptação a Museu* para a Igreja e o Claustro do CSF. Os desenhos que integram a proposta são claros no que respeita às alterações da forma que propõem e é na *Justificação do Restauro Proposto*⁶⁸ que, evocando a Carta de Atenas, se busca a validação do desenho. As principais linhas de pensamento defendidas são não procurar uma “unidade estilística” no que respeita à intervenção na forma do edifício e a ideia de adaptar a Igreja a museu, alegando falta de área suficiente no MSJA⁶⁹.

Todavia, verifica-se que a Proposta acima enunciada resultou do culminar de um

Francisco”, Cx.6, N°16.

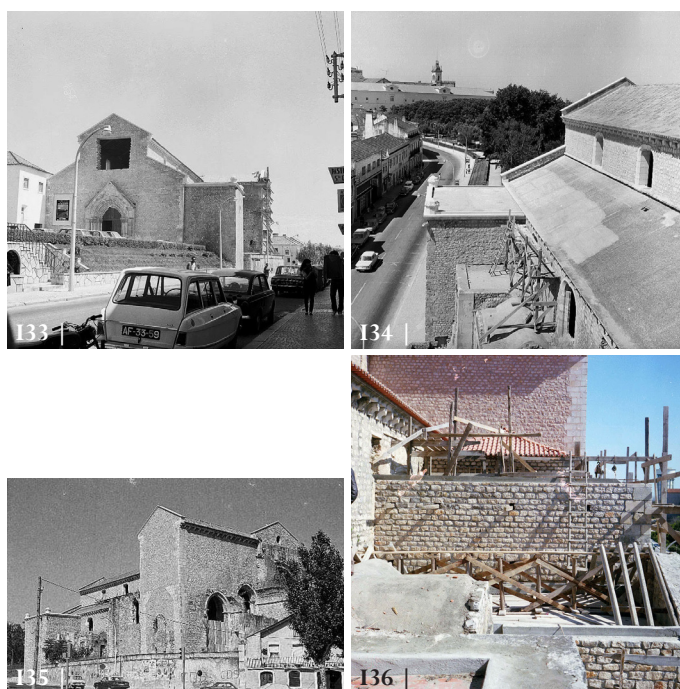
65 *Op. cit.*, Introdução. *Ibidem*.

66 A Carta de Atenas defendeu a anastilose como processo legítimo quando existe provas do que era a sua constituição anterior, através do artigo 15º do qual se cita um excerto: “Todo o trabalho de reconstrução deverá, no entanto, ser excluído à partida; somente a anastilose (recomposição das partes existentes mas desmembradas), poderá ser encarada. Os elementos de integração serão sempre reconhecíveis e representarão o mínimo necessário para assegurar a condição de conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.”

67 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*. Não se conhece o produto final ou relatório desta campanha, motivo por que alguns autores contemporâneos a denominam de “escavações não científicas”.

68 *Proposta de Restauro – Adaptação a Museu. Op. cit.*, Justificação do Restauro Proposto. *Ibidem*.

69 *Op. cit.*. A Nova Função. *Ibidem*.



Igreja do CSF | **I33** Conclusão da parte superior da fachada principal, 1981 | **I34** Vista da nave lateral sudeste após betonagem, 1981 | **I35** Ala sudeste, 1983 | **I36** Cobertura das capelas laterais, 1985.

amplo conjunto de acções que a partir de 1953 a DGEMN realizou no CSF. O que nos desenhos se apresenta como proposta seriam obras já concluídas ou em fase de conclusão, como se pode provar através do espólio fotográfico da mesma instituição. A verdadeira novidade seria a mudança do MSJA da Igreja de S. João de Alporão para a Igreja do CSF, proposta que não foi homologada pela Junta Nacional de Educação por se considerar não existir área suficiente na Igreja aquando da instalação do museu, sublinhando o “grave inconveniente que constitui para monumento de tão grande valor no património nacional a proximidade de instalações militares”⁷⁰. Entende-se portanto que esta foi uma proposta delineada em duas partes, claramente distintas nos escritos do processo – *Justificação do Restauro Proposto e A Nova Função* –, que não traduziram uma adequação das intenções programáticas à forma. Nem na discussão da nova forma se discutiu as vantagens ou desvantagens que terá aquando da implantação do programa proposto. Resumem-se então, em dois propósitos claros em si mesmos, mas que por falta de compatibilização e objectivo comum, acabam por não formar uma proposta coesa.

Apesar da tentativa de dinamizar o CSF através de um novo programa não ter sido viabilizada, as obras no edifício, que tiveram como base os desenhos da proposta apresentada, foram mantidas. Em 1981, a cobertura e a fachada principal já se encontravam concluídas, contudo, ficou por decidir e executar uma solução para a rosácea, tendo-se mantido desde então um vão sensivelmente quadrado, do qual se percebe, pela falta de acabamento do aparelho de pedra, constituir uma solução não terminada [I33]. Ainda sem revestimento, já estavam a esta data betonadas as lajes de uma água das naves laterais da Igreja, as coberturas planas das Capelas de S. Cristóvão e de Francisco de Barros e a abóbada da Capela da Porta Travessa [I34]. Do desenho que o projecto de intenções de 1974 previa, apenas faltava, em 1983, a reconstrução da Capela-mor e as capelas da cabeceira do lado da epístola (Capela do Menino Jesus e Capela da Nossa Sra. Da Piedade) [I35].

Em 1985, ainda no decorrer de trabalhos nas coberturas das capelas laterais [I36], a tutela do Convento passa a estar a cargo da DGEMN e é transferida para o IPPC⁷¹, instituição que não dá continuidade às obras iniciadas pelo antigo tutor. A partir desta data deixamos de ter informação acerca da realização de algum tipo de actividade no interior do edifício, nomeadamente de como se procedia à sua visita pública. Contudo, consta de 1989 a realização de uma visita guiada por Florindo Custódio⁷², então membro da AE-DPHCS. Já com o propósito de candidatar o Centro Histórico de Santarém a Património

70 Ministérios da Educação Nacional – Junta Nacional de Educação, Parecer ao *Completamento da Igreja de São Francisco de Santarém com vista à sua Adaptação a Museu Arqueológico*, Processo 7.14.15/26-15 (1).

71 Cronologia do Convento de S. Francisco, *idem, ibidem*.

72 Florindo CUSTÓDIO, *Ciclo de visita guiadas – 1989, S. Francisco de Santarém* – Associação *Arquitectura e restauro*. de estudo e defesa do património histórico-cultural de Santarém, Santarém, 1989.

Mundial da UNESCO, iniciou-se em 1992 a campanha arqueológica liderada por Maria Magalhães Ramalho, na qual foram inventariadas peças que se encontravam depositadas no Convento e se realizaram escavações tanto nas naves da Igreja como nas capelas laterais [A10]. Parte deste trabalho⁷³ pode ser observado na pormenorização da planta de levantamento [A9] elaborada para o *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e do Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém* lançado em 1992. Neste concurso pretendeu-se dotar o Convento das condições necessárias ao desempenho de um programa misto, onde se garantisse a sua utilização para fins culturais e simultaneamente a possibilidade da sua visita na intenção de “despertar a sua influência catalizadora e congregante como tradicional polo de convivialidade urbana”⁷⁴. Com a proposta de intervenção sem recurso a mimetismos estilísticos e de criação de um Centro Cultural de S. Francisco⁷⁵, foi deste modo o atelier A.A.B. Arquitectura Lda., liderado pelo arquitecto Bernardo Abrunhosa de Brito, que venceu o concurso anunciado, em Maio de 1993. Contudo, na sequência das escavações arqueológicas de 1995 tal proposta foi considerada incompatível com as descobertas realizadas, levando, como já referimos, à rescisão do contrato com o atelier. Não tendo sido posteriormente encontrada outra solução para a execução do programa que o IPPAR e a CMS propuseram no Concurso, é neste impasse que o CSF chega à actualidade.

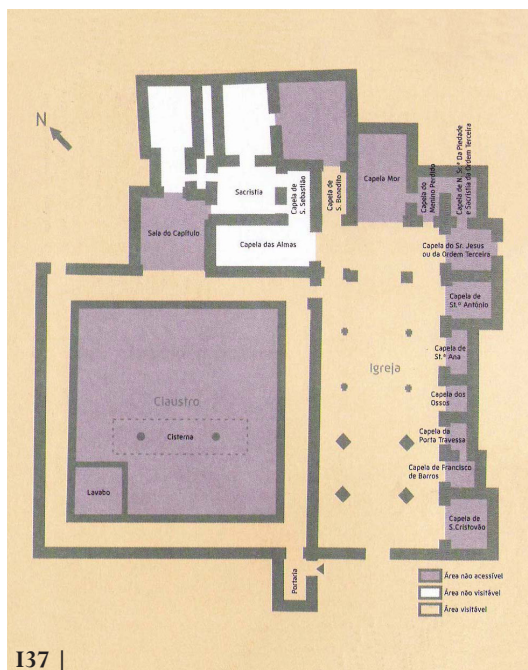
*É uma ruína, um corpo destroçado de gigante que procura os seus próprios pedaços e que a todo momento vai encontrando restos doutros gigantes, fragmentos, lanços de muros, troços de colunas, capitéis avulsos, isto gótico, além manuelino, aqui renascença. Mas S. Francisco é, no interior da igreja, magnificamente gótico, do século de Trezentos, e, assim em ruínas, com tábuas atravessadas sobre fossos, terra solta no caminho, andaimes, rasgões por onde se vê o céu, um claustro atravancado de peças recuperadas, que são, na maior parte dos casos, de impossível reconstituição, esta massa ainda caótica, e quem sabe por quanto mais tempo, conta ao viajante uma intraduzível história de formas meditadas, de força espiritual que afinal não quer abandonar o chão, ou se levanta apenas para pôr-se de pé, não para tomar asas que de nada serviriam aos trabalhos da terra.*⁷⁶

⁷³ No final do ano de 1992, a arqueóloga Maria Magalhães Ramalho foi interveniente no I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, onde apresentou algumas conclusões da campanha iniciada no CSF.

⁷⁴ Programa Preliminar do *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e do Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém*, IPPAR e CMS, 1992, p.14.

⁷⁵ Memória Descritiva da Proposta ao *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e do Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém*, p.

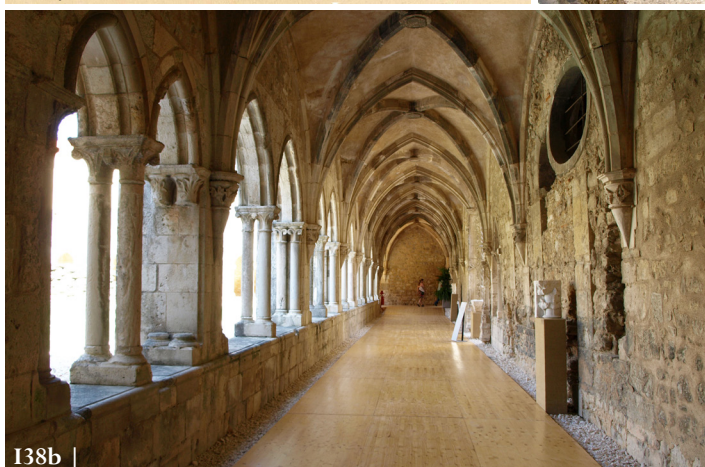
⁷⁶ José SARAMAGO, *Viagem a Portugal*, 8ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1992 (1ª ed. 1981), p.166.



I37 |



I38a |



I38b |



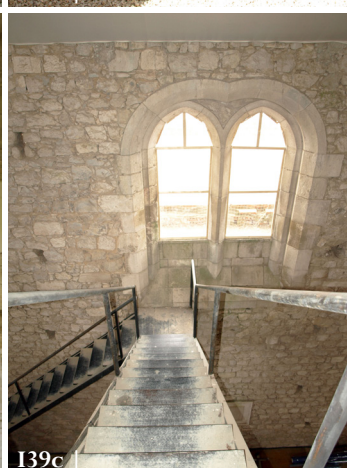
I38c |



I39a |



I39b |



I39c |

CSF | I37 Planta do panfleto de visita, 2009 | I38a Exposição de peças de cantaria – Pátio, 2009 | I38b Exposição de peças de cantaria – Galerias do Claustro, 2009 | I38c Exposição de peças de cantaria – Sala do Capítulo, 2009 | I39a Encerramento do vão de acesso à Capela das Almas, 2009 | I39b Encerramento do vão de acesso à Capela-mor através de telas opacas translúcidas, 2009 | I39c Encerramento das janelas da Igreja pela aplicação de telas transparentes, 2009.

Palco de alguns eventos⁷⁷, o CSF foi, no início de 2009, alvo de uma operação geral de limpeza e de algumas intervenções pontuais que permitissem cumprir o protocolo exigido para as cerimónias. Contudo, estes trabalhos apenas possibilitaram que o Convento abrisse uma vez mais por tempo indeterminado, já que as obras realizadas não são de carácter definitivo, dotando o edifício somente das condições mínimas que permitem realizar visitas condicionadas, nas quais se pode percorrer espaços como as galerias do Claustro, as naves da Igreja e a Capela de S. Benedito. Outras zonas como as capelas laterais, a Capela-mor, a Capela do Menino Jesus, a Capela de Nossa Sra. da Piedade, a Sala do Capítulo e o pátio do Claustro podem ser apenas observadas, mas não são acessíveis [I37]. As pedras que se armazenavam nas galerias do Claustro foram limpas, identificadas e encontram-se expostas por todo o Convento [I38]. Os acessos à Capela-mor e à Capela das Almas foram tapados através de lonas que protegem também o interior já que são espaços que não se encontram devidamente vedados ao exterior, assim como todas as janelas e a abertura da zona da rosácea foram protegidas por uma película transparente [I39].

Apesar dos esforços que têm sido feitos no sentido de dar visibilidade pública ao Convento, numa tentativa de aumentar a curiosidade pelo espaço e a consequente afluência à sua visita, o estado de ruína em que se encontram muitas das áreas condiciona o usufruto da totalidade da área disponível. Revela-se assim uma solução de carácter efémero que, aliado à sua divulgação, pode ajudar na tomada de medidas que definam um caminho de intervenção no monumento, mas que não resolve os graves problemas existentes ao nível da forma e da estrutura do edifício que o impossibilitam de ser protagonista mais activo na rede de edifícios públicos da cidade. Pode-se dizer que dos tipos de utilização que teve e do longo período de ausência de utilização resultaram problemas formais e estruturais que hoje condicionam o estabelecimento de um programa que lhe garanta assumir-se como um elemento funcional na cidade de Santarém.

Sem a existência das necessárias sondagens ao estado actual do CSF, podemos observar *in loco* um conjunto de problemas que requerem um estudo atento por parte das

⁷⁷ Jantar oferecido pelo Presidente da República nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas a 10 de Junho do presente ano e conferência de imprensa do tenor José Carreras que precedeu o concerto do dia 25 de Julho do mesmo ano, na EPC.



Igreja do CSF | **I40a** Cobertura da nave central, 2008 | **I40b** Cobertura da zona central do transepto, 2009 | **I41a** Patologia no arco da Capela de Sta Ana, 2008 | **I41b** Paredes junto ao arco da Capela de Sto. António, 2008 | **I41c** Impostas da abóbada da Capela de Sta. Ana, 2008 | **I42** Escoras entre as paredes laterais da Capela das Almas, 2008 | **I43a** Fissura entre os dois tramos do Coro-alto, 2008 | **I43b** Ligação entre o arco do Coro-alto e o arco de divisão de naves, 2008 | **I43c** Patologias no Coro-alto: Ligação entre pavimento do Coro-alto e coluna do arco, 2009.

diversas especialidades de projecto, como Arqueologia e Estruturas. Salientando o que são os aparentes problemas estruturais do Convento, questionam-se as opções tomadas pela DGEMN nas obras desenvolvidas entre o início dos anos 50 até 1985. Como já foi referido, a substituição das estruturas das coberturas por lajes aligeiradas aumentou o peso descarregado nas paredes do edifício. Apesar de a fachada ter sido reforçada através de pilares em betão armado, os arcos que dividem a nave principal das laterais onde é descarregado o peso desta laje, não sofreram qualquer tipo de reforço estrutural. O mesmo acontece com as lajes das naves laterais que distribuem o peso ao longo das paredes exteriores [I40].

Das patologias dos elementos verticais da estrutura da Igreja, verifica-se, um abatimento das chaves dos arcos da Capela de Sta. Ana e do arco de volta perfeita que faz a transição entre a nave principal e o transepto. Os arcos e as abóbadas das capelas laterais também revelam largas fissuras entre as cantarias e o aparelho de pedra miúda das paredes [I41]. A Capela das Almas apresenta as paredes laterais desaprumadas pelo que foram escoradas interiormente, sendo este o motivo, a par com a profundidade das escavações lá realizadas, pelo qual está encerrada [I42]. O Coro-alto aparenta grande solidez da cantaria das abóbadas e dos elementos verticais, contudo, a cobertura apresenta-se muito danificada, especialmente entre os seus dois tramos onde a falta de solidez do material está a conduzir à sua fissuração [I43]. No Claustro, para além de pontuais fragilidades nas arcadas, as infiltrações provenientes do terraço constituem o maior problema. A demolição do 1º piso que garantia a protecção das galerias e o deficiente sistema de drenagem instalado permitem a infiltração das águas nas abóbadas, que escorrendo para os capitéis, para as colunas e colunelos vão corroendo a pedra e formando depósitos calcários, que vão debilitando a estrutura [I44].

As últimas campanhas arqueológicas de 1992 e 1995 – 96, através das quais se pôde retirar inúmeros esqueletos humanos e outras peças armazenados no ADSTR, parecem, pelo modo como se encontram os locais escavados, que não foram concluídas. Apesar de se ter encontrado alguns túmulos a pouca profundidade, muitos deles necessitaram de escavações profundas que deixaram a descoberto fossos que se traduzem actualmente, para além da falta de condições de segurança, no impedimento do uso daqueles espaços [I45]. Pensa-se então que seria de grande importância o retomar dos trabalhos arqueológicos para consolidação das escavações já realizadas e eventual estudo da necessidade ou não de intervir noutras zonas do Convento, de modo a que um possível projecto de intervenção geral pudesse desenvolver-se com base em dados informados.

Constatou-se que após as obras implementadas pela DGEMN e já na posse do IPPAR, foram realizadas, em parceria com a CMS – fiel depositário das chaves do monu-



I44a |



I44b |



I44d |



I44c |



I45a |



I45b |



I45c |



I45d |

CSF | I44a Terraço do Claustro, 2008 | I44b Suporte dos colunelos do Claustro na passagem ao lavabo, 2009 | I44c Deslaçamento entre aparelho de pedra e cantaria da parede Nordeste do Claustro, 2009 | I44d Capitéis geminados do Claustro, 2009 | I45a Vestígios arqueológicos na Capela de Sto. António, 2009 | I45b Vestígios arqueológicos na Capela de Sta. Ana, 2009 | I45c Vestígios arqueológicos na Capela da Ordem Terceira, 2009 | I45d Vestígios arqueológicos na Capela do Menino Jesus, 2009.

mento – sucessivas tentativas que permitiram que o Convento fosse visitado, resultando, na realização de reparações pontuais que garantissem as condições elementares aos visitantes e aos funcionários. Em continuidade com o ciclo de aberturas e encerramentos e em debilitado estado de conservação, o CSF tem vindo a diminuir a quantidade de espaços visitáveis, concluindo-se que a estagnação do seu programa “inexistente”⁷⁸ e a indefinição da sua função na cidade possa, se este processo não for revertido, levar à ruína sucessiva das suas partes e consequente extinção da sua forma.

⁷⁸ A referência a um programa inexistente advém do facto de, apesar de estar a funcionar como museu dele mesmo, não ter sido pensado para tal programa, ao contrário do que aconteceu quando foi convento e quando foi quartel.

Considerações às práticas de intervenção

A partir da análise da forma do CSF, baseada nas mudanças programáticas verificadas desde a fundação como convento, em 1242, até hoje, podemos constatar a inevitabilidade de uma observação específica sobre os problemas formais encontrados. Numa aproximação ao objecto, entendeu-se isolar três casos, cujas particularidades enquanto problemas de um conjunto se pretende compreender por meio do entendimento do que têm sido as práticas de intervenção no património.

Verificou-se na consulta bibliográfica, quer na que respeitou especificamente ao Convento, quer na de carácter geral, o uso de um alargado conjunto de vocábulos que designam as acções realizadas no património arquitectónico. Foi nesta indefinição que, a título exemplificativo, decorreu o já referido *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e do Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém*. O conceito escolhido para denominar o que seria o processo de intervenção no Convento foi o de “reabilitação”. Contudo verifica-se que o próprio programa preliminar abrange sob este conceito outras estratégias como a de conferir àquele uma “utilização actual na conjuntura presente da cidade”¹ através de uma intervenção “na Igreja, Claustro e dependências do extinto Convento de S. Francisco (zona adstrita ao IPPAR) e na sua envolvente urbana, no sentido de o reabilitar, de forma coerente”². A mesma indefinição está presente na carta emitida pela arqueóloga Maria Ramalho onde se recomenda um conjunto de acções que na sua opinião devem ser desenvolvidas no Convento. Defende então que os arranques das abóbadas das antigas capelas de Sta. Maria Madalena e N. Sra. da Conceição “deverão ser preservados depois de devidamente consolidados”³ e que a Capela de Francisco de Barros deverá ser alvo de “uma acção de conservação e restauro”⁴ que permita garantir a estabilidade da azulejaria que ainda aí se encontra.

Será então o conceito de reabilitação suficientemente amplo para abranger to-

1 IPPAR. *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e do Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém*. IPPAR e CMS, 1992, p. 14.

2 *Op. cit.*, p.15.

3 Maria de Magalhães Ramalho – IPPAR, Informação n.º: 86/DE/97, Processo DE-97/I-14.16(1), 18/11/97, p.2. in *Processo Convento de S. Francisco de Santarém do IGESPAR* – Lisboa.

4 *Op. cit.*, p.3.

das as intenções formais, programáticas e funcionais demonstradas? Etimologicamente, *reabilitação*⁵ provém do Latim *habilis* [hábil] e remete para a adequação de determinada entidade (neste caso de um edifício) a outra aptidão ou “habilidade”. No entanto, o prefixo “re”, utilizado na maioria dos vocábulos de que aqui falaremos, determina que essa aptidão já tenha existido num processo que apelidamos de actualização do passado, admitindo porém a impossibilidade do mesmo, como adiante veremos. É assim, segundo Michael Mills⁶, uma actividade que assume a forma existente e que numa tendência para a sua manutenção equaciona um novo uso para o edifício. Apesar de se firmar como uma acção abrangente, não o é suficientemente para concentrar conceitos como o de *restauro*, de *reconstrução* ou de *reintegração*.

O termo *restauro*⁷ encontra-se definido em algumas das Cartas e Documentos Internacionais emitidos por organismos como o ICOMOS, que se organizam mediante itens objectivos e tidos muitas vezes como orientadores da actuação dos profissionais que trabalham sobre o património edificado. A definição apresentada na Carta de Burra em 1979, que surge em continuidade com a II Carta Italiana do Restauro de Cesare Brandi (1972) e influenciou documentos como a Carta de Cracóvia (2000), diz que “*Restauración* significa devolver a la *fábrica* existente de un *sitio* un estado anterior conocido, removiendo agregados o reagrupando los componentes existentes sin introducir nuevos materiales”⁸, numa tentativa de anulação dos acrescentos realizados noutros períodos da História. Sendo provavelmente o conceito mais usado quando se abordam problemáticas ligadas à intervenção nos edifícios, o termo “restauro”, também nos é sugerido que tenha sido, se não o primeiro, um dos primeiros a ser utilizado, tendo em conta a cronologia dos autores que o utilizaram. Disciplinarmente foi o único conceito que, a par do de “conservação”, se individualizou, tornando-se uma especialidade. É, segundo Antón Capitel, a Viollet-le-Duc⁹ que se atribui a concepção dos métodos do restauro que viriam a ser amplamente difundidos e utilizados e que resultaram em intervenções que buscaram “la

5 O termo *reabilitar* é formado pelo prefixo «re- “back, again” [voltar, outra vez] + *habitare* “make fit” [ajustar]» in <http://www.etymonline.com/index.php?term=rehabilitation> [consultado em 2009-02-17].

6 Michael MILLS. *Making the Past Part of Our Future*. AIA, 2004. [«“Rehabilitation” is the broadest category and includes any activity that preserves the physical fabric of a building or site, while making possible a compatible use.»]

Michael Mills é presidente do Grupo de Consultadoria do Comité de Recursos Históricos do AIA (The American Institute of Architects).

7 Participio passado do Latim «*restaurare* “repair, rebuild, renew” [reparar, reconstruir, renovar]» in <http://www.etymonline.com/index.php?term=restore> [consultado em 2009-02-17].

8 ICOMOS Australia, *A Carta de Burra*, artículo 1.7, Burra, 1979, p.2.

9 Engène Viollet-le-Duc [1814 – 1879] afirmou-se como uma das principais personalidades da História do Restauro em França. A sua influência tornou-se notória na segunda metade do século XIX, conduzindo à divulgação da sua experiência por toda a Europa. A sua vasta produção teórica deveu-se ao estudo e pesquisa que desenvolveu através de trabalhos principalmente nas catedrais góticas, entre as quais a Catedral de Notre-Dame em Paris.

perfección formal de cada edificio *en relación con su propia arquitectura*, y al margen de la verdadera historia, proponiendo el rescate de una obra *ideal*, de estilo unitario, de completa estructura formal y de naturaleza exenta”¹⁰. Mais do que restituir ao edifício o seu estado de origem, Viollet-le-Duc defendia que este teria de ser acabado conforme deveria ter sido feito, num processo de busca da “congruencia interna [do edifício] através de una operación de restitución de aquella transparencia interna que los estilos comportan o han comportado en el transcurso del tiempo”¹¹.

Ainda enquanto exercia a profissão assente nestes princípios, Viollet-le-Duc foi alvo de fortes críticas pelo seu contemporâneo inglês John Ruskin¹² e mais tarde por William Morris¹³ através do Manifesto da SPAB, no qual se sugeriu a substituição de acções pelo método do “restauro” pelas de *proteção* e *preservação*. Entende-se que foi a ideia de uma realização conforme o suposto pensamento dos artistas do passado que desencadeou esta ruptura, claramente expressa em *La Lámpara del Recuerdo*¹⁴. Neste texto, Ruskin considera que o sentido do conceito de *restauro* “significa la destrucción más completa que pueda sufrir un edificio”¹⁵, sendo “imposible, tan imposible como resucitar á los muertos, restaurar lo que fue grande ó bello en arquitectura. (...) Otra época podría darle otra alma, mas esto sería un nuevo edificio”¹⁶. A análise histórica do edifício foi, deste modo, a via disponível para se conjecturar sobre a forma a que se teria chegado em determinado tempo passado, colocando as capacidades do restauro no domínio da técnica¹⁷.

Mesmo perante esta corrente que desconstrói conceptualmente as correntes restauradoras do século XIX, Cesare Brandi¹⁸ edita em 1963 a *Teoria del Restauro*, na qual

10 Antón CAPITEL. *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Alianza Forma 75, Alianza Editorial, Madrid, 1992, p. 19.

11 Ignacio de SOLÀ-MORALES, *Intervenciones*, Barcelona: Gustavo Gili, 2006, p. 23.

12 John Ruskin [1819 – 1900] nasceu em Inglaterra desenvolvendo as suas aptidões não só como arquitecto, mas também como pensador fortemente ligado à procura de uma verdade, tema que surge com frequência na sua obra escrita.

13 William Morris [1834 – 1896] foi um artista que se associou ao Movimento Arts and Crafts e fundou em 1895, com John Ruskin, a organização National Trust [for Place of Historic Interest or Natural Beauty] cujo conceito foi: “*The preservation for the benefit of the Nation of lands and tenements (including buildings) of beauty or historic interest and, as regards lands, for the preservation of their natural aspect, features and animal and plant life. Also the preservation of furniture, pictures and chattels of any description having national and historic or artistic interest*”. O seu pensamento representa a origem do que viria a ser a teoria de restauro da escola inglesa.

14 John RUSKIN, *Las Siet Lámparas de la Arquitectura*, 1ª ed., Col. Arte y Arquitectura 2, Barcelona: Editorial Alta Fulla, 1987, p. 206.

15 *Op. cit.*, p. 226.

16 *Idem*.

17 Ignacio de SOLÀ-MORALES, *Op. cit.*, p. 24.

18 Cesare Brandi [1906 – 1988] foi um dos nomes italianos ligados à corrente do restauro do século XX.

volta a usar o termo *restauro* numa perspectiva funcionalista e menos histórica¹⁹. Ainda assim, considera que “o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente, só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte”²⁰. Uma das ideias base deste pensamento – a utilização que é feita do edifício considerada prescindível na vida do mesmo –, foi alguns anos mais tarde desenvolvida por Rossi em *A Teoria da Permanência e os Monumentos*²¹, onde afirma que é a forma e a materialidade do edifício com que faz que “os monumentos sejam persistentes na cidade”²² transformando-os por isso nos “factos urbanos perenes”²³, sendo a função “insuficiente para definir a continuidade dos factos urbanos e, se a origem da constituição tipológica destes é simplesmente a função, não estamos perante algum fenómeno de sobrevivência”²⁴.

Ainda acerca das implicações do que é, segundo as características do restauro, tentar resgatar o passado, considera-se importante estabelecer algumas considerações. Logo no início do século XX (1903), Alois Riegl apelida de histórico “a todo lo que ha existido alguna vez y ya no existe”²⁵, fazendo assim o facto histórico depender das possibilidades e das condicionantes do tempo. A sucessão de momentos que o constituem encontram-se em estado evolutivo constante, dando-nos conta da sua irreversibilidade e por consequência da abertura a três graus de percepção do real: o passado, que se traduz num “espaço fictício, mas que permite recriar diferenças que o presente já não tolera”²⁶; o presente²⁷ que se afigura quase sem temporalidade física, acontece nos “agoras” que fazem a transição entre passado e futuro; o futuro que se equaciona não integrar o tempo por não poder ser experimentado, transformando-o numa “visão do que ainda não é, um projecto, abertura sobre o possível”²⁸.

19 “Em geral, entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana.” in Cesare BRANDI, *Teoria del Restauro*, Torino: Biblioteca Einaudi, Giulio Einaudi ediciones s.p.a., 1977 (1ª ed. 1963).

20 Cesare BRANDI, *op. cit.*.

21 Aldo ROSSI, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p. 75.

22 *Op. cit.*, p. 77.

23 *Idem.*

24 *Op. cit.*, p.79.

25 Alois RIEGL, *El culto moderno a los monumentos: Caracteres y origen*, Colección La balsa de la Medusa, Madrid: Visor, 1987, p. 24.

26 Marc GUILLAUME, *A Política do Património*, Lisboa: Campo das Letras, 2003, p. 24.

27 A palavra “presente” advém do “Latim *præsens*, participio presente de *præesse*” e que significa “«estar em avanço»” in Elisabeth CLÉMENT *et alii*, *Dicionário Prático de Filosofia*, 5ª Edição, Lisboa: Terramar, 2007, p. 312. O significado etimológico de “presente” faz-nos equacionar que se possa então denominar “presente” ao estímulo que o cérebro está a emitir em determinado instante e que está sempre em avanço em relação à reacção física desse estímulo, que se situa assim numa realidade passada em relação ao que é a produção cerebral.

28 Elisabeth CLÉMENT *et alii*, *op. cit.*, p. 163.

Neste processo linear²⁹ onde parece estar compreendido o tempo, existem porém elementos que resistem à inevitabilidade de um fim iminente: os vestígios. Considera-se vestígio³⁰ o elemento “que escapa ao tempo”³¹, a “matéria-prima” no trabalho do arquitecto e das demais especialidades intervenientes. A sua acção perante esses produtos do passado que são os vestígios, as pré-existências, é então temporalmente vinculada ao exacto momento da sua existência. Logo, a tentativa de intervir e construir sob modelos do passado não se pode assemelhar a mais do que uma “imitação”³² que anula a capacidade criativa do arquitecto e logo a possibilidade de progresso no conhecimento.

O arquitecto “está condenado a ser contemporâneo, ou seja, a estar ‘com o tempo’ no sentido próprio da palavra”³³, tendo necessariamente uma postura perante o vestígio arquitectónico construído nesse passado diferente da do historiador que procura apreender as “acções humanas, factos sociais ou políticos (...) através de uma variável que é o tempo, e relatados numa narrativa organizada segundo a cronologia”³⁴. Para o arquitecto, o conhecimento histórico é assim de grande importância na aproximação ao valor e à capacidade espacial dos edifícios, no decurso do seu tempo de existência, mas não pode ser pensado somente como produto mas também como base na qual se constrói o futuro, sob pena de cristalizar a arquitectura no tempo, tornando-a inútil às necessidades actuais. A valorização do vestígio como produto do passado que não se extinguiu afigura-se assim também como possibilidade apaziguadora da angústia humana perante a morte.

A conservação³⁵ enquanto postura de acção sobre o património arquitectónico encontra um precedente impulsionador na posição do inglês William Morris que considera a sua aplicação, em paralelo com o cuidado diário, a forma de evitar a destruição dos edifícios³⁶. Assim como o *restauro*, também o conceito de *conservação* surge definido pela

29 “Certamente, a linearidade do tempo faz do passado o domínio do irremediável, do futuro a perspectiva da nossa morte, mas nesta tensão ou vaivém perpétuo entre os dois, abre o presente à liberdade do homem.” *in Op. cit.*, p. 372.

30 Apesar de no contexto deste estudo se referir o vestígio arquitectónico, sublinha-se a igual importância de todos os outros vestígios que são a materialização do pensamento humano, como a música ou a literatura, na influência que o passado, manifestado em forma de lembrança, tem na sua construção.

31 Marc GUILLAUME, *op. cit.*, p. 26.

32 Gonçalo BYRNE, “A qualidade da cidade ainda não dá votos”. *Onde Falham as Cidades*. Expresso – Temas e Debates, Lisboa, 2005, p. 41.

33 Gonçalo BYRNE, *op. cit.*, p. 32.

34 Élisabeth CLÉMENT *et alii*, *op. cit.*, p. 178.

35 *Conservar* advém do Latim «*conservare* “to keep, preserve” [manter, preservar]» e da contracção do prefixo “com” com «*servare* “keep watch, maintain” [manter a observação, manter]».

36 William MORRIS, *The Manifesto of SPAB*, London: SPAB, 1877. [“It is for all these buildings, therefore, of all times and styles, that we plead, and call upon who have to deal with them, to put Protection in the place of Restoration, to stave off decay by daily care”]

Carta de Cracóvia como “el conjunto de actitudes de una comunidad dirigidas a hacer que el patrimonio y sus monumentos perduren”³⁷ podendo “ser realizada mediante diferentes tipos de intervenciones como son el control medioambiental, mantenimiento, reparación, restauración, renovación y rehabilitación”³⁸. Revela-se numa acção que se baseia num princípio de controlo da natureza³⁹ através do impedimento do efeito de erosão produzida por esta.

Em paralelo à visão historicista que tenta resgatar o passado, defendida por alguns restauradores, na área da *conservação* também se pode observar uma tendência para a cristalização da forma do edifício, sustentada por Morris – “if it has become inconvenient for its present use, to raise another building rather than alter or enlarge the old one; in fine to treat our ancient buildings as monuments of a bygone art, created by bygone manners, that modern art cannot meddle with without destroying”⁴⁰ – que recusa qualquer actualização do seu uso mediante as mudanças ocorridas na sociedade onde o edifício se insere. Contudo, a Carta de Burra adiciona às preocupações com a continuidade formal dos vestígios a noção de que *conservação* também significa “mantener su *significación cultural*”⁴¹. Ora, partindo do princípio de que sucintamente, o significado de um edifício advém de um processo de interacção entre as necessidades da sociedade e a capacidade que demonstra na resposta a essa necessidade, antevê-se que na perspectiva do ICOMOS a conservação possa abarcar acções que visem manter o significado da obra em questão, por exemplo através da mudança de programa que permita essa actualidade. As palavras do arquitecto Carlos Campos parecem assim efectivar uma possível ponte iniciada na Carta de Burra entre *conservação* e *reutilização/reuso*, ao considerar a conservação dos edifícios essencial, já que garante uma base estável da forma, permitindo uma posterior “revalorización e incluso la reinterpretación de aspectos de su arquitectura latentes y hasta ahora no perceptibles”⁴².

Apesar das possibilidades que a *conservação* possa proporcionar, frisa-se que conceptualmente tem como princípio eliminar os “efeitos reais e simbólicos do tempo”⁴³, mantendo o objecto de acordo com um estado de existência passada. O museu e o seu

37 *Carta de Cracóvia*. Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, Cracóvia, 2000.

38 *Idem*.

39 Aloïs RIEGL, *op. cit.*, p. 53.

40 William MORRIS, *op. cit.*.

41 ICOMOS Australia, *op. cit.*.

42 Carlos CAMPOS. “Monumento: uso y lectura de la arquitectura”, *Quaderns científics i tècnics de restauració monumental 1*. Diputació de Barcelona - Àrea de cooperació servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 2002, p.157.

43 Marc GUILLAUME, *op. cit.*, p. 89.

conteúdo são um exemplo dessa conservação do passado e o Skansen de Estocolmo⁴⁴ um extremo dessa forma, criado com o objectivo de musealizar o modo de vida dos habitantes da Suécia, num ímpeto de receio de que este se viesse a perder durante a era industrial do século XIX.

Uma vez mais, a visão da *conservação* como objectivo final da intervenção é vista como perigosa⁴⁵, “susceptible de poder convertirse en asunto para un cuadro”⁴⁶ pelo pictórico em que tendem a resultar estas intervenções, e considerada a “postura menos arquitectónica que pueda imaginarse”⁴⁷. Porém, a condição pictórica⁴⁸ do que é antigo foi vista pela Conferência, da qual resultou a *Carta de Atenas para o Restauro* de 1931, como uma característica a fomentar, quer na arquitectura como na envolvente e na sua “ornamentação”, mas amplamente criticada pelo CIAM⁴⁹ na *Carta de Atenas* de 1933.

A partir do momento em que a arquitectura se completa na sua materialidade, inicia-se o processo de envelhecimento dessa mesma estrutura erguida, que foi comparada por Ruskin a um organismo vivo, “definido por um nascimento, um período de tempo em vida e a irremediável morte”⁵⁰. A esse processo natural de transformação da matéria do edifício junta-se muitas vezes o resultado de catástrofes naturais, como incêndios e sismos, que aceleram a sua destruição. É neste cenário que o conceito de *reconstrução*⁵¹ surge como opção de intervenção oposta à *conservação* da ruína defendida por Ruskin.

A Carta de Burra define que *reconstrução* “significa devolver a un sitio a un estado anterior conocido y se diferencia de la restauración por la introducción de nuevos materiales en la fábrica”⁵² e é neste sentido de esta poder englobar a construção de uma ideia

44 Foi criado por Artur Hazelius em 1891 que já tinha também fundado o *Nordiska Museet* [Museu Nórdico].

45 AA.VV., *PH48 Boletín del instituto andaluz del patrimonio histórico*. N.º48, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2004, p.90.

46 John RUSKIN, *op. cit.*, p. 220.

47 Ignacio de SOLÀ-MORALES, *op. cit.*, p. 31.

48 Pictórico advém do Latim « pictor “painter” [pintor] » in <http://www.etymonline.com/index.php?term=pictorial>. O “efeito pictórico” que a arquitectura pode produzir através de determinados mecanismos de intervenção e que lhe confere uma forte imagem é, segundo o arquitecto Gonçalo Byrne, usado como fonte de consumo pelo “promotor imobiliário [que] explora grande parte da imagética da nova cidade indo buscar formas antigas, porque acha que as vende melhor”, explorando a arquitectura numa “perspectiva conservadora e saudosista” (Gonçalo BYRNE, *op. cit.*, p. 41)

49 CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna.

50 Antón CAPITEL, *op. cit.*, p. 26.

51 O termo *reconstrução* é formado pelo prefixo « re- “back, again” [voltar, outra vez] + construct [construir] », sendo que construir advém do Latim « *construere* (...) “to pile together” [empilhar] », in <http://www.etymonline.com/index.php?term=reconstruct> e <http://www.etymonline.com/index.php?term=construe>.

52 ICOMOS Australia, *op. cit.*.

que é produto da interpretação do técnico interveniente ou de construir a reprodução de uma forma que já existiu, que a sua aplicação não é recomendada pela Carta de Veneza⁵³ e mais tarde pela Carta de Cracóvia⁵⁴, que negam a possibilidade da *reconstrução* “em estilo”.

Contudo, existe uma forma de *reconstrução* – a anástilose (“recomposição das partes existentes mas desmembradas”⁵⁵) – aceite por alguns autores, em paralelo com a chamada de atenção para a necessidade deste processo ter de envolver “enough archaeological, photographic, or historical information to produce a fully documented project”⁵⁶. A *reintegração*⁵⁷ também surge como um conceito de contornos semelhantes à anástilose, usada aquando do desmembramento de elementos estruturais⁵⁸. Afigura-se assim a interpretação⁵⁹ dos dados disponíveis sobre a parte que se pretende reconstruir, quer por fotografias, desenhos ou outros, um problema de estabelecimento dos limites na aplicação desta faculdade humana, já que como o *restauro* e a *conservação* tendem a reportar o edifício a um passado que se quer voltar a sentir ou manter, respectivamente. As limitações da compreensão humana fazem assim deste método uma aproximação à hipótese que opta pelo seguimento de um “sentido” interpretativo.

O conceito de *reutilização* ou *reuso*, já abordado, é do conjunto dos “re” já referidos aquele que primeiramente sugere uma visão sobre a gestão do espaço. Contrariamente ao defendido por Morris e esgotado o programa que anima a forma do edifício, muitos são os autores que se manifestam a favor da procura de um novo programa que se adeque às características do monumento/edifício, ideia indirectamente delineada na Carta de Veneza (1964) quando se considerou que “a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade”⁶⁰. Quando tal não acontece, inicia-se um processo de distanciamento entre o edifício e a sociedade que pode levar ao total abandono deste, acção que se estabelece como uma das mais fortes fontes de erosão e desgaste da forma. “Con el abandono de la utilización humana del monumento se perdería de modo insustituible una parte esencial de aquel libre juego de las fuerzas naturales, cuya

53 Carta de Veneza, artº 15º, *op. cit.*, *ibidem*.

54 Carta de Cracóvia, *op. cit.*.

55 Carta de Veneza, *op. cit.*.

56 Michael MILLS, *op. cit.*.

57 O termo *reintegrar* parte do verbo *integrar* que é formado a partir do Latim «*integrare* “make whole” [fazer todo]» e de «*integer* “whole” [todo]».

58 Carlos CAMPOS, *op. cit.*, p.154.

59 Interpretar provém “do Latim *interpretari*, «explicar», «traduzir», «tomar neste ou naquele sentido». in Elisabeth CLÉMENT *et alii*, *op. cit.*, p. 202.

60 Carta de Veneza, artº 5º, 1964 in *Cadernos SPPC*, nº1. Évora: SPPC, 1996.

percepción da orixen al valor de antigüedad”⁶¹, tornando-se iminente o caminho para um estado de ruína da forma que venha a impossibilitar ou reduzir a capacidade de utilização do imóvel, como o que actualmente acontece no CSF. Moreno-Navarro⁶², com a experiência adquirida na intervenção do património da Província de Barcelona, esclarece que “muchos monumentos [como castelos ou conventos] permanecen y fueron restaurados porque fuimos capaces de reutilizarlos”⁶³ “como escuelas o casas consistoriales”⁶⁴.

Na tentativa de clarificar o significado de cada vocábulo, constatou-se que a aplicação do mesmo é quase sempre isolada de todo o conjunto arquitectónico, mostrando-se num modo de tratamento localizado de um problema construtivo. Estas aproximações isoladas são, sob o ponto de vista arquitectónico, redutoras no que é a acção do arquitecto. A recorrência ao uso de conceitos como os que acabamos de analisar e que denominam o conjunto de acções a serem executadas, e a verificação de que esses mesmos conceitos sobrepõem os seus campos de actuação e as suas “competências”, conduz-nos a equacionar a sua eficácia no campo disciplinar da Arquitectura. Antes da determinação de que a acção da arquitectura irá acontecer sobre o património, esta já possui um método conceptual de pensamento que não é diferente, e à partida é transversal a qualquer projecto, seja este de uma construção de raiz ou de intervenção no existente, e que está ligada a um ideal de concepção do real e do que é a intervenção social realizada por meio do desenho que se materializa. É neste sentido que se sugere um olhar sobre a proposta de Solà-Morales para denominar de intervenção⁶⁵ qualquer acção do arquitecto sobre a arquitectura existente.

O arquitecto e autor da obra *Intervenciones* utiliza este conceito para edifícios existentes considerados patrimoniais ou não, e que se traduz mais do que em decisões particulares acerca do tratamento das diferentes partes do edifício, numa estratégia que as torne dialogantes. Considera que os termos como *restauro*, *conservação*, *reutilização* ou *preservação*, “significan cosas diferentes, pero a veces son criterios que se solapan; sobre todo, detrás de cada uno de ellos, en realidad hay toda una concepción de la intervención en el edificio y de la interpretación que esta intervención plantea”⁶⁶, mas que a intenção

61 Aloïs RIEGL, *op. cit.*, p. 75.

62 Antoni González Moreno Navarro é Chefe do Servicio del Patrimonio Arquitectónico – Diputació de Barcelona [Serviço do Património Arquitectónico – Província de Barcelona].

63 Antoni González MORRENO-NAVARRO, “Restauración y Reutilización”, *Quaderns científics i tècnics de restauració monumental 10*, Barcelona: Diputació de Barcelona - Àrea de cooperació servei del patrimoni arquitectònic local, 1998, p. 9.

64 *Idem.*

65 Intervenção provém do Latim « *interventionem* “an interposing” [uma interposição] » e o verbo *inter-vir* do Latim « *intervenire* “to come between, interrupt” [vir entre, interromper] ».

66 Ignacio de SOLÀ-MORALES, *op. cit.*, p. 15-16.

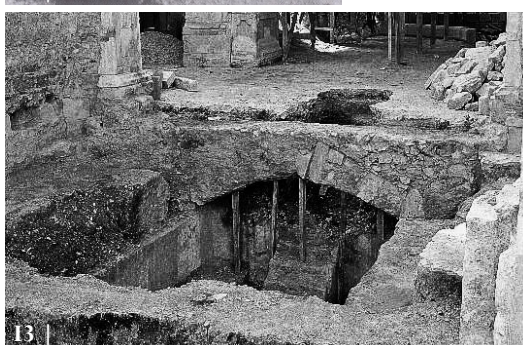
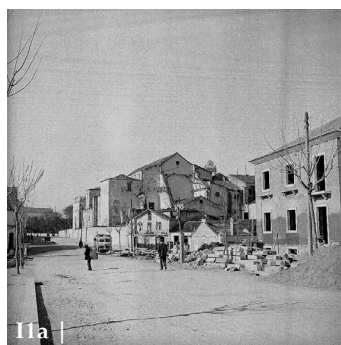
de interpretar a realidade para nela poder intervir “con un instrumento, el proyecto de arquitectura”⁶⁷ é o início para “conseguir la unificación del espacio de la ciudad”⁶⁸. Portanto, adoptou-se neste estudo esta terminologia quando a acção se realiza no campo da arquitectura, por se considerar ser o mais coerente com os seus princípios e por melhor descreve o papel do arquitecto neste tipo de projecto.

*La intervención como operación estética es la propuesta imaginativa, arbitraria y libre por la que se intenta no sólo reconocer las estructuras significativas del material histórico existente, sino también utilizarlas como pauta analógica del nuevo artefacto edificado.*⁶⁹

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 18.

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ *Op. cit.*, p. 50.



CSF | 11a Cabeceira da Igreja, 1950 | **11b** Capela-mor transformada em Carpintaria, s/d | **12** “Fundações do coro do séc. XIII”, s/d. | **13** Cripta da Capela-mor da Igreja, 1973.

A Capela-mor

Após a constatação dos limites da aplicação de alguns métodos de intervenção no património arquitectónico, direcciona-se esse conhecimento para o CSF, tentando apreender as implicações da execução de possíveis soluções formais. Reitera-se que esta é uma discussão do âmbito da forma do edifício, onde se revelam características que vão possibilitando e/ou limitando o estabelecimento de um programa e o vínculo a uma função que se fundamente como mais adequada às características do Convento e ao seu papel socio-cultural na cidade de Santarém, temática que será desenvolvida no capítulo *Estabelecer a Função*.

Uma das zonas mais complexas do conjunto da Igreja e do Claustro do Convento de S. Francisco é a Capela-mor. Como vimos anteriormente, esta parte da composição da Igreja sofreu alterações significativas desde a sua construção primitiva. A partir do levantamento efectuado pela DGEMN [I24: *Diacronia do Programa*] após a desafecção do Claustro e da Igreja do Regimento de Artilharia, é-nos possível entender a volumetria daquele espaço, ao qual não se podia aceder pela nave da Igreja [I1]. Não integrando a espacialidade da Igreja, este compartimento desenvolveu-se num único piso, coberto por um telhado de duas águas que aproveitou os arranques das antigas paredes para se estruturar. Contudo, as escavações realizadas pela DGEMN em 1969 “fizeram aparecer, no interior do actual Coro, as fundações de um muro de cinco panos e contrafortes que pertencem, sem qualquer sombra de dúvida, a uma antiga abside”⁷⁰ [I2], substituída por uma de planta rectangular no século XVI após o terramoto e o incêndio que a destruíram.

No decorrer das escavações foi deixada a descoberto uma cripta sob o pavimento da Capela-mor [I3]. Era a cripta de Francisco de Melo e sua família, à qual se acedia através de uma escada, conforme se pode observar na imagem⁷¹. Ainda durante esta campanha de intervenções na Igreja e no Claustro voltou-se a abrir o arco que separa o transepto da

70 Gérard PRADALIÉ. *O convento de São Francisco de Santarém*. 1ª Edição. Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, p. 50.

71 Carta do Departamento de Estudos do IPPAR para o Director Geral de Lisboa – Engº Artur Mendes de Magalhães de 09.12.1997 com o assunto: “Convento de S. Francisco, em Santarém”. Informação nº 86/DE/97; Processo: DE-97/I-14.16(1); Data: 18.11.97. in *Processo Convento de S. Francisco de Santarém do IGESPAR* – Lisboa (Av. de Berna).

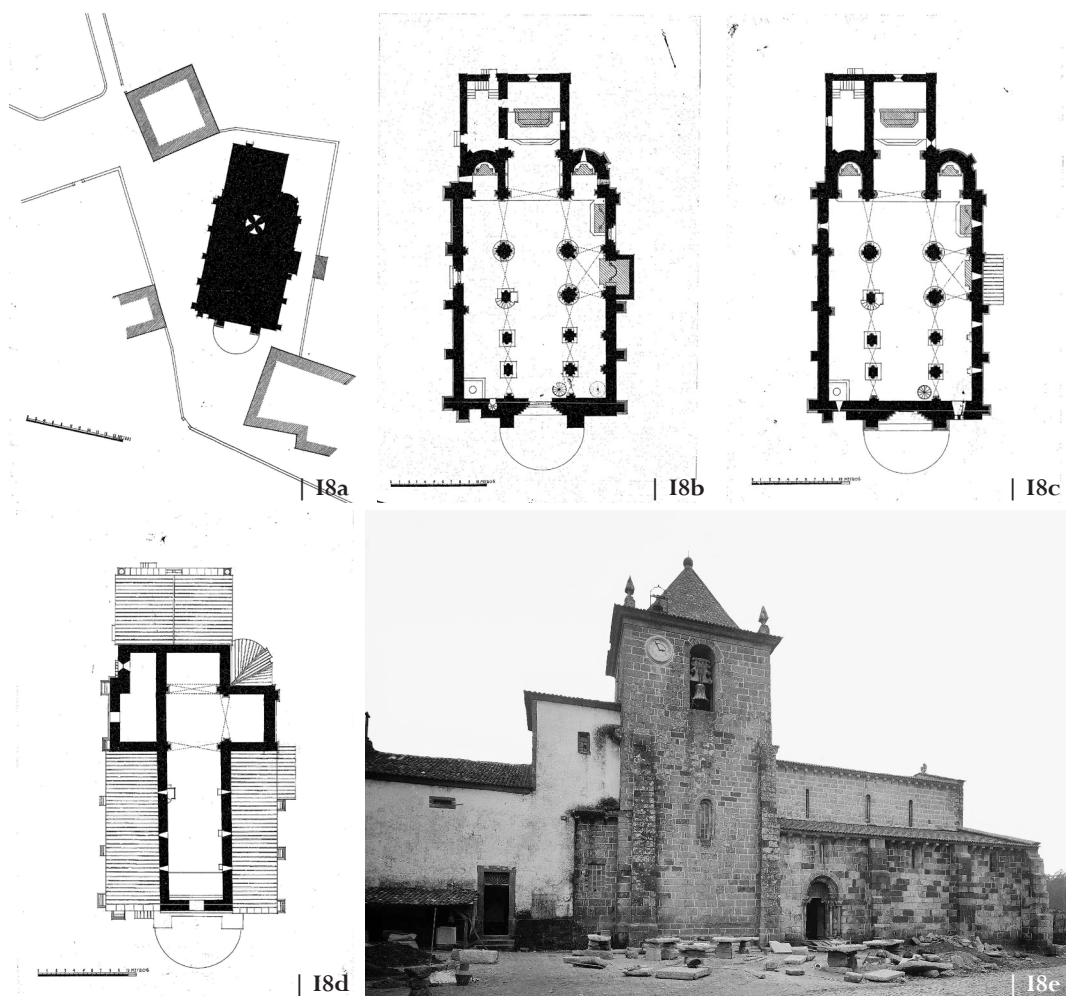


Igreja do CSF | **14a** Alçado lateral direito, s/d | **14b** Cabeceira após trabalhos de “limpeza”, 1973 | **15** Alçado da Cabeceira, 1974 | **16** Cabeceira, 2008 | **17a e b** Corpo da Igreja, iluminação com Capela-mor aberta ao exterior, 2008 | **17c e d** Corpo da Igreja, iluminação com Capela-mor encerrada, 2009.

Capela-mor, outrora tapado, e destruíram-se as paredes erguidas sobre as paredes da antiga Capela-mor [I4]. Esta intervenção fez parte do processo que conduziu à apresentação da *Proposta de Restauro para a Igreja e para o Claustro do CSF* que apontou para a intenção de erguer a capela na sua base rectangular [I5]. Para além de terem deixado à vista importantes vestígios da estrutura inicial da Capela-mor, permitindo um avanço no conhecimento da sua evolução formal no conjunto, estes trabalhos deixaram o interior da Igreja e toda a zona da cripta abertos ao clima exterior, contribuindo para o aceleração do processo patológico e de erosão da Igreja. Apesar de actualmente o arco da Capela-mor se encontrar tapado por uma lona *blackout*, desde as obras da década de 70 até ao início do presente ano não teve qualquer tipo de protecção [I6], tal como todas as aberturas existentes, o que contribuiu para a degradação do interior da Igreja.

De todas as transformações que sofreu podemos destacar algumas consequências que estão entre os principais pontos de discussão sobre uma possível intervenção na Capela-mor da Igreja. Este espaço, no programa original de igreja cultural, era, como em qualquer igreja cristã, um dos pontos fundamentais da sua composição, contribuindo para a hierarquização dos espaços, e grande fonte simbólica por aí se localizar o altar, ponto central do culto religioso que utiliza a axialidade geométrica para se enfatizar. Porém, paralelamente às mudanças programáticas ocorridas, foram criadas outras possibilidades e outras dificuldades espaciais pelo desaparecimento deste volume.

O grande vão do arco da Capela-mor permite, para além de deixar o interior vulnerável ao ambiente externo, iluminar o corpo da Igreja com maior intensidade, tendo criado uma nova relação visual com o Bairro de S. Bento e com a Igreja de Sta. Clara [I7]. Apesar de a sua resolução passar por uma coordenação entre um novo programa e a função definida para o conjunto, este é um problema de forma onde se podem manifestar duas posições: a da construção de uma nova Capela-mor que colmate este vazio ou do tratamento do arco como um vão. Dentro da primeira posição salienta-se o facto de o desenho ainda poder seguir dois rumos: o da tentativa de resgate da forma primitiva poligonal ou da sua forma posterior rectangular, pelo método da reconstrução, ou ainda pela construção de um volume de linguagem contemporânea que absorva a área da capela e se desenvolva em resposta às novas necessidades. Na segunda situação salienta-se que a área da cripta ficaria a ser um espaço exterior, necessitando de tratamento como tal na garantia da sua protecção. Exteriormente, se por um lado a construção de novo volume poderia tentar buscar uma nova unidade da volumetria da Cabeceira da Igreja, por outro, o mantimento deste vão permitiria a leitura da sua imagem actual, que se distingue quer pela quebra da continuidade das capelas laterais como pela expressividade conferida pela forma e pela dimensão do vão.



Igreja de São Pedro de Rates | **18a** Planta de Implantação, s/d | **18b** Planta com corte à cota da entrada, s/d | **18c** Planta com corte à cota dos vãos, s/d | **19d** Planta com corte à cota do clerestório, s/d | **18e** Vista exterior ainda com Capela-mor de base rectangular, s/d.

Qualquer das soluções encontra aliados e opositores entre as entidades e os autores que se ocuparam e ocupam desta temática. Para a execução de uma *reconstrução* “em estilo”, uma das vias que aqui apresentamos, surge-nos um problema de falta de informação relativamente à sua volumetria e aos vãos da Capela-mor. Não se conhece material que nos permita reconstituir com exactidão a Capela-mor em qualquer das suas duas formas, apesar de poder ser construída uma suposição através de elementos como o arranque das paredes e das abóbadas e das fundações ainda visíveis, já que a localização e dimensão dos vãos são de impossível reconstituição. A realização de uma hipótese comparada, como a de Gérard Pradalié quando estabeleceu paralelos entre a Capela-mor da Igreja do CSF, a da Igreja de Sta. Clara de Santarém e a Igreja de S. Domingos de Elvas⁷², também se afigura como uma possibilidade. Porém, esta é uma hipótese que encontra grande número de oponentes como a Carta de Atenas (1931) onde se diz que, “caso se afigure indispensável o restauro, na decorrência de degradação ou destruição, a Conferência recomenda o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem proscrever o estilo de nenhuma época”⁷³, e que encontra apoio nas teorias de Ruskin que considera esta solução não mais que um “*pastiche*”⁷⁴ e de Brandi que “proíbe” a técnica mesmo quando exista certeza sobre o seu estado anterior⁷⁵. Já em 2000, a Carta de Cracóvia recua na última directiva apontada e indica que a “reconstrucción de partes muy limitadas con un significado arquitectónico puede ser excepcionalmente aceptada a condición de que esta se base es una documentación precisa e indiscutible”⁷⁶. Contudo, esta opinião parece não influenciar parte dos autores mais recentes como Antón Capitel, Luis Caballero⁷⁷ ou mesmo Solà-Morales⁷⁸, que se manifestam na sequência da máxima da Carta de Atenas dos CIAM: “Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o “falso” como princípio (...)”⁷⁹.

A Igreja de S. Pedro de Rates, construída sob modelos pré-românicos entre finais do século IX e inícios do século X, apresentou na década de 30, uma problemática semelhante à da Igreja do CSF na sua Capela-mor. Nessa altura, a Igreja era rematada por

72 Gérard PRADALIÉ. *Op. cit.*, p. 58-81.

73 Carta de Atenas. *Op. cit.*.

74 Antón CAPITEL. *Op. cit.*, p. 28.

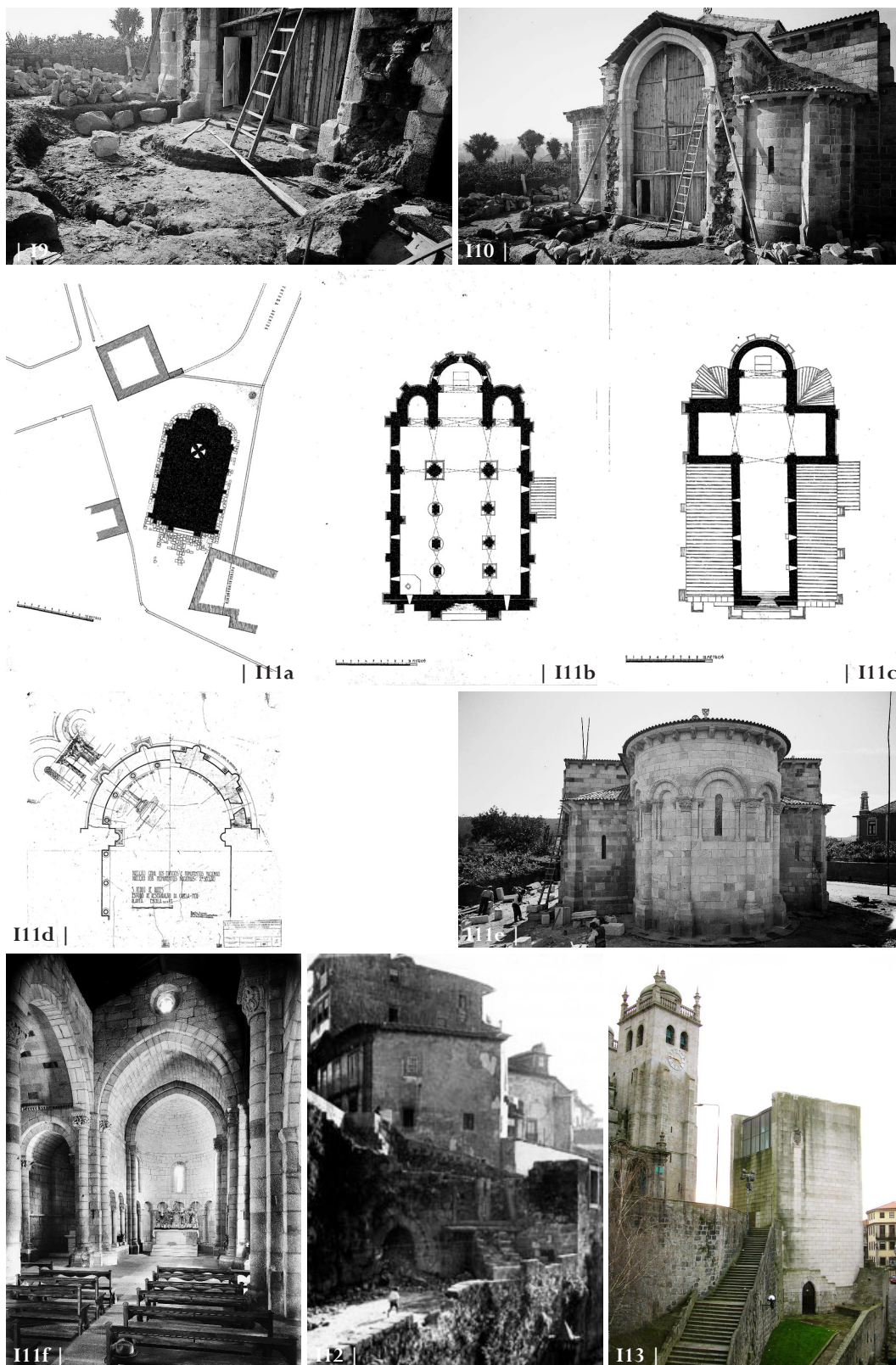
75 Cesare BRANDI. “II Carta Italiana do Restauro”, *Teoria del Restauro*. Biblioteca Einaudi, Giulio Einaudi ediciones s.p.a., Torino, 1977 (1ª ed. 1963), p.135.

76 Carta de Cracóvia. *Op. cit.*...

77 Luis CABALLERO, “Sobre Historia y restauración del monumento (o de la diferencia entre San Juan de Baños y el Taj Mahall)”, *Quaderns científics i tècnics de restauració monumental* 13. Diputació de Barcelona - Àrea de cooperació servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 2002, p. 49-50.

78 Ignacio de SOLÀ-MORALES, *Op. cit.*, p. 41.

79 Carta de Atenas. CIAM, 1933, alínea 70.



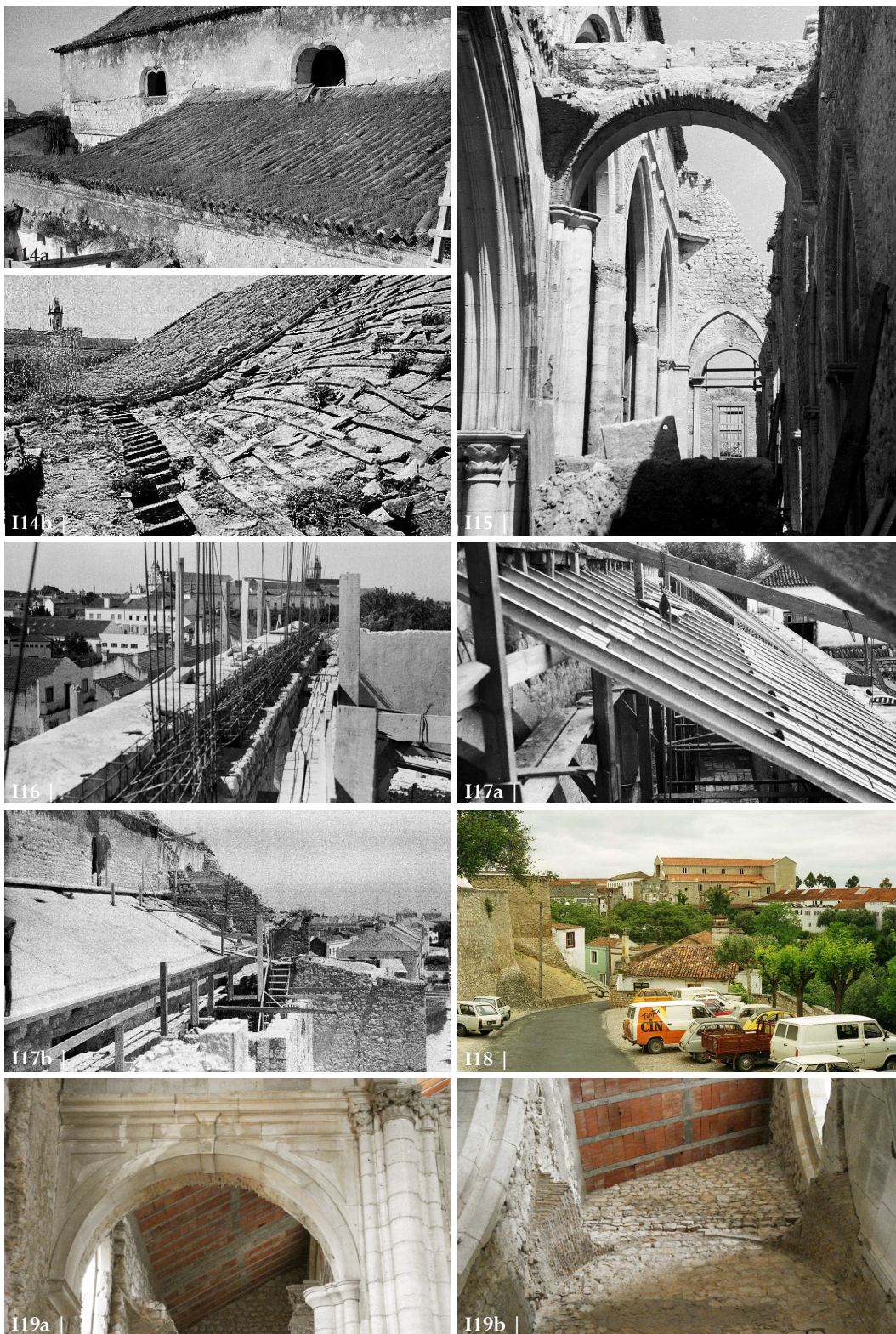
Igreja de São Pedro de Rates | I19 Fundação da Capela-mor primitiva, s/d | I10 Cabeceira após demolição da Capela-mor, s/d | I11a Planta de Implantação - após reconstrução da Capela-mor, esc. gráfica, s/d | I11b Planta com corte à cota dos vãos, esc. gráfica, s/d | I11c Planta com corte à cota do clerestório, esc. gráfica, s/d | I11d Estudo de Restauração da Capela-mor, s/d | I11e Cabeceira da Igreja, s/d | I11f Vista da nave principal, s/d. | **Casa dos 24, Porto** | I12 Ruína da Casa do 24, s/d | I13 Casa do 24, s/d.

uma cabeceira de planta rectangular, à qual se anexava a caixa de escadas da torre contígua também à capela da Cabeceira do lado da epístola [I8]. Sob tutela da DGEMN, foi até à década de 40 conduzida uma “profunda intervenção de reabilitação e restauro”⁸⁰. Desta operação resultaram alterações como a demolição da torre e respectiva caixa de escadas, assim como da Capela-mor, substituída por outra segundo as fundações da primitiva, [I9] e também a substituição da rosácea da fachada principal.

Depois da destruição da capela existente, o arco ogival que a separa do transepto ficou em contacto com o exterior [I10], assim como ocorreu na Igreja do CSF, apesar de tal ter acontecido por menor espaço de tempo. Perante a situação, a opção foi a de “re-constituir o imóvel (...) libertando-a [a Igreja] de todos os elementos considerados não conformes ao seu estilo original”⁸¹ restituindo-lhe um hipotético desenho original, segundo a ideologia da época, de base marcadamente política [I11]. Apesar da perda de influência e poder da Igreja no século XIX, após a extinção das ordens religiosas, a Igreja de S. Pedro de Rates conseguiu manter o seu programa cultural, no qual a Capela-mor enquanto espaço formal e simbólico ainda pôde desempenhar um papel relevante na composição da Igreja, facto que não acontece na Igreja do CSF pela desafecção do espaço de culto. Esta atitude de reconstrução “em estilo” tem contraponto o conceito de intervenção do arquitecto Fernando Távora na Casa dos 24 no Porto. Aqui, o facto de não existir, no momento do projecto, dados que permitissem informar acerca da sua volumetria primitiva, foi motor para, na presença dos vestígios que ainda restavam da construção [I12], ter sido feita uma nova leitura do espaço envolvente e construído sobre as paredes que restavam nessa ruína um edifício que para além da sua linguagem contemporânea permitiu adaptar-se à realidade do sítio onde se desenvolveu [I13].

80 Isabel SERENO, Paulo DORDIO, Paula NOÉ, Maria GUIMARÃES. *Igreja de São Pedro de Rates*. Inventário do IHRU – Monumento IPA nº PT011313110001, 1995, 1998, 2001. [no sítio www.monumentos.pt]

81 *Idem*.



Igreja do CSF | **I14a** Cobertura das naves em telha canuda, s/d | **I14b** Estrutura da cobertura de madeira da nave principal, s/d | **I15** Nave lateral direita | **I16** Nave principal - coroamento em betão armado | **I17a** Nave lateral direita - aplicação das vigotas, s/d | **I17b** Nave lateral direita e principal conclusão das lajes | **I18** Vista da Rua Luís de Camões, 1985 | **I19a** Cobertura da nave lateral direita - arco do coro-alto, 2008 | **I19b** Cobertura da nave lateral direita - encontro com a fachada principal, 2008.

A Cobertura

Assentes em estruturas de madeira, as coberturas da Igreja do CSF foram fortemente fustigadas pelo historial de incêndios que, a par de alguns terramotos, acompanharam a sua história desde a fundação [I14]. Durante a ocupação militar, apesar de as coberturas das naves estarem encurtadas e não chegarem ao alinhamento da fachada e por terem sido construídos dois volumes simétricos sobre o Coro-alto como já vimos, a sua estrutura manteve-se em madeira, revestida com telhas de meia cana. Após a tutela do edifício ter passado para a DGEMN, possivelmente na ideia de preparar o edifício para a aprovação da *Proposta de Restauro* de 1974 e diagnosticada a fragilidade em que os emadeiramentos das coberturas se encontravam, como pode ser observado nas imagens, foi iniciado um ciclo de obras na Igreja que começou pelo total destelhamento e retirada de toda a madeira existente [I15].

Apesar de não se encontrarem datados, pensa-se que seja desta altura – finais da década de 60 – o *Estudo da Estrutura da Cobertura* [A12] que programou o reforço geral da estrutura do edifício da Igreja através de uma cintagem contínua em betão armado que coroou as paredes que lhe serviram de suporte [I16]. Foi então iniciada a construção das lajes aligeiradas em vigotas pré-esforçadas e abobadilhas que se apoiaram na cinta entretanto betonada [I17] dada por concluída no início da década de 80 após a colocação de novas telhas. Desta operação resultou exteriormente uma aparência de maior estabilidade [I18]. Já no interior, o facto de a laje não ter recebido qualquer revestimento confere ao espaço uma imagem de rudeza estrutural, onde as três coberturas não parecem adequar-se aos elementos estruturais verticais constituídos pelas paredes exteriores, pelos arcos ogivais que separam as naves e suportam o desenvolvimento do clerestório e pelos arcos das capelas da cabeceira e do transepto [I19].

Passados cerca de 25 anos desde o término das obras na cobertura, são notórias as patologias nos elementos de suporte, nomeadamente entre os arcos e as paredes contínuas de alvenaria de pedra. Apesar de admitirmos a existência de outras patologias ao nível da estrutura da Igreja, que provavelmente só serão diagnosticadas por meio de uma sondagem às estruturas, indicamos aqui algumas observadas à vista desarmada. Ao contrário da parede lateral esquerda que separa a Igreja do Claustro e que, provavelmente por ter sido inteiramente reconstruída nas décadas de 60 e 70, não apresenta fendas



Igreja do CSF | | **I20** Arco da Capela de S. Cristóvão, 2008 | | **I21** Ligação entre o actual arco da Capela de Sta. Ana e os vestígios do antigo, 2009 | | **I22a** Patologias: Arco da Capela de Sto. António, 2008 | | **I22b e c** Fendas na parede de alvenaria junto ao arco da Capela de Sto. António, 2008 | | **I23** Ligação entre parede de alvenaria e coluna do arco da Capela de Sta. Ana, 2009 | | **I24** Patologias: Pormenor das pedras de fecho do arco de volta perfeita que separa a nave principal da Igreja do transepto, 2009.

significativas, na parede lateral direita, em que foram abertos os arcos de acesso às sete capelas, pode observar-se uma fragilização dos arcos, em particular das pedras de fecho que naturalmente sofrem maiores cargas. Consequentemente, pela transmissão de cargas aos fustes das colunas que suportam os arcos e a carga exercida directamente nas paredes de alvenaria de pedra, comprime os elementos inferiores que se vão deformando, originando fendas. Assim, podemos notar que a cantaria do arco ogival da Capela de S. Cristóvão [I20], apesar de não aparentar deformação vertical, foi destruída pela cinta de betão armado construída em cima da pedra de fecho. Apesar de a estabilidade do vão não parecer estar afectada, verifica-se uma ramificação de fendas com cerca de 15mm nas paredes que o ladeiam. Também o arco abatido com decoração manuelina da Capela de Sta. Ana apresenta alguns problemas especialmente no que respeita à ligação com parte de um arco anterior ao actual e de menores dimensões [I21]. A pedra de fecho do florão acima do arco, sobre a qual, à semelhança da Capela de S. Cristóvão, se encontra uma cinta de betão, apresenta sinais de ruptura entre as várias pedras. A alvenaria existente entre esta cantaria e o arco também se encontra em mau estado apesar de já ter sido colmatada na zona central com argamassa, provavelmente na tentativa de conter o deslizamento das pedras de fecho do florão. Porém, é o arco da Capela de Sto. António [I22], primeira capela a ser construída, o que apresenta patologias mais graves. Na ligação entre a pedra de fecho e as aduelas percebe-se a aplicação de uma argamassa que deverá ter tentado unir as peças de cantaria, já que se nota um ligeiro abatimento deste arco de volta perfeita. As paredes laterais às duas colunas de suporte do arco surgem com fendas que têm origem na zona superior do mesmo e são da ordem dos 30mm na parede que também se liga ao transepto, provocando uma significativa deformação destas colunas e uma abertura entre o pano de alvenaria e a coluna que lhe é posterior.

A parte central do transepto onde se usou uma estrutura metálica para o assentamento do telhado aparece também como zona de grande incidência patológica que tem vindo a fragilizar os elementos estruturais verticais. Tanto o arco da Capela-mor como o arco que separa a nave principal do transepto apresentam falta de coesão entre os elementos que os constituem. No arco da Capela-mor, à semelhança do florão do arco da Capela de Sta. Ana, é no gablete que se apercebe a inconsistência da cantaria interior, provocando uma aparente falta de solidez nas pedras de topo [I23].

No que respeita ao arco de remate da nave principal, verifica-se um acentuado deslize das pedras de fecho, correndo o risco de queda [I24]. Em consequência das pressões estruturais superiores, a parede que liga o arco da Capela-mor ao arco da Capela do Menino Jesus também se encontra bastante destruída, especialmente junto da coluna do arco da Capela do Menino Perdido onde falta cerca de 10cm de alvenaria [I25]. O facto de



Igreja do CSF | I25a Patologias: Arco da Capela-mor, 2009 | **I25b** Patologias: Ligação entre o arco da Capela-mor e o arco da Capela do Menino Jesus, 2009.

ter sido retirada a cantaria do que terá sido um nicho aumenta a imagem de desagregação desta zona da Igreja.

A análise da cobertura da Igreja do CSF levanta-nos uma questão principal da qual derivam outras: haverá necessidade de retirar a cobertura de betão numa perspectiva de consolidação da estrutura da Igreja? Para a resposta a esta pergunta analisa-se o problema sob duas perspectivas diferentes que não se invalidam, mas que se constituem como chaves essenciais numa aproximação multidisciplinar das questões que levanta. Essa aproximação julga-se benéfica na busca das melhores soluções quer sob o ponto de vista da viabilidade estrutural quer na perspectiva da procura estética da coerência global do edifício. Contudo, nota-se a primazia que o tema da solidez estrutural deve ter, já que se esta não estiver assegurada poderá estar em risco a existência do edifício.

A utilização de materiais contemporâneos no momento em que se realiza a intervenção pode ser frequentemente encontrada em textos que tratam das problemáticas inerentes à acção de um projecto de arquitectura sobre o património. Viollet-le-Duc surge como um dos primeiros autores que defende que o arquitecto deve utilizar todas as técnicas do seu tempo que lhe permitam resolver os problemas encontrados. Assim diz na sua obra *Dictionnaire Raisonné d'Architecture Française* de 1869: “Si debiendo hacer de nuevo la cubierta de un edificio el arquitecto rechaza la construcción en hierro porque los maestros medievales no habían usado nunca tal sistema, cometería a nuestro entender un error, pues se evitarían así los terribles peligros de incendio que han sido tantas veces fatales para nuestras construcciones antiguas”⁸².

No seguimento desta opinião encontramos a *Carta de Atenas* de 1931, a *Carta de Burra* e a *Carta de Veneza*, alertando esta última que os novos materiais apenas devem ser utilizados em situações em que “as técnicas tradicionais se revelem inadequadas [e] cuja eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência”⁸³. A posição apresentada na *Carta de Veneza* é reiterada na *Declaração de Princípios da SPPC* que considera que a aplicação das técnicas e dos materiais tradicionais constitui a melhor forma de preservar o património⁸⁴. No pólo oposto encontra-se John Ruskin que considera a utilização de materiais industriais uma grave violação da natureza⁸⁵.

Numa aproximação ao que seria a execução de algumas das possibilidades para o solucionamento da indefinição na questão da cobertura, indicam-se dois exemplos que

82 Antón CAPITEL. *Op. cit.*, p. 20.

83 *Carta de Atenas*. *Op. cit.*, artº 10.

84 *Declaração de Princípios da Sociedade para a Preservação do Património Construído*, Tomar: SPPC, 1994, alínea 6.

85 Antón CAPITEL. *Idem*.



I26a |



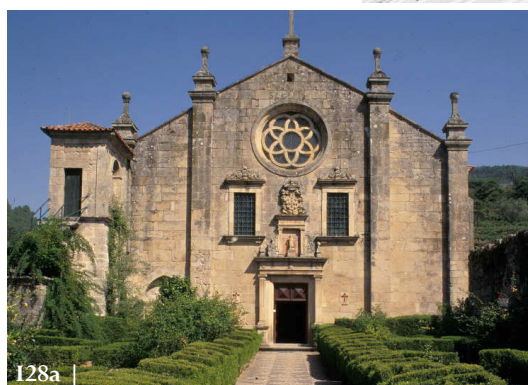
I26b |



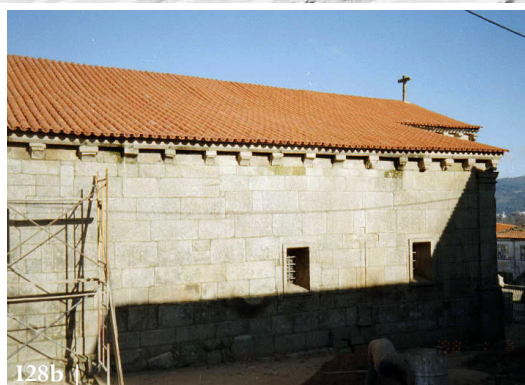
I26c |



I27 |



I28a |



I28b |

Igreja de S. João de Tarouca | I26a DGEMN - destelhamento da cobertura antiga e colocação de vigotas pré-esforçadas, 1976 | I26b e c DGEMN - cobertura em laje aligeirada com vigotas pré-esforçadas e abobadilhas junto à fachada principal | I27 DGEMN - cobertura em laje aligeirada com vigotas pré-esforçadas e abobadilhas junto à fachada principal, 1976 | I28a DGEMN - fachada principal, s/d | I28b DGEMN - fachada lateral, 1998.

correspondem a diferentes abordagens do problema. Datado o início da sua construção de meados do século XII, a Igreja de S. João de Tarouca sofreu, à semelhança de um grande número de monumentos nacionais, uma campanha de intervenção tutelada pela DGEMN que teve início em 1936⁸⁶. Apesar de desde o início das obras as coberturas terem sido alvo de reparações pontuais, nomeadamente para melhoramento do sistema de drenagem das águas provenientes do telhado e a colocação de uma laje em betão armado na zona do transepto⁸⁷, só em 1976 se procedeu à substituição integral da cobertura com estrutura de madeira e revestimento em telha de meia cana [I26], como a Igreja do CSF. A nova cobertura, em consonância com a estratégia utilizada noutras intervenções, foi executada com vigotas pré-esforçadas e abobadilhas [I27], laje esta que foi coberta por revestimento do mesmo tipo do original [I28].

Em 2001, cerca de 20 anos após o termo das obras na cobertura da Igreja, foi elaborado um estudo que visou analisar a estrutura geral do edifício, desenvolvendo-se para tal um levantamento das suas patologias. Na consulta deste documento é possível perceber que todo o edifício apresentava muitas fendas, especialmente nas abóbadas e paredes laterais e algumas deformações nos elementos estruturais, nomeadamente nos arcos. A sondagem efectuada nas fundações da Igreja e a simulação de acções sísmicas sobre a Igreja completou a análise realizada em método comparativo entre um modelo com cobertura de madeira (como o existente antes dos trabalhos da DGEMN) e um modelo com o sistema existente de cobertura aligeirada. Dos testes realizados concluiu-se que “ainda que a distribuição global de esforços e de deformação global da estrutura seja pouco sensível às modificações introduzidas por essas alterações [laje aligeirada], o efeito do aumento de carregamento nas naves laterais traduz-se num aumento significativo da fendilhação”⁸⁸, contribuindo para uma intensificação progressiva da fragilidade da estrutura da Igreja. Porém, as indicações finais da análise apontam que sob “um ponto de vista estritamente de estabilidade, não se afigura necessária a substituição das coberturas”⁸⁹, “a decisão sobre a substituição das lajes aligeiradas com vigotas pré-esforçadas nas coberturas, por coberturas em madeira é uma decisão essencialmente arquitectónica e de metodologia geral de intervenção”⁹⁰.

Uma vez mais, a Igreja de S. Pedro de Rates também pode fornecer algumas pis-

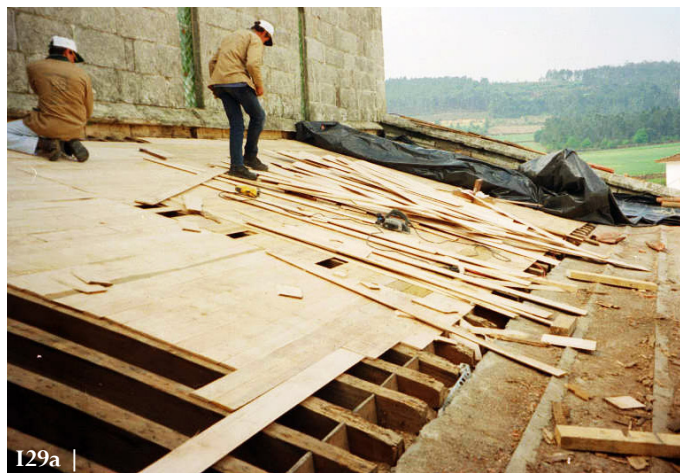
86 Madeira PORTUGAL, Paula Figueiredo. Mosteiro e Igreja de São João de Tarouca. Inventário do IHRU – Monumento IPA n.º PT011820060009, 1992 – 2006. [no sítio www.monumentos.pt]

87 Paulo B. LOURENÇO, Francisco FERNANDES. *Análise de Estabilidade da Igreja de S. João de Tarouca*, Relatório 01-DEC/E-4. Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, 2001, p.4.

88 Paulo B. LOURENÇO, Francisco FERNANDES. *Op. cit.*, p.33.

89 *Op. cit.*, p.34.

90 *Idem*.



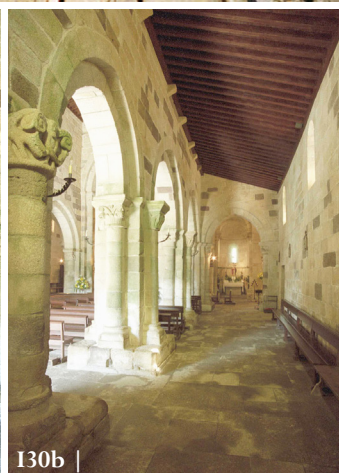
129a |



129b |



130a |

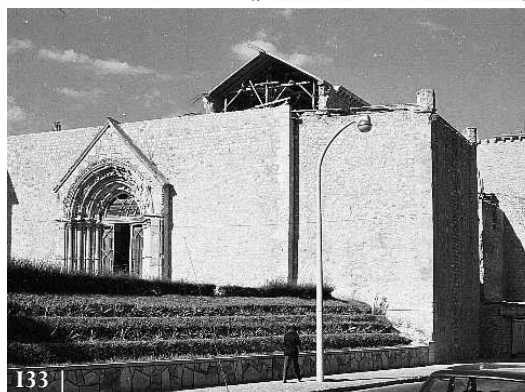
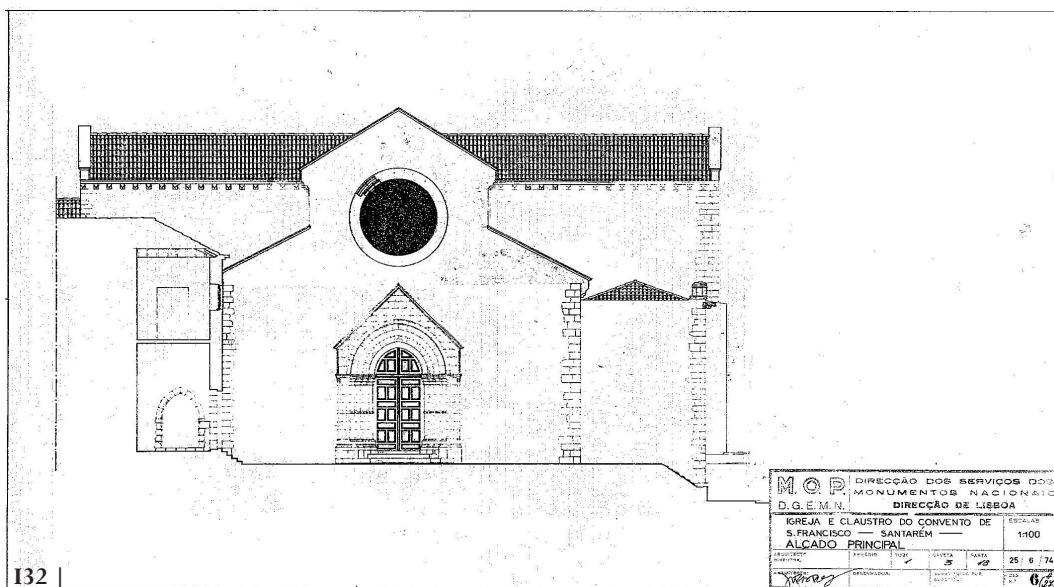


130b |

Igreja de S. Pedro de Rates | 129a e b Obras de substituição do emadeiramento da cobertura, 2000 | **130a e b** Após substituição do emadeiramento da cobertura, 2002.

tas sobre o que poderá significar manter a opção da estrutura de madeira na cobertura, solução construtiva utilizada originalmente em grande parte dos monumentos medievais edificadas. Apesar da campanha iniciada pela DGEMN na década de 30, da qual já falámos no sub-capítulo *A Capela-mor* que agiu sobre grande parte do edifício, procedeu-se em 2000 a obras na cobertura [I29]. Já sobre outra forma de pensar o património arquitectónico e na inexistência das máximas políticas que regularam durante anos estas questões, foi adoptada uma solução de continuidade do sistema estrutural de madeira já existente como posteriormente veio a aconselhar a Declaração de Tomar. Devido ao envelhecimento do emadeiramento, optou-se pela substituição por madeira nova [I30] sobre a qual foi colocado um revestimento de telha. Notamos que a aplicação deste tipo de estrutura apresenta um peso menor do que a solução de laje aligeirada, o que poderá a longo prazo revelar-se um benefício por representar uma carga menor, mais leve para a estrutura.

No que respeita à decisão de retirar ou manter a actual cobertura da Igreja do CSF, salientamos a importância da realização de uma análise estrutural global no edifício para que na possibilidade de uma intervenção arquitectónica se possa contar com o máximo de informação possível. Ainda assim, quer este parecer seja positivo ou negativo, a execução de qualquer uma das soluções requer por parte dos arquitectos uma forte capacidade dialogante com outras especialidades, já que, se se optar por manter a laje aligeirada, persistirá a questão da escolha do seu revestimento interior e se se retirar a laje, terá de se encontrar uma solução que não coloque em risco os elementos que já apresentam grande fragilidade estrutural, como os casos que apontámos.



CSF | I31 Fachada Principal da Igreja, 1948 | I32 Alçado Principal - Igreja e Claustro, 1974 | I33 Fachada Principal da Igreja do CSF, 1973 | I34a Vista a partir da Rua 31 de Janeiro - abertura na fachada principal, 2008 | I34b Aproximação à abertura na fachada principal da Igreja, 2008.

A Rosácea

A rosácea é, para além de outras características, um elemento importante na construção da imagem e do espaço do estilo gótico. Na fachada principal é, com o portal, um dos elementos com maior presença na composição da mesma. Localizada acima do portal, a rosácea contribui para o aumento da sensação de verticalidade já enfatizada pela altura superior da nave principal em relação às naves laterais. Interiormente, assume-se como uma relevante fonte de iluminação.

Na Igreja do CSF, a certeza de que alguma vez a sua fachada principal contou com este elemento chegou-nos através de Possidónio da Silva que, referindo-se à mudança de posição do Coro-médio para junto da entrada, descreve que “ficou a fachada defeituosa e tirou-se a beleza ao óculo do templo”⁹¹. Contudo, mesmo admitindo através deste depoimento que tenha existido, não se conhece nenhum documento a partir da qual se possa objectivamente determinar as dimensões da rosácea, nem a geometria que a compunha. Existe porém uma imagem de 1936 publicada no *Auto da Aclamação de El-Rei D. João II* que representa parte da fachada principal da Igreja e a mostra completa, informação que contradiz os desenhos de levantamento realizados durante a ocupação do Regimento de Cavalaria n.º4 [A2g].

A incompatibilidade dos desenhos e na presença de fotografias que provam a existência do desenho das plantas do final do século XIX [I31] leva-nos a pensar tratar-se apenas de uma representação do que poderia ter sido a composição da fachada antes de ser parcialmente destruída, não constituindo um elemento verosímil numa tentativa de reconstituição da rosácea. Já sob tutela da DGEMN, foi produzida a *Proposta de Restauro — Adaptação a Museu* que previu a reconstrução da parte superior da fachada, incluindo da rosácea [I32]. A proposta foi reprovada, mas como as obras realizadas anteriormente já seguiam os princípios nela vinculados [I33], pode verificar-se que grande parte do desenho corresponde ao que hoje existe, com excepção de algumas zonas como a rosácea. Actualmente, na fachada principal da Igreja, localizada no habitual sítio do óculo, encontra-se uma abertura quadrilátera que não foi concluída, desconhecendo-se a razão [I34]. Desde a época em que decorreram os trabalhos no CSF, essa abertura tem permanecido como foi deixada, sem qualquer tipo de protecção ao exterior. A relação de grande proximidade

91 Joaquim Possidonio Narcizo da SILVA. *Op. cit.*.



I35 Vista interior da abertura na fachada principal da Igreja a partir do coro-alto, 2008 | **I36** Vista interior da nave principal da Igreja do CSF, 2008.

que tem com o Coro-alto, também tem contribuído para a degradação do seu revestimento superior [I35].

A questão que este caso nos coloca relaciona-se directamente com a pertinência ou não, de se voltar a construir uma rosácea. Apesar da impossibilidade da reconstituição da que um dia existiu, fará sentido terminar aquela abertura conforme foi pensada pela DGEMN? Ou até que ponto a sua existência é fundamental na coerência global do espaço interno? A Igreja do CSF, mesmo sem Capela-mor, configura-se num espaço axial e fortemente direccionado pelo eixo maior da sua composição, o que constitui uma das qualidades primárias daquele espaço. A introdução de um ponto de luz àquela altura, para além de acentuar a elevação do corpo da nave central em relação às laterais aumentando o grau de distinção entre as duas qualidades espaciais, reforça o eixo longitudinal da nave [I36].

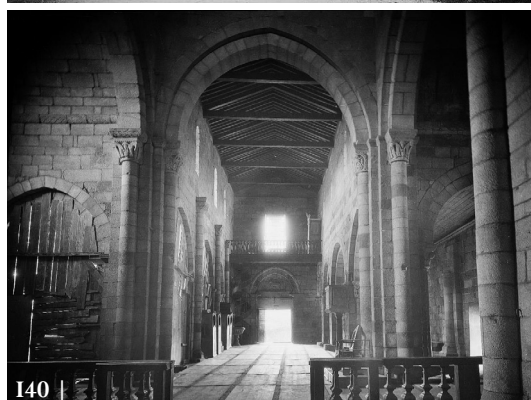
O deslocamento do Coro para a entrada da Igreja inseriu no conjunto uma qualidade diferenciada naquele espaço que foi coberto e que pretendeu dignificar o local onde foi sepultado o então rei de Portugal D. Fernando, e que pela proximidade, este espaço acabou por ficar intimamente ligado ao que foi a rosácea e ao que hoje é aquela abertura. Esta inevitabilidade foi também sublinhada pela arqueóloga Maria Ramalho quando, manifestando-se acerca dos cuidados específicos que se deve ter em conta numa possível intervenção no edifício, considerou que “a sua [do Coro-alto] preservação depende da solução que se encontrar para a abertura na fachada destinada em tempos à rosácea. Esta abertura permite a entrada da água da chuva que escorre pelas paredes do Coro, espalhando-se no pavimento”⁹². Na impossibilidade física de passagem de grande parte da luminosidade da abertura para a área sob o Coro-alto, é também enfatizado um certo apelo do espaço a um carácter de interioridade.

Os contornos teóricos do problema da rosácea assemelham-se aos já levantados na análise da Capela-mor, mas as notórias diferenças formais de cada um e o facto de num possível tratamento da abertura não existirem vestígios da sua presença, como acontece na Capela-mor, vê diminuída a possibilidade de uma interacção com a disciplina da arqueologia, remetendo todas as problemáticas levantadas à Arquitectura. Ainda assim, relembra-se que, ainda hoje o conjunto de directivas definido na Carta de Veneza rege muitas das acções de intervenção no património e era claro no que considerava ser o “restauro” desenvolvido sobre dados especulados: “o restauro pára onde começa a hipótese”⁹³.

Alguns são os exemplos de igrejas onde as rosáceas foram recebendo ao longo da sua história, não só reparações de melhoramento, mas também mudanças significativas

92 Maria de Magalhães Ramalho – IPPAR. *Op. cit.*.

93 *Carta de Veneza*, *op. cit.*, artº 9º.



Igreja de Paço de Sousa | I37a Início dos trabalhos de “restauro”, 1927 | I37b Início dos trabalhos de “restauro”, s/d | I38 Igreja após os trabalhos de “restauro”, s/d | I39 Fachada principal com janelão rectangular no sítio da rosácea, s/d | I40 Vista interior da Igreja com janelão rectangular no sítio da rosácea, s/d | I41 Fachada principal da Igreja com rosácea, s/d.

nas soluções que aí existiam. Quando na Igreja de Paço de Sousa foram iniciadas as obras de “restauro”⁹⁴ pela DGEMN, no ano de 1927, o edifício apresentava uma rosácea de cantaria que definia a sua forma circular. A guarnição do vão era de madeira assim como a grelha que enquadrava os vidros [I37]. Este interior foi entretanto retirado e deu lugar a uma traceria de pedra com uma geometria simples que apenas empregou o círculo na sua composição [I38]. Tal não foi o sucedido na Igreja de S. Pedro de Rates. Data-se do século XVIII a substituição da rosácea por um janelão rectangular [I39]. O significado desta alteração estende-se para além da questão da iluminação do espaço interno [I40], já que essa função se encontra assegurada pelo janelão. Diferente seria se se tivesse encerrado o vão não permitindo a entrada de luz. O problema afigura-se assim pertencer ao campo da coerência da forma e da composição da fachada.

Na década de 30, a DGEMN restituiu à fachada a rosácea que havia sido substituída pelo janelão [I41]. A forma circular da rosácea confere-lhe uma posição neutra no conjunto da fachada pelo equilíbrio de forças geométricas. O rectângulo do janelão, pelo facto de se construir por meio de linhas rectas, dá à forma um sentido de movimento a partir do seu eixo maior. Contudo, o facto de a rosácea se afastar do nível do pórtico, procurando uma posição central na zona superior da nave principal e sem ter eixos de força que a liguem ao plano térreo, ajuda a criar uma sensação de elevação e verticalidade que foi própria da arquitectura gótica.

A indefinição em que vive a abertura da fachada principal da Igreja do CSF revela-se essencialmente um problema de iluminação, organização e coerência espacial, assim como de imagem criada através da composição da fachada principal cuja solução dependerá invariavelmente do programa que se idealize para o CSF.

A escolha de uma solução em detrimento de outras possíveis para as situações que apresentámos não deverá constituir-se num acto isoladamente pragmático, mas corresponder a um conceito global de intervenção com objectivos definidos sobre as problemáticas que o projecto propõe solucionar. Poder contar com a experiência e os resultados de casos que tenham levantado as mesmas questões é uma vantagem no referenciamento de possibilidades que não dispensa, mas completa a análise das especificidades do CSF. É deste modo que o entendimento das características e das possibilidades formais do edifício se afigura essencial e que paralelamente à compreensão das dinâmicas sociais da envolvente, pode resultar um conjunto otimizado de soluções que seja a base da construção de uma função que melhore o ambiente urbano da cidade.

94 SERENO, Isabel, AMARAL, Paulo, NOÉ, Paula. *Igreja de Paço de Sousa*. Inventário do IHRU – Monumento IPA nº PT011311220003, 1994, 1997. [no sítio www.monumentos.pt]

Monumento, Sociedade e Qualidade Urbana

O estudo dos diferentes programas que ocuparam o CSF permitiu-nos constatar que a sua estrutura foi sendo testada ao longo dos tempos na capacidade de adaptação a novos modos de apropriação espacial. Foram sendo gerados novos planos que definiram a estratégia de ocupação do edifício e do espaço público, tendo sido através de sucessivas intervenções na forma do Convento que foram permitindo a instalação dos diversos conteúdos programáticos. Apesar do contexto sociopolítico em que estas mudanças ocorreram ter sido determinante, foram levadas a cabo na presença e na ausência de estratégias que visaram não só a estruturação interna do edifício mas também a sua ligação à envolvente e à sociedade em que se inseriu. Consideramos que são os objectivos destas estratégias, a que chamamos função, os reguladores da intervenção arquitectónica. A inexistência desses objectivos faz da acção sobre o edifício um processo aleatório.

A condição do monumento na cidade tem sido uma temática recorrente, inerente à discussão sobre a alteração de valores que a Revolução Industrial imprimiu à dinâmica das cidades e à ideia de que o monumento possa ser base da tentativa de reverter esse processo, numa aproximação do Homem ao espaço público. Dada a proximidade das abordagens realizadas sobre este conceito e também sobre o conceito de património, importa esclarecer que *monumento* constitui-se como uma das formas de ser patrimonial. Enquanto *património*¹ designa qualquer elemento ao qual uma dada comunidade reconheça um conjunto de valores específicos com os quais se identifica², o conceito de *monumento*³ remete-nos para uma obra proveniente da acção humana, destinada a guardar e a lembrar as provas da sua existência, formando “un soporte de la memoria”⁴. Os monumentos tornam-se representativos “de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um

1 Em inglês *heritage*, formado a partir do Francês antigo «*eritage*, from *heriter* “inherit” [herdar]» e do Latim «*heres* (gen. *heredis*) “heir” [herdeiro]» in <http://www.etymonline.com/index.php?term=heritage>.

2 Carta de Cracóvia. Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, Cracóvia, 2000.

3 Formado a partir do Latim «*monumentum* “a monument, a memorial” [monumento, memorial] que advém de «*monere* “to remind, warn” [lembrar, aviso]» in <http://www.etymonline.com/index.php?term=monument>.

4 Carta de Cracóvia. *Op. cit.*.

acontecimento histórico”⁵, garantindo ser um testemunho para as gerações vindouras. Assim, o monumento é invariavelmente uma coisa material que usa o símbolo como meio de comunicação com a sociedade. Já o *património*, ao envolver todas as características que identificam essa mesma sociedade, tende a ser toda a realidade, “do inerte ao vivo, do passado ao presente, do material ao imaterial”⁶, constituindo-se em vários tipos, como o património imaterial (costumes, música, ofícios, literatura, etc.); o património cultural (lugares arqueológicos, a História, a Pintura, etc.) ou o património arquitectónico, categoria em que se inserem os monumentos. Independentemente do carácter privado ou público da gestão e do programa, o monumento é portador da memória de dado acontecimento ou acção humana, que de algum modo contribuiu para o desenvolvimento social. Foi neste sentido que, a 14 de Março de 1917, a Igreja e o Claustro do Convento de S. Francisco foram decretados Monumento Nacional⁷.

Os edifícios que tendem a permanecer na cidade, “os sinais físicos do passado”⁸ que ainda experimentamos, são aqueles que Rossi aceita poderem “ser considerados como elementos patológicos [assim] como elementos propulsores”⁹ de desenvolvimento. São estas “permanências” que se constituem como fios condutores do desenvolvimento urbano, sustentando as mudanças que ao longo do tempo vão ocorrendo nos edifícios intermédios, através dos espaços públicos (ruas, praças, largos) que se ligam entre si, assemelhando-se às potencialidades encontradas na definição do conceito de *monumento*. Recordamos aqui a expansão ocorrida em Santarém através da implantação dos Conventos das Ordens Religiosas fora do núcleo amuralhado. As alterações que estas estruturas sofreram ao nível dos conteúdos programáticos e da forma conduziram ao desvanecimento da sua função na cidade e à consequente perda da sua referenciabilidade, transformando-se, sob o ponto de vista da “teoria das permanências” enunciada por Rossi, em elementos que foram asfixiando a comunicação no interior da cidade. No caso do CSF, por meio da sua inactividade, registou-se uma perda de parte da função que este exercia na cidade. Ao longo dos anos em que esteve fechado, tornou-se uma estrutura insular cujo impasse foi contaminando a envolvente pela falta de dinamização do espaço público e degradação da

5 *Carta de Veneza - 1964. Cadernos SPPC*, nº1. Évora: SPPC, 1996.

6 Marc GUILLAUME. *A Política do Património*. 1ª ed., Campo das Ciências 11, trad. Joana Caspurro, Campo das Letras Editores, Porto, 2003, p. 24.

7 Rosário GORDALINA. Ecília MATIAS. *Igreja e Claustro do extinto Convento de S. Francisco*. Inventário do IHRU – Monumento IPA nº PT031416210006, 1990, 2004.

Este processo culminou na constituição de uma Zona Especial de Protecção (ZEP) [A13] que data de 8 de Novembro de 1946 e define um perímetro circundante ao CSF. Esta demarcação obrigou a que todas as alterações que se quisessem realizar no âmbito da construção naquele perímetro tivessem de ser previamente aprovadas pela DGEMN.

8 Aldo ROSSI. *Arquitectura da Cidade*. Edições Cosmos, Lisboa, 2001 (1ª ed. 1966), p.76.

9 *Idem*.

sua forma.

Para que se constituam como factos perenes, os monumentos têm primeiramente que ser socialmente activos, já que a sua continuidade depende fortemente dos cuidados na manutenção dos seus elementos construtivos. Para que tal aconteça é necessário que exista de algum modo uma ligação entre monumento e a sociedade que o usa, assegurando a sua existência. É através da construção da imagem, portadora de elementos comuns a essa sociedade — os símbolos —, que o monumento se completa, integrando a sua própria identidade, o que lhe permite servir de referência dentro do espaço urbano da cidade por ser reconhecido por um conjunto alargado de indivíduos. O significado¹⁰ dado ao monumento não é assim estanque, afigurando-se tão mutável quanto diferentes forem os valores culturais da sociedade que deles se apropria e “se corporiza en el *sitio* propiamente dicho, en su *fábrica, entorno, uso, asociaciones, significados, registros, sitios relacionados y objetos relacionados*”¹¹, que lhe servem de referência na utilização do espaço público.

Acompanhando a evolução da sociedade e dos seus membros, os valores comuns também vão sofrendo alterações, pelo que a actualização dos edifícios/monumentos em relação a estas mudanças constitui a base do sucesso para que estas “permanências” possam servir de propulsores na melhoria da rede urbana. Esta necessidade de que reflectam a contemporaneidade advém do facto de a maioria reconhecer os monumentos mais “como hitos actuales de nuestros lugares, [do] que como símbolos del proceso mediante el cual se convirtieron en su ser actual”¹². Irremediavelmente sujeitos à vontade social, os edifícios referenciais são também espelhos da identidade de um povo, desenvolvida sobre os seus valores basilares. Contudo, o próprio edifício é portador de uma identidade única, fruto da adaptação da sua estrutura aos valores das diferentes sociedades que deles usufruíram, e as alterações produzidas no monumento numa determinada época resultam tanto mais “radicais” quanto mais fortes forem as diferenças em relação aos utilizadores precedentes. É neste sentido da alteração de valores que Luís Miguel Correia descreve duas formas distintas de actuação sobre monumentos realizadas, segundo o autor, sobre o conceito de “identidade nacional”¹³: as intervenções realizadas pela DGEMN a partir dos anos 30 e a transformação do Convento de Santa Marinha da Costa em Guimarães em pousada, iniciada em 1975 e concluída em 1984 a cargo do arquitecto Fernando Távora.

10 Do “latim *significatio*, de *significare*, «indicar», «assinalar»” (CLÉMENT et alii: 1994).

11 ICOMOS Australia, *A Carta de Burra*, Burra, revisão de 1999, trad. António de Borja Araújo, Eng.º Civil I.S.T., ICOMOS Australia, 1979.

12 Antoni González MORRENO-NAVARRO. “Globalización y Monumentos”, *Quaderns científics i tècnics de restauració monumental* 13. Diputació de Barcelona - Àrea de cooperació servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 2002, p.16.

13 Luís Miguel CORREIA. “Sobre a intervenção no património em Portugal: uma questão de identidade”, *Op. cit.*, pp.353, 354.

A DGEMN foi o organismo encarregue de uma missão transformadora que constituiu a Arquitectura como veículo de uma mensagem de unidade nacional proclamada por um sistema ditatorial a que se chamou “*Monumentos do Salazarismo*”¹⁴, nos quais podemos incluir o CSF, alvo de uma operação de “limpeza” que pretendeu transformar o Convento no que seria a sua forma original. O objectivo era que esses monumentos fossem “exemplos do passado (...) de triunfo”¹⁵ e para tal deveriam ser repostos “os imóveis ao seu estado primitivo, eliminando (...) todos os elementos que não legitimassem a prévia definição da natureza ideológica da intervenção”¹⁶. Já a intervenção do arquitecto Fernando Távora, realizada noutro contexto político-social, assumiu como estratégia a “prosecução da já longa vida do convento, «*confirmando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços resultantes de novos condicionamentos programáticos.*»”¹⁷.

Porém, o processo de integração do ser humano no meio que o envolve, sustentado através da existência de elementos com os quais se identifique e aos quais reconheça um significado, apenas pode acontecer na presença activa da memória. É por este motivo que os monumentos, como símbolos que representam o passado, apelidados de “objectos mnemónicos” por Marc Guillaume, “perturbam o curso normal da memória e do esquecimento, substituindo um passado vivido pelo imaginário de um passado eternizado”¹⁸ mantendo activa a lembrança do passado, não pelo seu sentido saudosista, mas pelo entendimento da evolução do edifício e pela aprendizagem¹⁹ que nos proporciona.

Ao serem portadores de características necessárias para que o indivíduo se sinta parte da sociedade onde se move, como as que enunciámos anteriormente, os monumentos adquirem um importante papel na integração social, contribuindo para a criação de lugares “donde tanto los nativos como los sobrevenidos podamos sentirnos, todos, como decía Adela Cortina, «en nuestra ciudad, em nuestro lugar, no en casa ajena»”²⁰. Assim, os monumentos, como é o Convento de S. Francisco, “puedan ser utilizados para civilizar la globalización”²¹ e a sua tendência à homogeneização, contribuindo para o reforço das características autóctones, que nascem sobretudo a partir de uma adaptação dos seres humanos às condições do local onde se instalam, tão básicas quanto o relevo ou o clima

14 *Op. cit.*, p. 353.

15 *Idem.*

16 *Idem.*

17 *Op. cit.*, p. 357.

18 Marc GUILLAUME. *Op. cit.*, p. 85.

19 Élisabeth CLÉMENT, Chantal DEMONQUE, Laurence HANSEN-LØVE, Pierre KAHN. *Dicionário Prático de Filosofia*. 5ª Edição, Terramar, Lisboa, 2007 (1ª ed. 1994), p.251.

20 *Idem.*

21 Antoni González MORRENO-NAVARRO. *Idem.*

sem com isso os transformar em figurinos pictóricos. Tendencialmente, uma abordagem centrada nesta característica que o Convento pode ter, conduz à cristalização da forma, por se ter de manter uma imagem já conhecida, dificultando o desenvolver de um pensamento que permita ao monumento adaptar-se às necessidades da função que se pense melhor servir a população local.



CSF | 11 Cabeceira da Igreja e dependências conventuais rodeadas por construção, 2008.

Da Envolvente do Convento de S. Francisco

Com a perda da antiga Cerca do CSF, vasta extensão do quadrante noroeste – nordeste, para o domínio militar na altura da extinção das Ordens Religiosas, foi aberto espaço a que outras construções fossem rodeando o Convento que, actualmente, envolvem-lhe muitas das dependências adjacentes e a cabeceira da Igreja [I1]. Apesar destes acontecimentos terem ditado a diminuição drástica do seu espaço próprio, a estreita proximidade criada com a envolvente enfatizou o facto de, em união com o Jardim da República, se constituir em elemento de convergência de diversas realidades urbanas no seu perímetro, como as entradas norte e nascente na cidade, acesso aos núcleos beira-Tejo da Ribeira de Santarém e de Alfange e ligação dos bairros habitacionais, da central de autocarros e do centro da cidade ao Liceu Sá da Bandeira e ao bairro de S. Bento. Estabelecendo um forte diálogo com os edifícios que constituem o perímetro do conjunto CSF/ Jardim da República, destaca-se a importância do facto de, partilhando o mesmo espaço público e os mesmos acessos, serem realidades interdependentes. Assim, estes edifícios perimetrais não só beneficiam das qualidades que possam ser criadas no Convento e no Jardim, mas também adquirem a competência de as suas transformações afectarem decisivamente a qualidade do uso que possa ser dado ao conjunto. Para melhor entendimento do que são as dinâmicas do espaço que envolve o CSF, apontam-se três zonas que distinguimos [A14].

Zona 1

Corresponde a vários blocos cujos programas variam entre o comércio, a habitação e os escritórios, sendo que actualmente uma grande percentagem se encontra devoluta. Esta frente construída é interrompida por uma acentuada Calçada, Escadinhas das Figueiras, que vence cerca de 20m de altura e acede pedonalmente à cota inferior onde se localiza a Fonte das Figueiras.

Zona 2

Continuação da frente construída da Zona 1 que recua e forma um largo triangular. A localização da Porta de Leiria numa das extremidades do largo faz desta zona um espaço fundamental na transição do Jardim da República para o Largo do Seminário, conferindo-lhe uma duplicidade característica das zonas de remate e que preparam uma mudança de espacialidade. Estabelece forte comunicação com o Jardim, pensando-se ser nas qualidades da sua apropriação e nos objectivos do seu desenho que se poderá esboçar,

neste quadrante sudeste da cidade, a oportunidade de estabelecer uma efectiva ligação com o interior do núcleo amuralhado, minimizando o efeito “de corte” produzido pela Rua 31 de Janeiro. Assim, a importância da criação de uma estratégia de programação dos usos destes edifícios fronteira considera-se fundamental em paralelo com um pensamento crítico do desenho existente.

Zona 3

Define-se pelo edifício e lote da ex-EPC que, na posse da CMS desde Janeiro de 2009, se encontra fechado e sem programa ainda definido, apesar de se verificar a vontade, por parte da CMS, de que este se transforme em “Fundação da Liberdade”²². Estabelece uma relação umbilical com o CSF, limita e faz frente ao Jardim da República, mediando a ligação com o Largo Infante Santo através da continuidade conferida pela sua fachada. Apesar do ante-projecto do Plano de Pormenor da Praça do Município/ São Francisco [A15] já prever novo desenho deste Largo que essencialmente o funde com a Praça do Município, importa sublinhar a sua condição de elemento unificador entre três pontos de entrada em edifícios públicos (o Convento, a estrutura da ex-EPC e a Câmara Municipal na Praça do Município). Porém, afigura-se delicada a relação de vizinhança entre o Convento e a ex-EPC, não só pela proximidade, mas também pelo facto de parte das antigas estruturas conventuais estarem na posse da ex-EPC, o que reduz a percepção e o usufruto da totalidade dos espaços do antigo Convento. Contudo, o facto de as instalações da ex-EPC não se encontrarem activas introduz nesta problemática uma nova possibilidade: a de se poder pensar em conjunto estes dois equipamentos públicos que se encontram estagnados na contribuição activa à vida da população. Esta foi uma ideia já desenvolvida em parte pela DGEMN na *Proposta de Restauro – Adaptação a Museu* na qual se pode observar a planta 5-A onde se definiram “as zonas a ceder pelo Exército”, mas que ainda assim não abrangeu todas as áreas que terão pertencido ao Convento.

Entende-se que a ex-EPC, sem esquecer que foi construída sobre as ruínas do Convento da Trindade, hoje desempenha um papel diferenciado do CSF. Se temos por um lado o potencial de atracção do Convento inerente à sua condição histórico-cultural, por outro, a ex-EPC, paralelamente à carga simbólica que encerra por ter sido palco de partida dos militares comandados por Salgueiro Maia e que ocuparam a 25 de Abril de 1974 o Terreiro do Paço em Lisboa, pondo fim ao regime ditatorial até aí existente, tem na sua posse área e estruturas edificadas que poderiam desempenhar um ponto de apoio a uma possível intervenção no CSF. A reduzida área útil disponível no Convento constitui uma das maiores limitações à possível integração de um novo programa e um dos motivos pelo

²² “Moita Flores promete grande festa popular esta noite em Santarém”, *O Mirante*. in <http://www.omirante.pt/index.asp?idEdicao=54&id=30190&idSeccao=479&Action=noticia>

qual foram suspensas, no ano de 2000, as negociações que conduziriam à transformação do Convento em Pousada²³. Assim, constata-se ser na consideração de uma estratégia geral que funda as potencialidades de cada um dos elementos que se pode encontrar uma solução para a fraca ligação entre o bairro de S. Bento e o centro da cidade, percebendo a importância da Travessa de Sta. Clara para o cumprimento deste objectivo.

A perda de catalisadores locais e a incapacidade de regeneração do tecido urbano de modo a apoiar a alteração, a actualização e o fortalecimento dos conteúdos programáticos dos edifícios envolventes conduziu à diminuição da utilização deste perímetro urbano. Esta zona da cidade deixou de ter relevância nos percursos activos da população, tornando-se assim área de passagem maioritariamente automóvel, sendo que a movimentação pedonal existe excentricamente a este núcleo [A14]. Consequentemente, assistiu-se a uma perda na fixação de actividades no edificado envolvente, aumentando o ambiente de insegurança no Jardim, facto que foi ao longo do tempo contaminando as condições que garantem e sustentam espaços de estar. O mau estado de conservação do Convento ditou o seu encerramento, agravando a tendência para a “inércia urbana” que em efeito de “bola de neve” levou ao desinteresse e afastamento desta zona da cidade. “E a erosão é fruto da ausência e do abandono.”²⁴.

Ao nível do entendimento do impacto e do significado que pode ter a intervenção no espaço público, julgou-se oportuno lançar um olhar mais atento sobre uma realidade que foi recentemente objecto de intervenção, onde se podem observar características e problemáticas semelhantes às encontradas na zona em questão. Falamos da Requalificação da Zona Envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça²⁵ da autoria dos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos. Apesar de cada cidade conceber de modo díspar a especificidade quanto ao entendimento do seu património arquitectónico, Santarém²⁶ e Alcobaça²⁷ estruturam-se em edifícios de grande relevo histórico-religioso. Santarém possui uma rede significativa de Conventos e Igrejas sobre a qual se delineou toda a sua expansão [A13]. Já Alcobaça cresceu rodeando centralmente a Abadia de San-

23 Carta do Presidente do Conselho de Administração da ENATUR (Empresa Nacional de Turismo S. A.) Eduardo Ambar para o Presidente da CMS de 13.09.2000 com o assunto: “Forte de S. Francisco, em Santarém”. Referência CA 148. in *Processo Convento de S. Francisco de Santarém do IGESPAR* – Lisboa (Av. de Berna).

24 Gonçalo BYRNE, “Entrevista Gonçalo Byrne | GB Arquitectos”, *Archi News – Revista de Arquitectura, Urbanismo, Interiores e Design*, N° 11, 2009, Lisboa.

25 Projecto com atribuição de Menção para a Melhor Obra de Arquitectura de Espaço Urbano 2008 na VI Bienal Ibero-Americana de Arquitectura e Urbanismo.

26 A cidade de Santarém tem 28822 habitantes, divididos por 4 freguesias – Censos 2001, *INE*, 2009, <http://www.ine.pt> [consultado em 2009-05-18].

27 A cidade de Alcobaça tem cerca de 6200 habitantes segundo estudo de 2006 - *INE*, 2009, <http://www.ine.pt> [consultado em 2009-05-18].



Alcobaça | 12a e b Rossio antes da intervenção.

ta Maria de Alcobaça, sendo outrora uma estrutura arquitectónica isolada do ponto de vista da relação directa com outros edifícios, assim como o Convento de S. Francisco. Apesar da proximidade que mantêm com o núcleo habitacional, foram constituindo um pólo atractivo para o estabelecimento de actividades económicas e para a implantação de habitação. Ambas as realidades se apresentam actualmente rodeadas por construções, guardando contudo uma distância significativa entre as suas fachadas principais e a cidade, dando espaço à criação do Jardim da República em frente ao Convento, em Santarém, e do Rossio ou Praça 25 de Abril frente ao Mosteiro de Alcobaça.

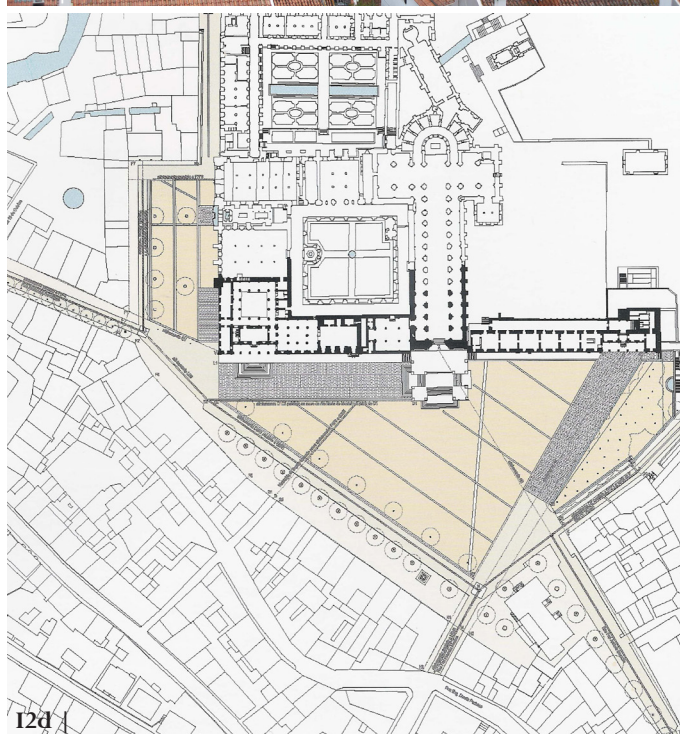
Encontra-se em Alcobaça uma ideia de apoio de toda a intervenção urbana num ponto central, o Mosteiro de Alcobaça, cuja função referencial foi uma mais-valia numa ampla estratégia que procurou produzir um efeito de “complementaridade harmónica entre a Cidade e o Mosteiro”²⁸, tornando-o propulsor de investimento ao nível do espaço público e melhorando assim a sua qualidade. Apesar de anteriormente a esta intervenção já terem existido três focos de melhoramento no interior do Mosteiro²⁹, este foi o elemento central e pólo aglutinador de vontades que foram informando o projecto, atestando o espaço público não só como elo de ligação entre as diferentes partes da cidade, mas também como dinamizador das actividades que animam o habitar dos edifícios, sem contudo, intervir no seu interior.

Comparando o pré com o pós intervenção [I2], observa-se uma mudança no sentido da hierarquização das diferentes componentes do espaço público mudando e ajustando-lhes o carácter através de novo desenho. As ruas que confluem para o Rossio (Rua Frei António Brandão, Rua Frei Estêvão Martins, Rua Alexandre Herculano e Rua Dr. Zagalo) adaptam-se no seu pavimento a uma nova interpretação da apropriação pedonal dos espaços até à chegada ao Mosteiro, num nítido apelo aos sentidos. A praça D. Afonso Henriques configura, através dos diferentes patamares, distintas apropriações daquela área, estabelecendo momentos de passagem e de paragem que se articulam com o extenso terreiro do Rossio com pavimento em saibro, vinculando através do seu despojamento e neutralidade a capacidade de fazer convergir para aquele local realidades díspares desreferenciando o Mosteiro do seu “carácter de ínsula” desligada da forma urbana circundante, ligando-o à cidade que o envolve”³⁰. Após o período de obras, verificou-se um crescente cuidado dos particulares na manutenção dos seus espaços privados que no fundo são o

28 Gonçalves BYRNE, Op. cit..

29 As três intervenções anteriores ao projecto em questão: *Exposição Arte Sacra Do Renascimento ao Barroco nos antigos Coutos de Alcobaça*, Mosteiro de Alcobaça (1994), Ala Sul – Recuperação do Edifício do Celeiro (2001), Ala Sul – Galeria de Exposições Temporárias (2001), da autoria de Gonçalves Byrne e João Pedro Falcão de Campos.

30 Gonçalves BYRNE, Op. cit..



Alcobaça | I2c Rossio após a intervenção. | I2d Planta de intervenção na envolvente do Mosteiro de Alcobaça.

cenário maioritário de toda a ambiência de vida na cidade. O reavivar do interesse pela ocupação comercial dos espaços da envolvente, após este investimento no espaço público, conseguiu alcançar um equilíbrio entre actividades diurnas e nocturnas que mantêm a área activa ao longo do dia e da noite aumentando a segurança e incutindo dinamismo ao local.

A capacidade interventiva da Arquitectura e do Projecto

Segundo Alöis Riegl, “la intervención arbitraria de la mano humana en el estado actual del monumento”³¹ seria o único aspecto a ser evitado num processo de intervenção. É numa lógica de antiarbitrariedade que exploramos o método do projecto de Arquitectura como acção sobre os monumentos.

Dadas as problemáticas inerentes ao CSF que ao longo deste estudo foram sendo apontadas, antevê-se a necessidade de uma consistente colaboração entre as diversas especialidades para o solucionamento das mesmas. Especialmente no que respeita à fragilidade da sua materialidade, já que parte da mesma se encontra em ruína, e à falta de consolidação das intervenções arqueológicas que foram sendo realizadas. Contudo, mesmo que o CSF fosse alienado da posse do Estado e passasse a integrar um programa totalmente privado, sublinha-se que a sua componente simbólica e referencial manter-se-ia tanto quanto o tratamento do espaço público envolvente o permitisse, já que este constitui importante suporte ao desenvolvimento do Convento. Ora, mesmo que programaticamente o seu uso seja privado, a sua função engloba uma componente pública de serviço urbano e social que advém da sua condição de “monumento”. Antes da decisão dos métodos a adoptar numa possível intervenção na sua forma e na gestão espacial de um conteúdo programático, torna-se necessário esclarecer a sua função, sendo este um elemento que é sobretudo uma espécie de mediação entre “los deseos de rentabilidad funcional del promotor de la intervención y el edificio como expresión de contenidos culturales”³², sendo já a este nível primário que se inicia a actividade do arquitecto perante o objecto no qual intervirá por meio do projecto.

A provada complexidade inerente a um processo de intervenção no CSF exigirá assim uma forte coordenação na qual a presença de objectivos iniciais bem definidos poderá apoiar eventuais dificuldades de projecto, funcionando como fio condutor das decisões a tomar perante as diferentes áreas disciplinares intervenientes. No entanto, a actual situa-

31 Alöis RIEGL. *El culto moderno a los monumentos: Caracteres y origen*. Colección La balsa de la Medusa, trad. Ana Pérez López, Visor, Madrid, 1987 [1ª ed. 1903], p. 52.

32 Carlos CAMPOS. “Monumento: uso y lectura de la arquitectura”, *Quaderns científics i tècnics de restauració monumental* 13. Diputació de Barcelona - Àrea de cooperació servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 2002, p.154.

ção do Convento, que se encontra na posse do Estado, determina que a figura do cliente se represente pela população. Esta aproximação aos potenciais utilizadores do edifício desenvolve-se no entendimento do processo de transformação do edifício ao longo do tempo, constituindo base para o diagnóstico das suas carências formais e funcionais, diagnóstico esse que permite a construção de uma interpretação do espaço a partir da qual se gera a sua metamorfose³³, não negando ao edifício “su derecho a transformarse con la sociedad que le acoge y utiliza”³⁴. A obtenção deste grau de conhecimento sobre o edifício é-nos possibilitada apenas através da cooperação interdisciplinar que no caso do CSF se afigura como essencial para garantir de modo coerente a continuidade da existência do edifício. Disciplinas como a História, a Arqueologia ou a Sociologia permitem através dos seus métodos interpretativos, construir ideias do que poderá ter sido o edifício, compreender o significado que terá tido para dada sociedade num período temporal específico, assim como apreender o modo de apropriação dos espaços do edifício. Destas interpretações podem ser retiradas lições nas quais se fundamentem e que constituam bases que informam o projecto.

Mas se por um lado o incentivo à constituição de equipas multidisciplinares é um dos reptos mais referidos nas Cartas e Documentos Internacionais, por outro lado, ainda há renitência em considerar que o acto de projecto possa depender de um processo de análise que muitas vezes lhe é exterior pela componente técnica específica exigida, como Solà-Morales defende quando afirma que “la invención proyectual constituye un nivel del discurso completamente desligado, libre e independiente de la necesidad analítica”³⁵. Apesar de tudo, a acção do projecto em resposta a um conjunto definido de problemas é sobretudo um pensamento actual sobre a realidade existente (que não exclui um possível envolvimento de outras disciplinas) e que percebe a malha urbana, o lote, o edifício como identidades de continuidade, apresentando o momento de transição, o fugaz momento do agora, como possibilidade de melhorar a condição de usufruto desse sítio na sua relação com o tempo.

Os múltiplos acontecimentos que foram marcando temporalmente o Convento e que conduziram ao seu actual estado de ruína, determinam as características que poderão parecer por si só uma dificuldade, mas apesar disso não existem isoladamente das problemáticas que rodeiam todo o edifício. Pode ser assim, nesta ambiguidade, e na sua

33 Antón CAPITEL. *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Alianza Forma 75, Alianza Editorial, Madrid, 1992 [1ª ed. 1988].

34 Pablo LATORRE, Leandro CÁMARA. “Los procesos de transformación de la arquitectura en el tiempo. Consecuencias teóricas y metodológicas en el proyecto y la obra de restauración”, *Quaderns científics i tècnics de restauració monumental* 13. Op. cit., p.173.

35 Ignacio de SOLÀ-MORALES. *Intervenciones*. Gustavo Gili, Barcelona, 2006, p.48.

consciência entre o tempo irreversível e a necessidade de ancoragem no passado como alimento para a construção do futuro, que o projecto possa testar as suas capacidades de “contaminação”³⁶ das realidades adjacentes, constituindo a forma do seu desenho no encontro da impossibilidade que é a união entre passado e futuro.

36 Usa-se aqui o termo *contaminação* no sentido propulsor que o projecto pode oferecer no melhoramento da realidade envolvente e na sua capacidade de comunicar um sentido orientador e regulador de um pensamento global e estratégico.

A legitimidade de uma intervenção: um novo Programa

Presentemente, o problema latente no que respeita ao CSF é a manutenção da sua forma, visto que parte significativa dos seus espaços se encontram em ruína. Mais que um problema estético ou funcional, revela-se no limite um problema de existência ou de caminho para a extinção de um edifício classificado. Vimos também, analiticamente, que ao longo dos tempos a forma do Convento foi sendo suportada, com mais ou menos alterações, através de mudanças, algumas delas drásticas, no conteúdo programático. Cabe-nos então entender as possibilidades que se apresentam.

Apesar de grande parte do património arquitectónico português ser de posse privada, uma percentagem significativa pertence ao Estado, que para o gerir criou uma série de entidades, como é exemplo o IGESPAR ou o IHRU. Contudo e mesmo tendo em conta a importância que os monumentos desempenham na constituição da sociedade, a atribuição de verbas que viabilizem as intervenções necessárias, através das quais se corrijam patologias originadas maioritariamente pelo processo de erosão a que estão sujeitos, têm-se revelado escassas. Por este motivo, à parte de grandes estruturas como o Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, o Convento de Cristo em Tomar ou o Palácio Nacional da Pena em Sintra, têm-se assistido a uma mudança de atitude em relação à sua gestão. Se por um lado nos anos 80 e ainda nos anos 90 as intervenções realizadas tiveram grande tendência à musealização dos edifícios, uma mudança de atitude de gestão patrimonial impôs que se pensasse na sua rentabilização garantindo fundos para a sua manutenção. Esta ideia de rentabilizar o património arquitectónico é defendida por Carlos Campos como maneira de “una vez realizado el primer impulso restaurador, quede garantizada la conservación del mismo por el propio usuario o las entidades encargadas de su gestión”³⁷. Esta necessidade de compensação financeira dos investidores públicos ou privados nos projectos de intervenção em monumentos, aliada à sua valorização enquanto elementos “de sutura”³⁸

37 Carlos CAMPOS. *Op. cit.*, p.153.

38 *Objectos de sutura* é um conceito usado por Marc Guillaume em *A Política do Património* e define uma das características imputadas aos monumentos. São assim, os “objectos que visam colmatar uma carência, coser uma ferida simbólica, remendar um buraco da memória, permitindo o esquecimento. (...) O objecto de sutura recorda para permitir esquecer o que o consciente não tolera” [p.24]. Têm por isso uma forte carga imagética, mas actuam silenciosamente no esquema referencial da população e só através de uma grande mudança na sua “imagem” parece tomar-se consciência da sua existência como tal. Contudo, no contexto deste estudo, usamos este conceito também no sentido de poder constituir-se como possibilidade de resolver eventuais patologias da malha urbana. É “remendo” simbólico (individual e colectivo), com toda a potencialidade de agir positivamente

entre o homem, sociedade e o território, amplia a necessidade de procura de um modo de, respeitando a sua integridade arquitectónica, capacitar o monumento para albergar novos programas que permitam o seu sustento.

A possibilidade da introdução de novos programas em edifícios com reconhecido valor histórico-cultural é uma abordagem de projecto já indicada em 1931 pela Carta de Atenas, colocando o factor ocupação como essencial para assegurar “a continuidade da sua [monumento] vida”³⁹, ideia que foi, mais tarde, reforçada pela Carta de Veneza⁴⁰, pela II Carta Italiana de Restauro⁴¹ e pela Carta de Burra⁴². Estas cartas são consensuais em sublinhar o pensamento de que as obras previstas pelo projecto devem “comportar cambios mínimos para la fábrica significativa y el uso debe respetar asociaciones y significados; y cuando sea apropiado, debe proveer la continuidad de las prácticas que contribuyan a la significación cultural del sitio”⁴³.

Numa perspectiva inversa à de Carlos Campos, Moreno-Navarro considera que “la reutilización monumental está en el origen de la restauración”⁴⁴, sendo através da atribuição de novos programas aos edifícios, da apresentação da capacidade de suporte de outro funcionamento interno, que se pode garantir a reparação e manutenção da sua matéria, no que apelida de “proyecto de uso”⁴⁵. Sublinha também que o novo programa deve permitir “compatibilizar la conservación del monumento (en el sentido de continuidad de existir) con la permanencia de sus valores esenciales, los que precisamente le definen como tal”⁴⁶. Aqui o papel do projecto, na capacidade de encontro de novas situações programáticas, é colocado como elemento primário de toda a acção, considerando-se que seja este a legitimar a intervenção formal, que supõe forte componente técnica, contrariamente à visão de Campos onde o uso do monumento pelo seu conteúdo programático apenas é tido como garantia de cuidado posterior à “reparação” da forma. Através do exemplo da intervenção no Castillo de Cubelles, Moreno-Navarro construiu um discurs-

sobre os problemas urbanos da própria cidade.

39 Carta de Atenas. 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, 1931.

40 Carta de Veneza - 1964. *Op. cit.*, artº.5º.

41 Cesare BRANDI. *Teoria del Restauro*. Biblioteca Einaudi, Giulio Einaudi ediciones s.p.a., Torino, 1977 (1ª ed. 1963).

42 ICOMOS Australia, *Op. cit.*, Anexo.

43 *Idem*.

44 Antoni González MORRENO-NAVARRO. “Restauración y Reutilización”, *Quaderns científics i tècnics de restauració monumental 10*. Diputació de Barcelona - Àrea de cooperació servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 1998, p.9.

45 Antoni González MORRENO-NAVARRO. “Intervención en el Castillo de Cubelles. Criterios generales y proyecto de uso”, *op. cit.*, p.319.

46 Antoni González MORRENO-NAVARRO. “Restauración y Reutilización”, *op. cit.*, p.10.

sos explicativo das etapas desse processo, onde programaticamente se conciliou a visita ao edifício com outros modos independentes de o usar que segundo o autor “han de resultar decisivos para el correcto mantenimiento del conjunto, ya que pueden garantizar recursos ordinarios para ese fin y la presencia permanente de usuarios (visitantes y personal de servicio)”⁴⁷.

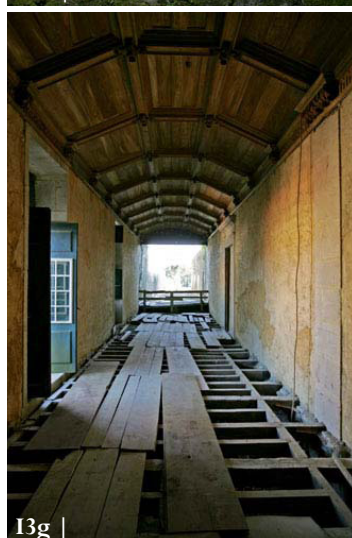
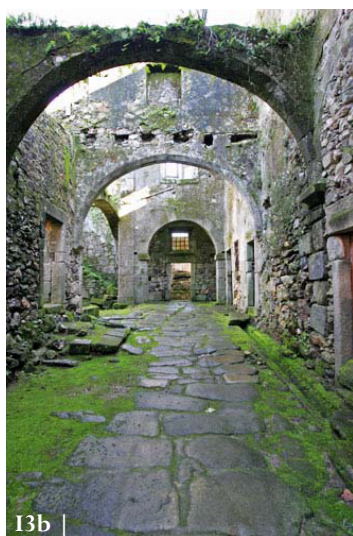
Um dos exemplos que consideramos mais consistentes no que respeita à legitimação da intervenção através da concepção de novos programas para o espaço que podemos observar em território nacional, chega-nos através do Mosteiro de S. Martinho de Tibães. Adquirido pelo Estado em 1986 e sob a tutela do IPPAR⁴⁸, foram iniciadas as obras que permitiram a abertura gradual de partes do Mosteiro, que se encontravam em ruína, como se pode constatar através das fotografias de Julho de 2006 [13], data em que foi iniciada a terceira fase de intervenções denominadas *Projecto de Recuperação e Reabilitação do Noviciado, Ala Sul e Claustro do Refeitório*. A gestão dos espaços disponíveis foi articulada num multiprograma que garantiu a coexistência de um percurso de visita, ao mesmo tempo que implantou outros usos como “a instalação de um centro de informação de ordens monásticas e jardins históricos no piso superior da ala Sul e a reinstalação de uma comunidade religiosa no antigo noviciado, que irá gerir uma pequena hospedaria e um restaurante a instalar no antigo hospício”⁴⁹. Este processo que se encontra em fase de conclusão pôde ser acompanhado mensalmente (desde Outubro de 2007 a Outubro de 2008) por todos os interessados durante visitas organizadas para o efeito. Facto que vem demonstrar a vontade de integrar e motivar toda a população no processo de intervenção no Mosteiro como propulsor no melhoramento da sua envolvente ao mesmo tempo que responde a necessidades directamente relacionadas com o seu uso inicial e encontra outros programas que procuram ampliar a continuidade da ocupação, com a inclusão da hospedaria e do restaurante.

A proximidade que podemos verificar entre o Mosteiro de Tibães e o CSF referente às problemáticas iniciais levantadas pelos seus estados de destruição, conduziu-nos à retenção de duas questões fundamentais, que direccionadas ao Convento de S. Francisco constituirão base ao desenvolvimento de um possível projecto de intervenção: o facto de o Mosteiro ser propriedade pública e as condicionantes da gestão interna dos espaços, ine-

47 Antoni González MORRENO-NAVARRO. “Intervención en el Castillo de Cubelles. Criterios generales y proyecto de uso”, *Idem*.

48 “Memória Descritiva do Projecto”, *intervenções _ Mosteiro São Martinho de Tibães*, 2006. <http://www.mosteirodetibaes.org/pagina.aspx?sid=104&mid=97> [consultado em 15-05-2009]

49 *Idem*.



I3 Mosteiro de Tibães no início das obras de intervenção, 2006.

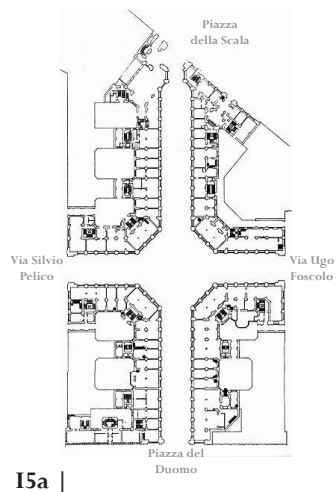
rentes ao seu isolamento em relação ao núcleo urbano, característica última que por não se verificar no CSF pode constituir uma mais valia.

A alienação do património arquitectónico público tem sido uma das soluções encontradas para garantir a actividade dos edifícios, na impossibilidade de os sustentar, mas esta é uma decisão quase sempre de gestão onde o objectivo da rentabilidade tem ditado os usos do património. Mas, o efectivo problema desta passagem de edifício público a edifício privado está directamente relacionado com a estratégia funcional que lhe é imputada.

Ora, no caso do CSF vimos que a sua concepção original foi estrategicamente orientada para o cumprimento de uma função social, simbólica e referencial muito precisa que se concretizou no seu programa e na sua forma. Os espaços envolventes foram assim desenvolvendo-se mediante estas possibilidades criadas. A mudança da qualidade do uso do edifício durante a ocupação militar, que alterou o sentido de abertura do Convento à urbe, que não respondeu a uma adaptação por mudança das necessidades funcionais da população, mas a directivas de ordem política, conduziu a uma perda de conexão entre o espaço público e o CSF. Pensamos deste modo, ser de interesse que se retome esta questão, num debate que entenda o posicionamento do edifício perante a cidade e as possibilidades de este as resolver se for mantido como património público ou se for entregue à abertura de programas privados. Sublinhamos no entanto que, durante o período em que o CSF funcionou com um programa que, apesar de ser estadual não envolveu o contacto com a cidade e durante o período em que permaneceu fechado impossibilitando o usufruto de espaço pela população, a sua existência foi progressivamente diminuindo no itinerário mental dos utilizadores da cidade, conduzindo ao alheamento em relação ao seu estado.

Entendida a importância da clara definição de se intervir sobre património público ou privado, sabemos que qualquer uma delas pode, através de estratégias de gestão do espaço que ocupa a disciplina da Arquitectura, estabelecer determinados tipos de relação entre o edifício e a população, no sentido de busca das oportunidades geradas pelo próprio edifício para o aperfeiçoamento desta relação.

Dada a análise desenvolvida até então, pode-se concluir que apesar de ter tido épocas onde o privilégio de uma forte relação com o espaço público da cidade foi determinante na construção do seu papel na cidade, esta foi sempre direccionada ao núcleo medieval da cidade, já que grande parte da sua área era destinada ao cumprimento de programas internos que não se relacionavam directamente com a envolvente. Durante a mudança de proprietário verificou-se uma alteração no limite da sua área assim como nos



14 Castello Sforzesco - Milão, 2009 | **15** Galleria Vittorio Emanuele - Milão, 2009.

programas internos e que hoje se encontram num momento expectante sem conteúdo determinado. A ligação do edifício à cidade num ponto único confere-lhe uma particularidade, que tem sido materializada através da porta da Igreja e da do acesso lateral que acede directamente ao Claustro, determinando que tenha de existir um motivo programático-funcional definido que faça a frequência daquele espaço como objectivo a atingir na movimentação da cidade.

O peculiar posicionamento do CSF na malha urbana da cidade, que se confronta com realidades tão díspares quanto o Jardim da República ou pequenas habitações familiares junto à cabeceira e às dependências a nordeste, conduz-nos, dadas as fracas ligações pedonais, a equacionar a possibilidade de este poder servir de mediador entre o centro da cidade, representado no seu extremo pelo Jardim, o bairro de S. Bento que apesar de residencial também engloba uma área escolar, e o espaço da ex-EPC.

Porém, a constituição de um edifício, não só como fim nele mesmo pelo seu conteúdo programático, mas habilitado a desempenhar uma efectiva ligação entre elementos diversos da cidade, como acontece no Castello Sforzesco em Milão [14] ou na Galleria Vittorio Emanuele na mesma cidade [15], amplia significativamente o vínculo entre a população e o edifício, assim como cria condições ao estabelecimento de novos programas. É nesta consideração do CSF como componente activo, com potencialidade de fusão com a rede urbana da cidade que pensamos estar o dado principal para o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção que permita a manutenção da sua forma.

Conclusão

O Convento de S. Francisco encontra-se implantado num contexto urbano complexo, quer pelo carácter do desenho dos espaços que o envolvem, como pela indefinição das suas funções e tipo de relações que se exercem entre as mesmas. Através do método de análise, de comparação e do recurso à elaboração de ensaios experimentais, foi-nos permitido constituir uma rede de problemáticas que no seu aprofundamento se foram cruzando e criaram uma aproximação a elementos decisivos para a informação do processo de intervenção da Arquitectura como resposta aos problemas construtivos, urbanos e simbólicos do Convento que foram sendo enunciados.

Constatou-se que o Convento, edifício classificado como Monumento Nacional (MN) desde 1917, se constitui como um testemunho da passagem por diferentes modos de fazer Arquitectura e de a utilizar, assumindo-se como um exemplo inusitado e um caso complexo do que podem ser as suas marcas do tempo. Apesar das transformações formais que foi sucessivamente conhecendo e que alteraram a qualidade dos seus espaços em adaptação às necessidades dos diversos programas que fizeram parte do edifício, manteve uma forte estrutura tipológica que permitiu, e ainda permite, garantir uma unidade no conjunto, mesmo quando se observa a ruína de alguns dos seus elementos formais.

Na sequência de um conjunto de contrariedades como incêndios e sismos, o Convento foi sofrendo alterações significativas na sua forma. As campanhas de intervenção arquitectónica e arqueológica de que foi sendo alvo, apesar de terem apresentado resultados que à luz de um conjunto de dados teóricos se consideraram pouco ortodoxos, levaram a que no limite da análise se verificasse, que embora tivessem utilizado métodos de intervenção controversos, terem permitido que muitas das partes do Convento enquanto matéria chegassem até à actualidade. Mesmo que em débeis condições construtivas, foram revelados novos valores do espaço do Convento, que até então as condições existentes não possibilitaram conhecer.

Resultante de condições urbanas e sociais particulares, a implantação actual do CSF revelou-se como um elemento chave na articulação de zonas e edifícios da cidade de Santarém que permanecem desligados de uma rede comum como o Bairro de S. Bento, o centro medieval intramuralhas, a ex-EPC e o espaço público que se formaliza no Jardim da República e na Praça do Município. Provou-se também que, para além da contribuição

para a melhoria do espaço público, a qualidade da actividade no interior do edifício e o modo como se ligará a este são fundamentais para que o Convento se constitua como elemento referencial e simbólico no quotidiano da população. Paralelamente, defende-se que a definição da função do edifício, que engloba componentes que extravasam o campo disciplinar da Arquitectura, seja a base necessária ao delinear de uma efectiva intervenção que estabeleça um programa propulsor da estabilização da materialidade do CSF e que conduza à garantia futura da sua manutenção.

A função e o programa constituem-se assim como abstracções e como bases activas do projecto. Porém, a Arquitectura, que atinge o seu objectivo máximo ao ser experimentada, depende do ser humano e das suas capacidades físicas de percepção, sendo a forma matérica o meio de comunicação entre os objectivos do projecto e a sociedade.

Muito recentemente, a 25 de Agosto do presente ano, numa inversão da lógica observada até então, foi assinado um protocolo entre a CMS e o Ministério da Cultura, no qual foi cedida a gestão e a utilização do CSF à autarquia por um período de vinte anos. Consideramos este um acontecimento relevante para uma maior eficácia na condução de uma discussão pública onde se faça interagir a sociedade com os diversos campos disciplinares que poderão ser envolvidos numa possível e expectável intervenção no Convento de S. Francisco, já que a proximidade física e o conhecimento *in loco* dos problemas abordados se verificam ser uma mais-valia na procura das melhores soluções.

Analizados os dados que nos pareceram importantes, explorado um conjunto de temáticas inerentes ao edifício/monumento enquanto matéria, elemento organizador e significativo de toda uma sociedade, consideramos que o Convento de S. Francisco de Santarém é um local charneira na cidade que proporciona condições válidas para que, através de uma intervenção arquitectónica, possa melhorar a vida social e urbana da mesma, assim como reforçar a sua própria identidade enquanto forma.

Bibliografia

Teoria da Intervenção

AA.VV. *PH48 Boletín del instituto andaluz del patrimonio histórico*. Nº 48, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2004.

ALBA, Antonio Fernández *et alii*. *Teoría e Historia de la Restauración*. Vol. 1. Master en Restauración e Rehabilitación del Patrimonio – Instituto Español de Arquitectura – Universidad de Alcalá, Editorial Munilla – Leria, Madrid, 1997.

ANDRADE, Vítor. *Onde Falham as Cidades*. Expresso – Temas e Debates, Lisboa, 2005, 34-48.

BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Biblioteca Einaudi, Giulio Einaudi ediciones s.p.a., Torino, 1977. (1ª ed. 1963)

CALADO, Luís Ferreira, **LEITE**, Joaquim Passos, **PEREIRA**, Paulo. “Património integrado ou a alma dos monumentos”, *Património Estudos*. Nº 4, Ministério da Cultura/ IPPAR, Lisboa, 2003, 5 – 15.

CAPITEL, Antón. *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Alianza Forma 75, Alianza Editorial, Madrid, 1992.

Carta de Atenas. 1º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, 1931.

Carta de Cracóvia. Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, Cracóvia, 2000.

Carta de Atenas. CIAM, 1933.

Carta de Veneza - 1964. *Cadernos SPPC*, nº1. Évora: SPPC, 1996.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do património*. Coleção Arte & Comunicação 71, trad. Teresa Castro, Edições 70, Lisboa, 2000. (1ª ed. 1982)

CORREIA, Mariana. “Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra”, *Apuntes*. Vol. 20. Nº 2, 2007, 202 – 219.

COSTA, A. Alves. “Reconversões contemporâneas e equipamentos culturais”. *Equipamentos e infra-estruturas culturais 1925-1965*, Terceiro Seminário DOCOMOMO Ibérico: Actas. DOCOMOMO Ibérico, Porto, 2002.

Declaração de Princípios da Sociedade para a Preservação do Património Construído, Tomar: SPPC, 1994.

Documento de Nara sobre a Autenticidade, Conferência de Nara sobre a Autenticidade em Relação à Convenção Mundial do Património, trad. António de Borja Araújo, 1994.

FEDERICO, Garrido Vila. *Intervencións no patrimonio arquitectónico: ano 1996*. A Coruña: Xunta de Galicia, 1997.

- FONSECA**, João Carlos. “Entrevista Gonçalo Byrne | GB Arquitectos”, *Archi News – Revista de Arquitectura, Urbanismo, Interiores e Design*. N.º 11, 2009, 24-37.
- FUSCO**, Renato de. *A ideia de arquitectura*. Coleco Arte & Comunicação 25, trad. José Eduardo Rodil, Edies 70, Lisboa, 1984.
- GUILLAUME**, Marc. *A Política do Património*. 1.ª ed., Campo das Cincias 11, trad. Joana Caspurro, Campo das Letras Editores, Porto, 2003. (1.ª ed. 1980)
- ICOMOS Australia**, *A Carta de Burra*, Burra, revisão de 1999, trad. António de Borja Araújo, ICOMOS Australia, 1979.
- ICOMOS Brasil**. *Primeiro Seminário Brasileiro Sobre a Preservação e Revitalização dos Centros Históricos* – Itaipava. Trad. António de Borja Araújo, 2007. (1.ª ed. 1987)
- LYNCH**, David. *A Imagem da Cidade*. Colecção Arte & Comunicação, Edições 70, Lisboa, 2002. (1.ª ed. 1960)
- LOURENÇO**, Paulo B., **FERNANDES**, Francisco. *Análise de Estabilidade da Igreja de S. João de Tarouca*, Relatório 01-DEC/E-4. Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, 2001.
- NETO**, Maria João Baptista. *Memória, Propaganda e Poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. FAUP, Porto, 2001.
- MILLS**, Michael. *Making the Past Part of Our Future*. AIA, 2004.
- MORRIS**, William. *The Manifesto of SPAB*. SPAB, London, 1877.
- MORRENO-NAVARRO**, Antoni González et alii. *Quaderns científics i tècnics de restauracio monumental 10*. Diputacio de Barcelona - rea de cooperacio servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 1998.
- MORRENO-NAVARRO**, Antoni González et alii. *Quaderns científics i tècnics de restauracio monumental 13*. Diputacio de Barcelona - rea de cooperacio servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 2002.
- MORRENO-NAVARRO**, Antoni González et alii. *Quaderns científics i tècnics de restauracio monumental 14*. Diputacio de Barcelona - rea de cooperacio servei del patrimoni arquitectònic local, Barcelona, 2005.
- PORTUGAL**, Madeira, **FIGUEIREDO**, Paula. *Mosteiro e Igreja de So Joo de Tarouca*. Inventário do IHRU – Monumento IPA n.º PT011820060009, 1992 – 2006.
- REGINA**, Francesco la. *Restaurare o conservare: la costruzione logica e metodologica del restauro architettonico*. Clean, Napoli, 1984. (FAUP-R.8)
- RIEGL**, Alos. *El culto moderno a los monumentos: Caracteres y origen*. Colección La balsa de la Medusa, trad. Ana Pérez López, Visor, Madrid, 1987. (1.ª ed. 1903)
- ROSSI**, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. Edies Cosmos, Lisboa, 2001. (1.ª ed. 1966)
- RUSKIN**, John. *Las Siet Lámparas de la Arquitectura*. 1.ª ed., Col. Arte y Arquitectura 2, Editorial Alta Fulla, Barcelona, 1987.
- SERENO**, Isabel, **AMARAL**, Paulo. **NOÉ**, Paula. *Igreja de Paño de Sousa*. Inventário do IHRU – Monumento IPA n.º PT011311220003, 1994, 1997.

- SERENO**, Isabel, **DORDIO**, Paulo. **NOÉ**, Paula. **GUIMARÃES**, Maria. *Igreja de São Pedro de Rates*. Inventário do IHRU – Monumento IPA n.º PT011313110001, 1995, 1998, 2001.
- SOLÀ-MORALES**, Ignacio de. *Intervenciones*. Gustavo Gili, Barcelona, 2006.
- TÁVORA**, Fernando. *Da Organização do Espaço*. 4.ª Edição, Publicações FAUP, Porto, 1999. (1.ª ed. 1962)
- VIOLLET-LE-DUC**, Èugene-Emmanuel. *Lectures on Architecture*. Vol. I, New York : Dover Publications. 1987.
- VIOLLET-LE-DUC**, Èugene-Emmanuel. *Lectures on Architecture*. Vol. II, New York : Dover Publications. 1987.

Santarém e o Convento de S. Francisco

- BEIRANTE**, Maria Ângela V. da Rocha. *Santarém medieval*. 1.ª Edição, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1980.
- BEIRANTE**, Maria Ângela V. da Rocha. *Santarém Quinhentista*. Livraria Portugal, Lisboa, 1981.
- BRANDÃO**, Zephyrino N. G.. *Monumentos e Lendas de Santarém*. David Corazzi Editor, Lisboa, 1883.
- BRÁZ**, José Campos. *Santarém – raízes e memórias, páginas da minha agenda – efemérides*. Edição Santa Casa da Misericórdia de Santarém, Santarém, 2000.
- BRITO**, Nogueira de. *Santarém*. Monumentos de Portugal 5, Litografia Nacional Edições, Porto, 1929.
- CHICÓ**, Mário Tavares. *A Arquitectura Gótica em Portugal*. 2.ª Edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1968.
- CUSTÓDIO**, Florindo. *Ciclo de visita guiadas – 1989, S. Francisco de Santarém – Arquitectura e restauro*. Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, Santarém, 1989.
- CUSTÓDIO**, Jorge et alii. *Património monumental de Santarém, inventário*. 1.ª Edição, CMS, Santarém, 1996.
- CUSTÓDIO**, Jorge et alii. *Santarém cidade do mundo*. 1.ª Edição, Vol. I. CMS, Santarém, 1996.
- CUSTÓDIO**, Jorge et alii. *Santarém cidade do mundo*. 1.ª Edição, Vol. II. CMS, Santarém, 1996.
- ESPERANÇA**, Frei Manoel da. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na província de Portugal – Primeira Parte*. Officina Craesbeer Kiana, Lisboa, 1656.
- GARRETT**, Almeida. *Viagens na minha terra*. Clássicos da língua portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, 1978. (1.ª ed. 1846)

GORDALINA, Rosário. **MATIAS**, Ecília. *Igreja e Claustro do extinto Convento de S. Francisco*. Inventário do IHRU – Monumento IPA n.º PT031416210006, 1990, 2004.

IPPAR. *Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém*. 1992. (cedido pelo Atelier 15 – Porto)

MARTINS, José Augusto *et alii*. *Mapa de Architectura de Santarém*. Argumentum, Lisboa, 2004.

PRADALIÉ, Gérard. *O convento de São Francisco de Santarém*. 1.ª Edição. Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992.

Processo Convento de S. Francisco de Santarém do IGESPAR – Lisboa (Av. de Berna).

Processo do Concurso de Ideias para o CSF do ADSTR.

RAMALHO, Maria de Magalhães. «"Memórias Sepulcrais" do Convento de S. Francisco de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 4. N.º1, 2001, 145-185.

RAMALHO, Maria de Magalhães. "Trabalhos Arqueológicos no Convento de São Francisco de Santarém", *I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico – Santarém, 6 – 8 de Novembro de 1992 – Actas*. Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1994.

SANTOS, Alberto Cardoso dos. *Auto da Aclamação de El-Rei D. João II*. Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1936.

SARAMAGO, José. *Viagem a Portugal*. 8.ª Edição, Editorial Caminho, Lisboa, 1992. (1.ª ed. 1981)

SARMENTO, Zeferino. *A Arte em Portugal n.º 14 – Santarém*. Editora Marques Abreu, Porto, 1931.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Santarém, História e Arte*, Santarém. Comissão Municipal de Turismo de Santarém, Santarém, 1951.

SERRÃO, Vítor. *Santarém*. Cidades e Vilas de Portugal 11, 1.ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

SILVA, Joaquim Possidonio Narcizo da. *Revista pittoresca e descritiva de Portugal*. Ernesto Augusto da Silva, Lisboa, 1862.

VASCONCELLOS, Padre Ignacio da Piedade e. *Historia de Santarem Edificada*. Lisboa Occidental, Lisboa, 1740.

Cartografia

Planta de Santarém, escala 1/2500, s/d. (escrivãzinha 6/3)

Planta de Santarém, escala aproximada 1 / 3840, meados do século XVIII.

Planta de Santarém e arredores, escala 1/2500, assinada por Arthur Gotls-

chalk, Lisboa, 1923. (escrivãzinha 6/6/5)

Planta de Santarém e freguesias, escala 1/50000, assinada por Baptista, com indicação das distâncias das freguesias à sede de concelho. (escrivãzinha 6/1)

Plano Director Municipal de Santarém

Plano de Pormenor da Praça do Município e Convento de S. Francisco

Dicionários

CLÉMENT, Élisabeth, **DEMONQUE**, Chantal, **HANSEN-LØVE**, Laurence, **KAHN**, Pierre. *Dicionário Prático de Filosofia*. 5ª Edição, Terramar, Lisboa, 2007. (1ª ed. 1994)

RODRIGUES, Maria João Madeira, **SOUSA**, Pedro Fialho de, **BONIFÁCIO**, Horácio Manuel Pereira. *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. 3ª Edição, Quimera Editores, Coimbra, 2002.

SILVA, Jorge Henrique Pais da, **CALADO**, Margarida. *Dicionário de termos de arte e arquitectura*. Editorial Presença, Barcarena, 2005.

Sítios na Internet

Santarém e o Convento de S. Francisco

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
<http://www.ippar.pt>

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
www.monumentos.pt

CMS – Câmara Municipal de Santarém
www.cm-santarem.pt

Teoria da Intervenção

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
www.iccrom.org

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
www.international.icomos.org/home.htm

ESICOMES – Comité Nacional Español de ICOMOS
www.esicomos.org/Nueva_carpeta/INDEX_2ESICOMOS.htm

ICOMOS – Comissão Nacional Portuguesa

<http://icomos.fa.utl.pt>

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=29008&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Turismo de Portugal – Seminário Internacional Touring e Património

<http://www.turismodeportugal.pt/touringepatrimonio/default.aspx?content=193>

Comitato paritetico per la conoscenza e la promozione del patrimonio legato a Carlo Scarpa

<http://www.archiviocarloscarpa.it/index.php?lingua=i>

Intervenções – Mosteiro São Martinho de Tibães

www.mosteirodetibaes.org

unRESTAURO.it

www.unrestauro.it/?sect=1

Hispania Nostra – defensa y promoción del Patrimonio cultural y su entorno

www.hispanianostra.org

Castello Sforzesco

www.milanocastello.it/ita/home.html

SPAB – The Society for the Protection of Ancient Buildings

www.spab.org.uk

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Sistema de Informação

http://extranet.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C.aspx N° IPA: PT031416210006

Academia del Partal – Asociación Libre de Profesionales de la Restauración Monumental

<http://www.academiadelpartal.org/principal.html>

Geral

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

www.priberam.pt

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, versão 1.0.5.

Enciclopédia Católica Popular, D. Manuel Franco Falcão, Paulinas Editora.

<http://www.agencia.ecclesia.pt/catolicopedia/apresentacao.asp>

Créditos das Imagens

Capa

Adriane De Luca. *Mapa da cidade de Santarém* © CMS.

Diacronia do Programa

- I1** Biblioteca Municipal de Santarém.
- I2** Gérard PRADALIÉ. O convento de São Francisco de Santarém. 1ª Edição. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1992, p.49.
- I4** Arquivo Histórico Militar, cotas: 3528-3-31-43 (DSE) - CRT/2003, 3532-3-31-43 (DSE) - CRT/2003 e 3530/I-3-31-43 (DSE) - CRT/2003.
<http://infogestnet.exercito.pt/infogestnet/default.aspx>
- I5** Fontes documentais do IHRU, IPA nºPT031106320005.
http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C.aspx
- I16** Fontes documentais do IHRU, IPA nº PT031416210006 (Igreja e claustro do extinto convento de São Francisco), foto 520530, 520531, 520532 e 520533. Ibidem.
- I17** Op. cit., foto 520541. Ibidem.
- I18** Op. cit., foto 520542. Ibidem.
- I19** Op. cit., foto 520539. Ibidem.
- I20** Op. cit., foto 520547. Ibidem.
- I21** http://commons.wikimedia.org/wiki/File:T%C3%BAmulo_de_D._Fernando_I.jpg
- I22** © F.A. Martins – nº 1403, 1913.
http://postaisportugal.canalblog.com/albums/region___santarem/photos/1667561-oct09678.html
- I23** Fontes documentais do IHRU, IPA nº PT031416210006 (Igreja e claustro do extinto convento de São Francisco), foto 676064. Ibidem.
- I24** Op. cit., desenho 050635. Ibidem.
- I25** Op. cit., desenho 021056. Ibidem.
- I26** Op. cit., foto 520714. Ibidem.
- I27** Op. cit., foto 520690, 520689, e 520712. Ibidem.
- I28** Op. cit., foto 520715. Ibidem.
- I29** Op. cit., foto 521214. Ibidem.
- I30** Op. cit., foto 520724. Ibidem.
- I31** Op. cit., foto 520904, 520963 e 520964. Ibidem.

- I32** *Op. cit.*, foto 521152. *Ibidem.*
- I33** *Op. cit.*, foto 521172. *Ibidem.*
- I34** *Op. cit.*, foto 521171. *Ibidem.*
- I35** *Op. cit.*, foto 521176. *Ibidem.*
- I36** *Op. cit.*, foto 116326. *Ibidem.*
- I37** © CMS

Intervir na Forma

- I11** Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT031416210006, foto 520538 e 520682.
http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C.aspx
- I12** Gérard PRADALIÉ. *O convento de São Francisco de Santarém*. 1ª Edição. Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1992, p. 50.
- I13** Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT031416210006, foto 521096. *Ibidem.*
- I14** *Op. cit.*, desenho 021061 e foto 521072. *Ibidem.*
- I15** *Op. cit.*, desenho 050657. *Ibidem.*
- I18** Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT011313110001, desenhos 010519,
- I19** 010520, 010524 e 010526 e foto 043021. *Ibidem.*
- I110** *Op. cit.*, foto 043012. *Ibidem.*
- I111** *Op. cit.*, foto 043033. *Ibidem.*
Op. cit., desenhos 010522, 010525, 010529 e 003319, fotos 043017 e 043043.
- I112** *Ibidem.*
Arquivo Histórico Municipal do Porto – Casa do Infante. Francisco Portugal e GOMES. “Restauro e reabilitação na obra de Fernando Távora. O Exemplo da Casa dos 24”, *PortalVitruvius*.
- I113** <http://bit.ly/eCu5Z>
- I114** [http://pt.wikipedia.org/wiki/Antiga_Casa_da_C%C3%A2mara_\(Porto\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Antiga_Casa_da_C%C3%A2mara_(Porto))
Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT031416210006, fotos 520974, 521224
- I115** e 521013. *Ibidem.*
- I116** *Op. cit.*, foto 520900. *Ibidem.*
- I117** *Op. cit.*, foto 536116. *Ibidem.*
- I118** *Op. cit.*, fotos 521171 e 521227. *Ibidem.*
- I126** *Op. cit.*, foto 116330. *Ibidem.*
Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT011820060009, fotos 083614, 083612
- I127** e 083590. *Ibidem.*
- I128** *Op. cit.*, foto 083613. *Ibidem.*
- I129** *Op. cit.*, fotos 548511 e 083625. *Ibidem.*
Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT011313110001, fotos 043147 e 043194.
- I130** *Ibidem.*
Op. cit., fotos 678807 e 678808. *Ibidem.*

- I31** Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT031416210006, foto 520540. *Ibidem*.
- I32** *Op. cit.*, desenho 050660. *Ibidem*.
- I33** *Op. cit.*, foto 521077, foto 521152. *Ibidem*.
- I37** Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT011311220003, fotos 540649 e 672622. *Ibidem*.
- I38** Fontes documentais do IHRU, IPA n° PT011313110001, foto 048242. *Ibidem*.
- I39** *Op. cit.*, foto 043027. *Ibidem*.
- I40** *Op. cit.*, foto 043009. *Ibidem*.
- I41** *Op. cit.*, foto 043016. *Ibidem*.

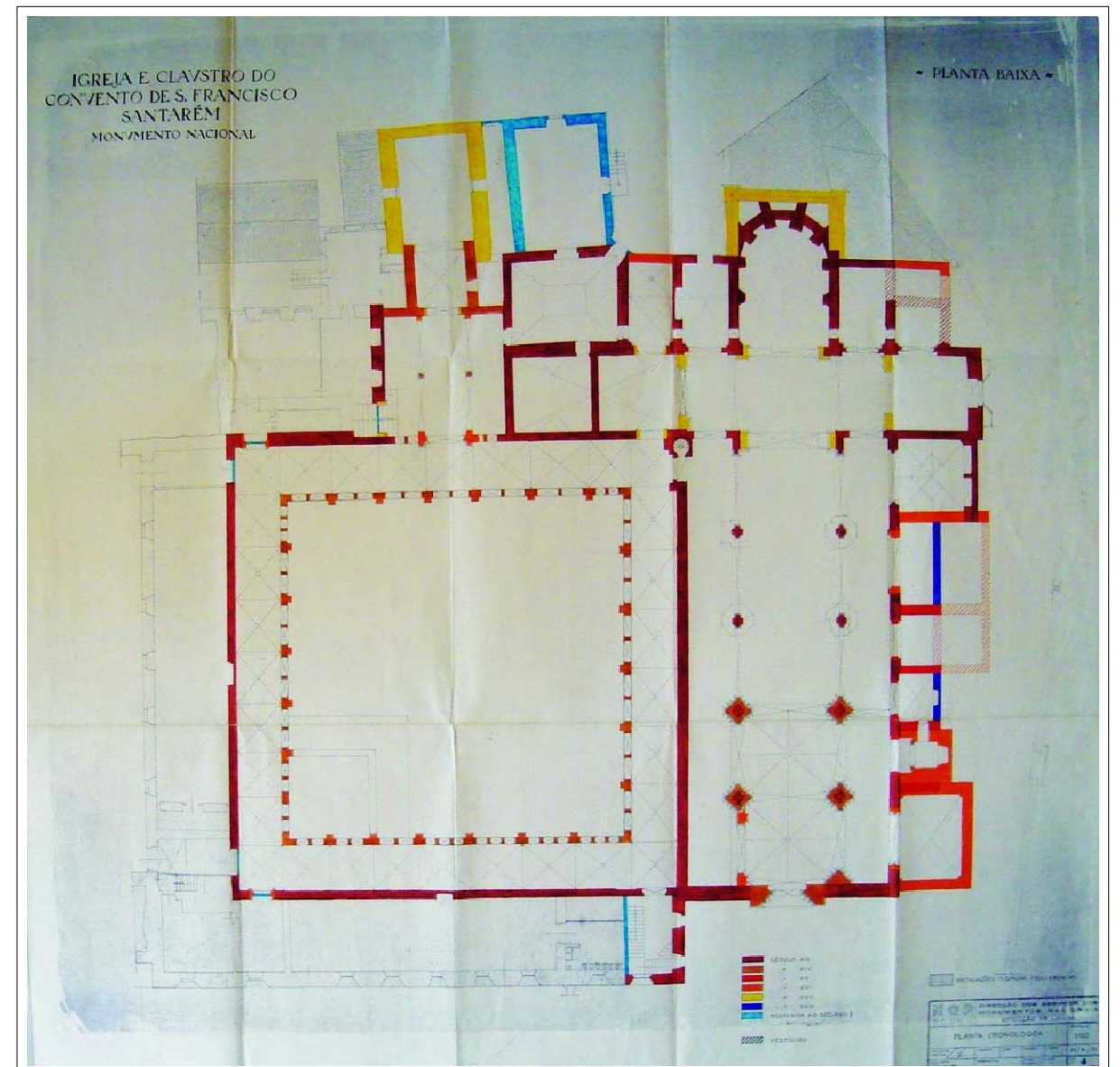
Estabelecer a Função

- I2a | b** <http://www.cm-alcobaça.pt> © CMA
- I2d** “Requalificação da Zona Envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça” . *archiNews - Revista de Arquitectura, Urbanismo, Interiores e Design*, N° 11. Lisboa, 2009, pág. 48.
- I3** <http://www.mosteirodetibaes.org/obra.aspx?v=lista&mes=07&ano=2006&mid=98&sid=130>
- I4a** <http://www.googlemaps.com/>
- I5a** <http://www.greatbuildings.com/>

Índice

- A1** Planta Cronológica, 1974
- A2** Evolução das Plantas do CSF
 - A2a** Planta do CSF séc.XIII (hipótese)
 - A2b** Planta do CSF séc.XIV (hipótese)
 - A2c** Planta do CSF séc.XV (hipótese)
 - A2d** Planta do CSF séc.XVI (hipótese)
 - A2e** Planta do CSF séc.XVII (hipótese)
 - A2f** Planta do CSF séc.XVIII (hipótese)
 - A2g** Planta do CSF séc.XIX
- A3** Planta “Santarém”, 2ª metade do séc. XVIII
- A4** Planta do Quartel de S. Francisco, s/d. Tombo do Exército Português
- A5** Carta *Entrega ao Museu Municipal de Santarem do tumulo monumental pertencente à familia de D. Duarte de Menezes, 21.abril.1928*
- A6** Carta *Aproveitamento de uma pedra tumular, 11.abril.1910*
- A7** Carta *Cedencia á Camara municipal de Santarem de umas hombreiras de pedra existentes no convento, 21.novembro.1910*
- A8** Planta do Quartel de S. Francisco, 1896
- A9** Planta Arqueológica, Concurso de Ideias, 1974
- A10** Planta Cotada, Concurso de Ideias, 1974
- A11** Cortes e Alçados Cotados, Concurso de Ideias, 1974
- A12** Estudo para a Cobertura da Igreja do CSF, DGEMN, s/d
- A13** Zona Especial de Protecção
- A14** Planta de Análise
- A15** Plano de Pormenor CSF

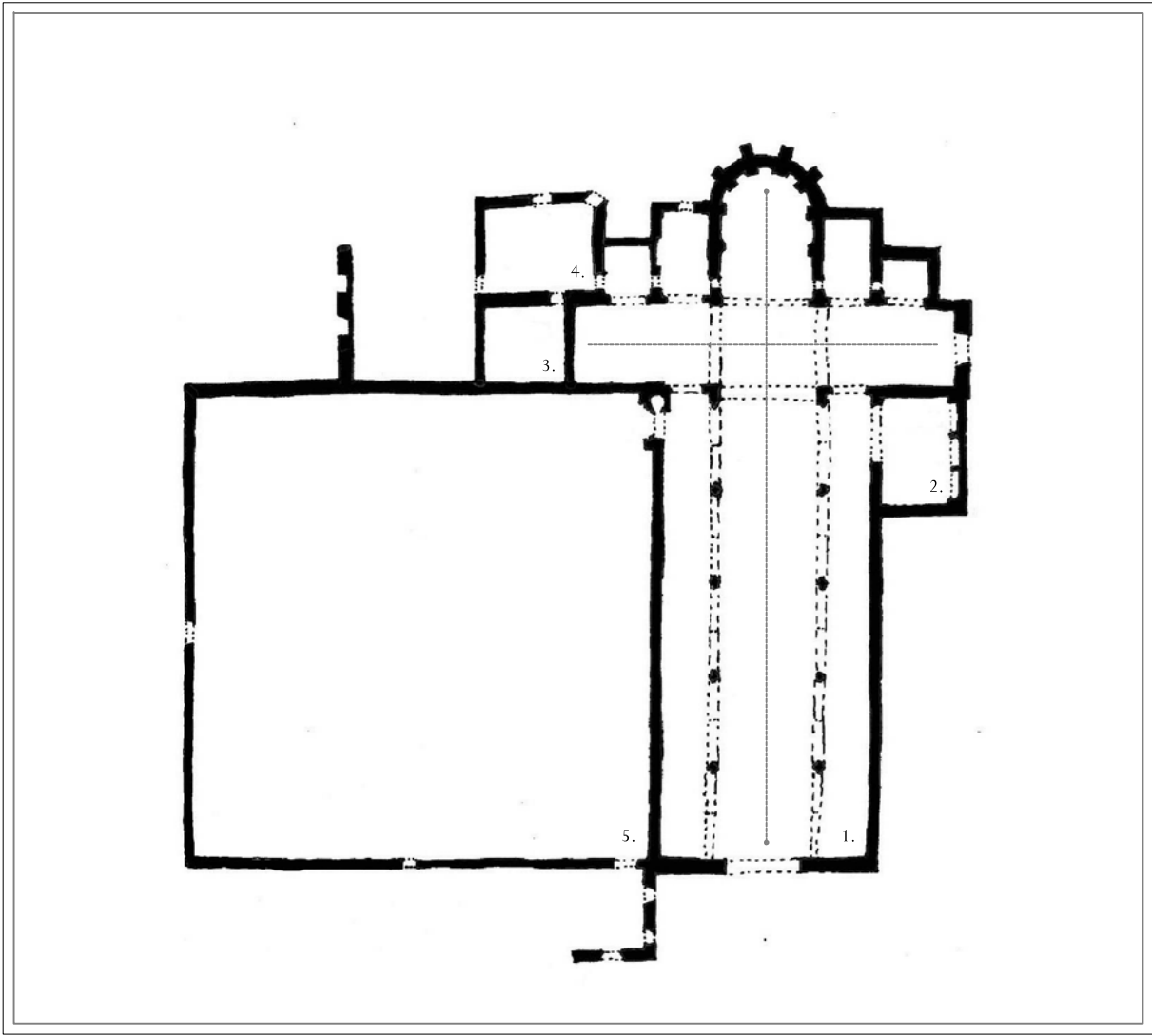
Anexo 1



0 5 10 20m

Planta Cronológica, escala original 1/100, 1974.

DGEMN, Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém - Proposta de Restauro Adaptação a Museu, desenho nº 4.
Em: Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, Nº16.

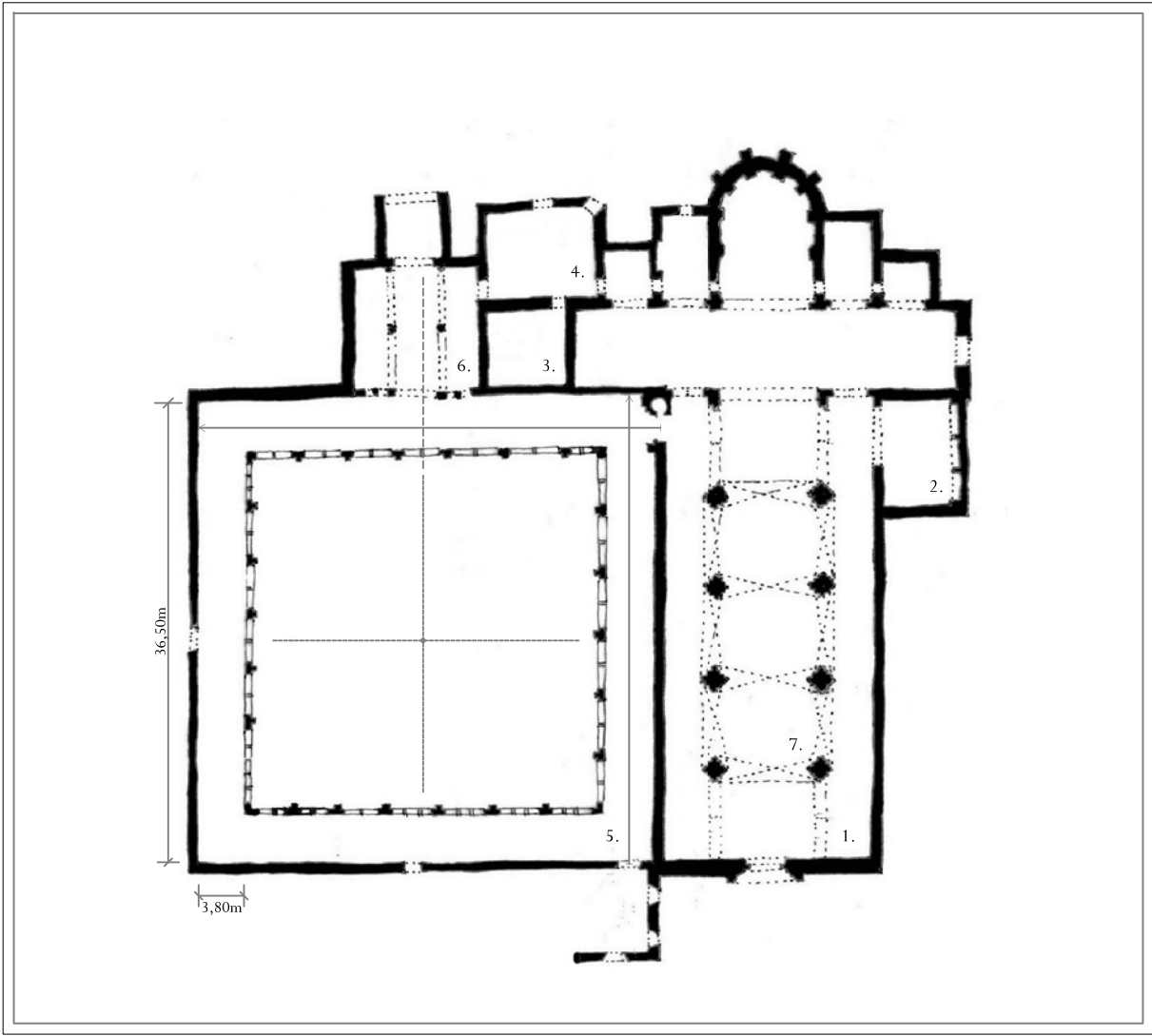


0 5 10 15m

Planta século XIII (hipótese) - Sequência de Plantas do Convento de S. Francisco, escala aproximada 1/500.
Construídas a partir da "Planta Cronológica" da *Proposta de Restauro - Adaptação a Museu* da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém, desenho nº 4, escala 1/100, 1974 [Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, Nº16].

1. Igreja | 2. Capela de Sto. António | 3. Sala do Capítulo séc. XIII | 4. Sacristia | 5. Claustro

Anexo 2b



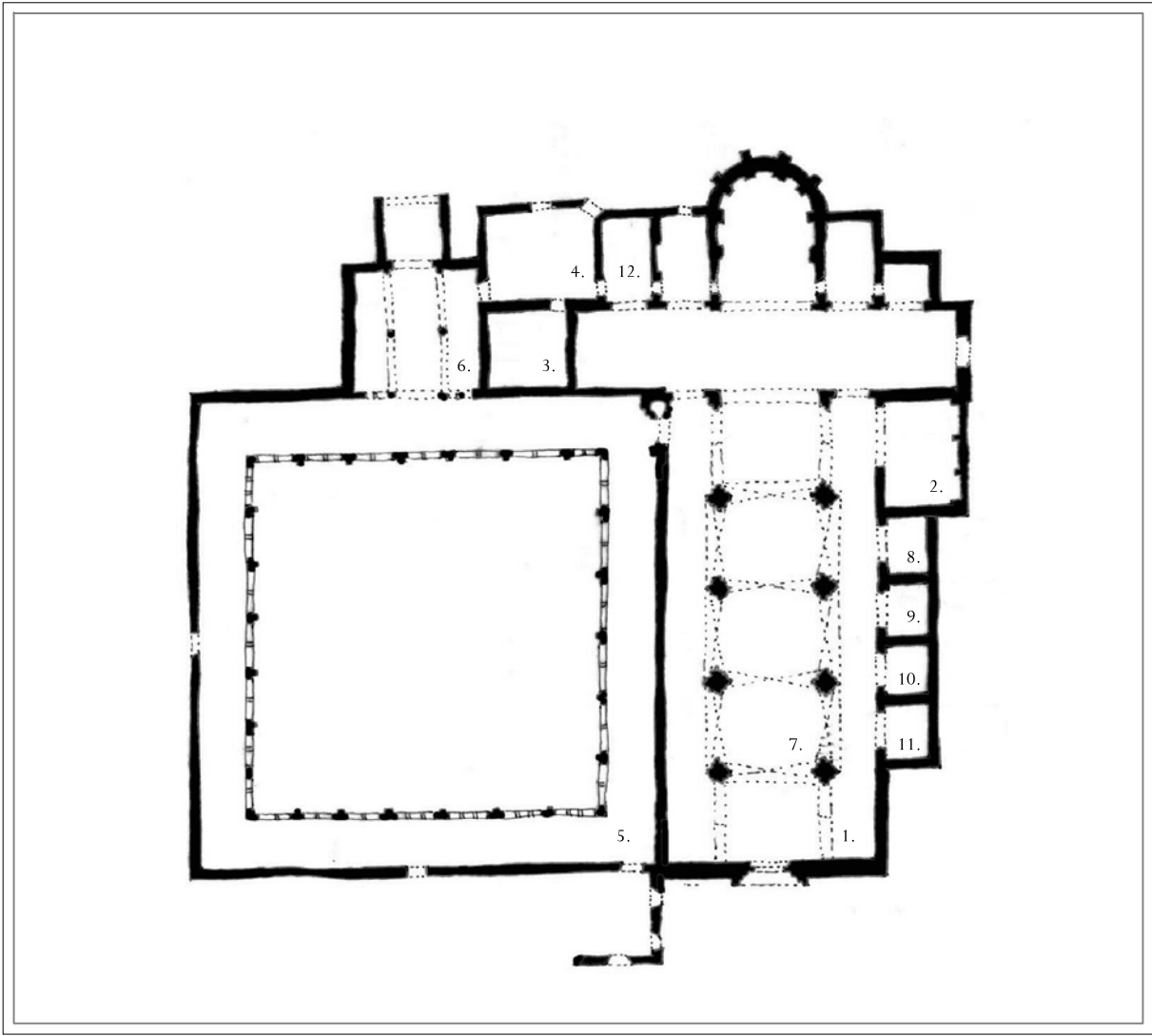
0 5 10 15m

Planta século XIV (hipótese) - Sequência de Plantas do Convento de S. Francisco, escala aproximada 1/500.

Construídas a partir da "Planta Cronológica" da *Proposta de Restauro - Adaptação a Museu* da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém, desenho nº 4, escala 1/100, 1974 [Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, N°16].

1. Igreja | 2. Capela de Sto. António | 3. Sala do Capítulo séc. XIII | 4. Sacristia | 5. Claustro | 6. Sala do Capítulo séc. XIV | 7. Coro-médio

Anexo 2c

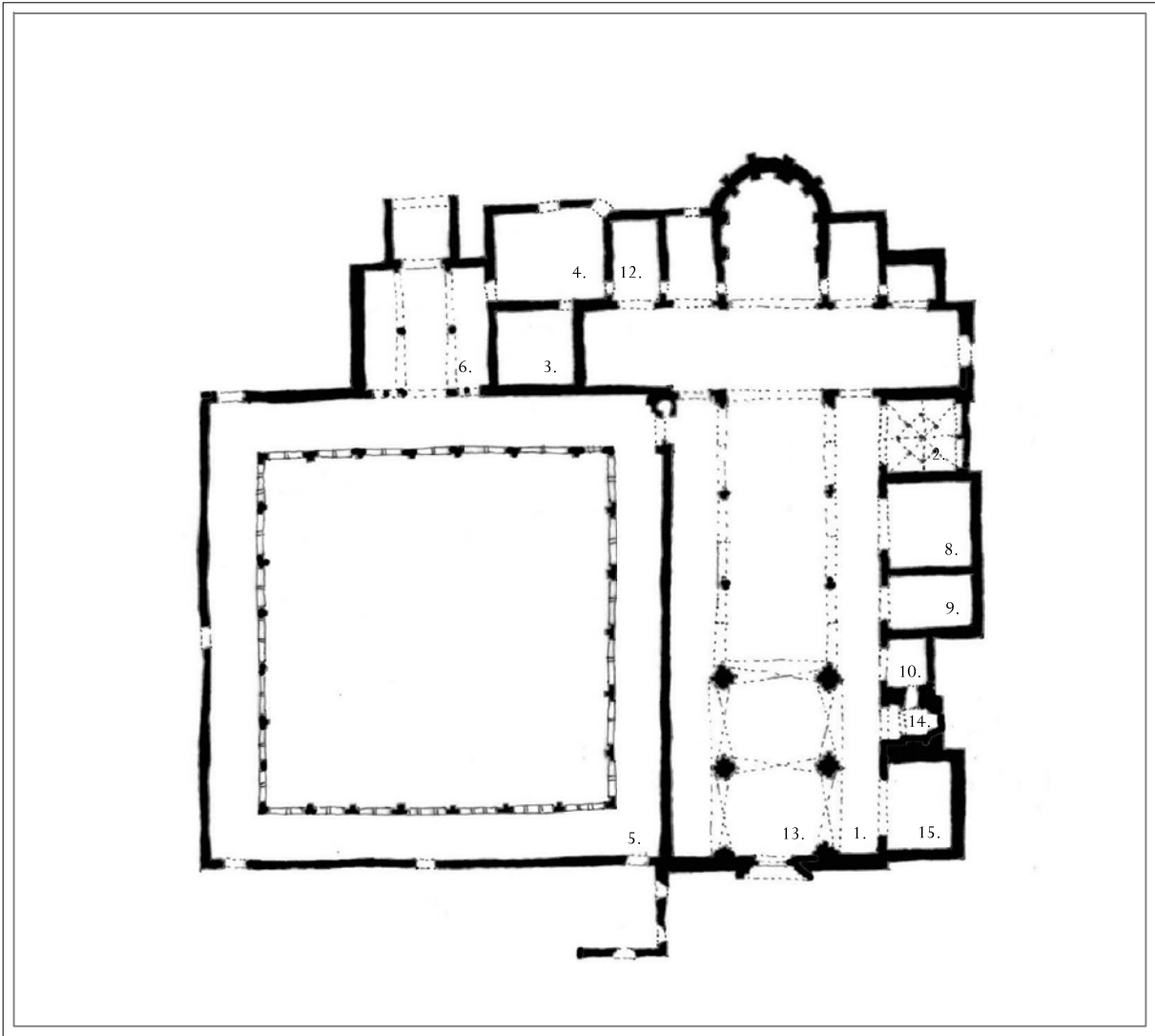


0 5 10 15m

Planta século XV (hipótese) - Sequência de Plantas do Convento de S. Francisco, escala aproximada 1/500.
Construídas a partir da "Planta Cronológica" da *Proposta de Restauro - Adaptação a Museu* da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém, desenho nº 4, escala 1/100, 1974 [Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, N°16].

1. Igreja | 2. Capela de Sto. António | 3. Sala do Capítulo séc. XIII | 4. Sacristia | 5. Claustro | 6. Sala do Capítulo séc. XIV | 7. Coro-médio | 8. Capela de Sta. Ana | 9. Capela dos Ossos | 10. Porta Travessa | 11. Capela de Francisco de Barros | 12. Capela de S. Sebastião

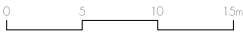
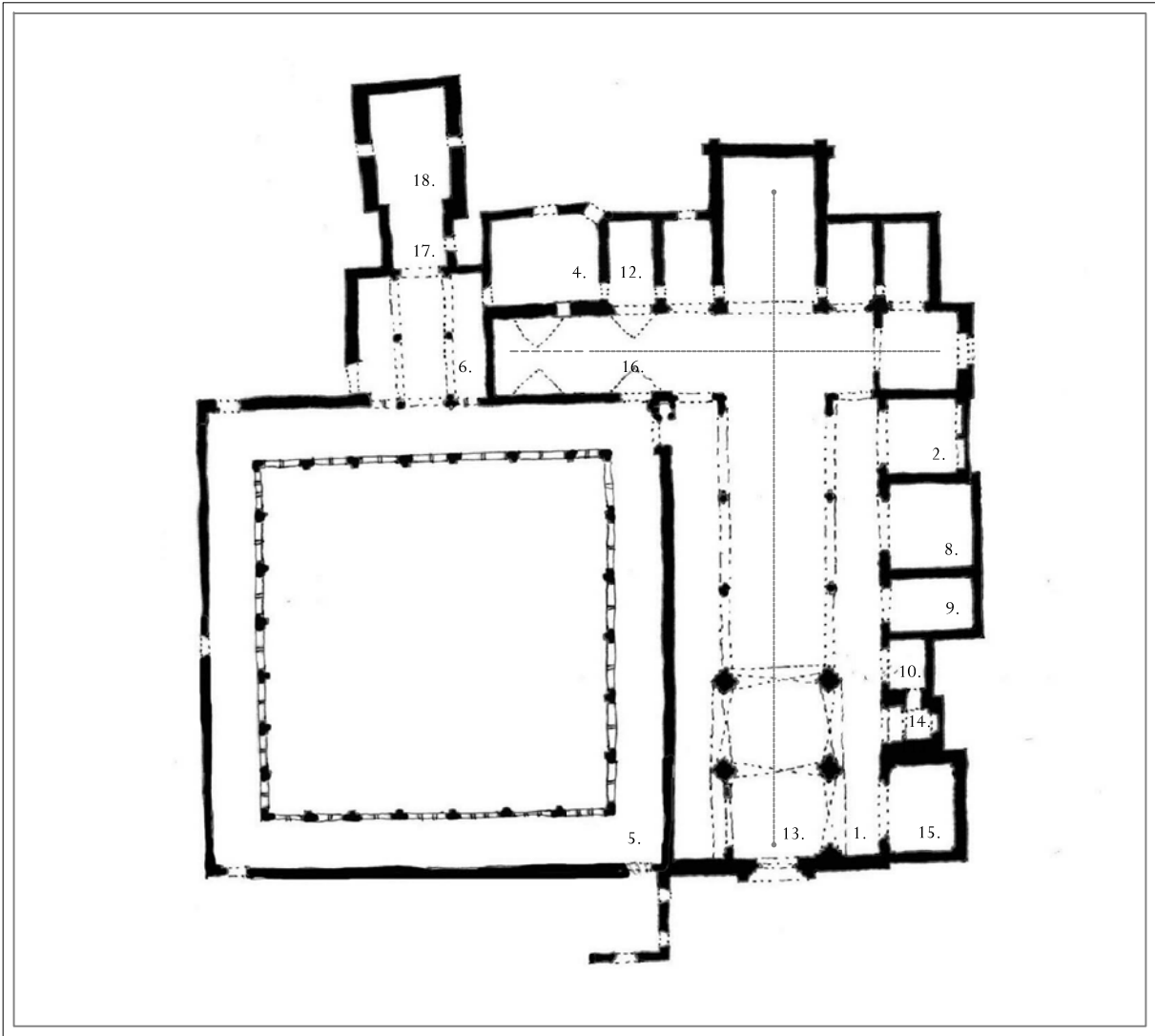
Anexo 2d



Planta século XVI (hipótese) - Sequência de Plantas do Convento de S. Francisco, escala aproximada 1/500.

Construídas a partir da "Planta Cronológica" da *Proposta de Restauro - Adaptação a Museu* da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém, desenho nº 4, escala 1/100, 1974 [Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, N°16].

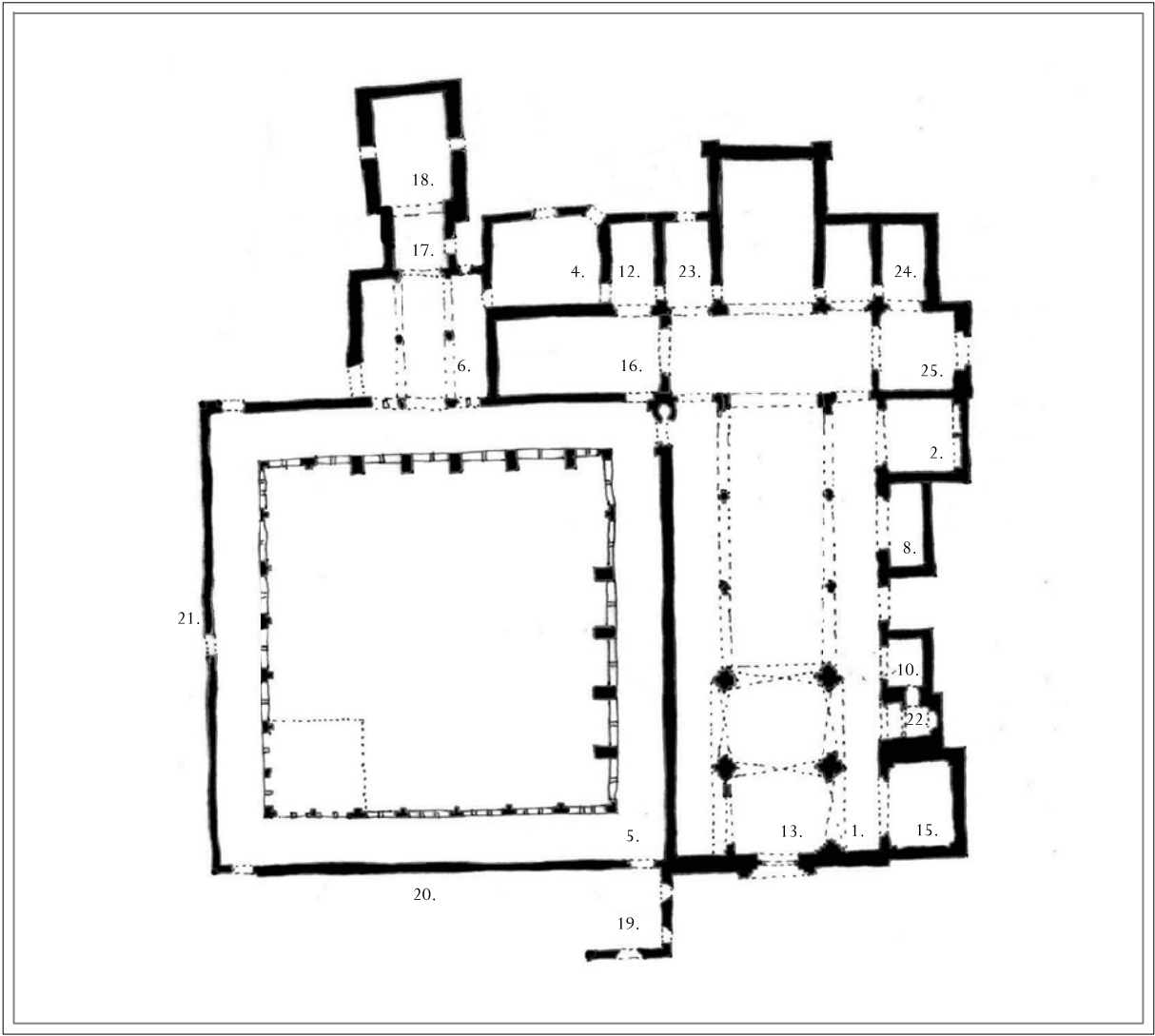
1. Igreja | 2. Capela de Sto. António | 3. Sala do Capítulo séc. XIII | 4. Sacristia | 5. Claustro | 6. Sala do Capítulo séc. XIV | 8. Capela de Sta. Ana |
9. Capela dos Ossos | 10. Porta Travessa | 11. Capela de Francisco de Barros | 12. Capela de S. Sebastião | 13. Coro-alto | 14. Torre Sincira | 15. Capela de S. Cristovão |



Planta século XVII (hipótese) - Sequência de Plantas do Convento de S. Francisco, escala aproximada 1/500.

Construídas a partir da "Planta Cronológica" da *Proposta de Restauro - Adaptação a Museu* da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém, desenho nº 4, escala 1/100, 1974 [Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, Nº16].

1. Igreja | 2. Capela de Sto. António | 4. Sacristia | 5. Claustro | 6. Sala do Capítulo séc. XIV | 8. Capela de Sta. Ana |
9. Capela dos Ossos | 10. Porta Travessa | 11. Capela de Francisco de Barros | 12. Capela de S. Sebastião | 13. Coro-alto | 14. Torre Sincira | 15. Capela de S. Cristovão |
16. Capela das Almas 17. Casa dos Estudos | 18. Capela da Ordem Terceira

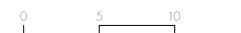


0 5 10 15m

Planta século XVIII (hipótese) - Sequência de Plantas do Convento de S. Francisco, escala aproximada 1/500.

Construídas a partir da "Planta Cronológica" da *Proposta de Restauro - Adaptação a Museu* da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém, desenho nº 4, escala 1/100, 1974 [Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, N.º16].

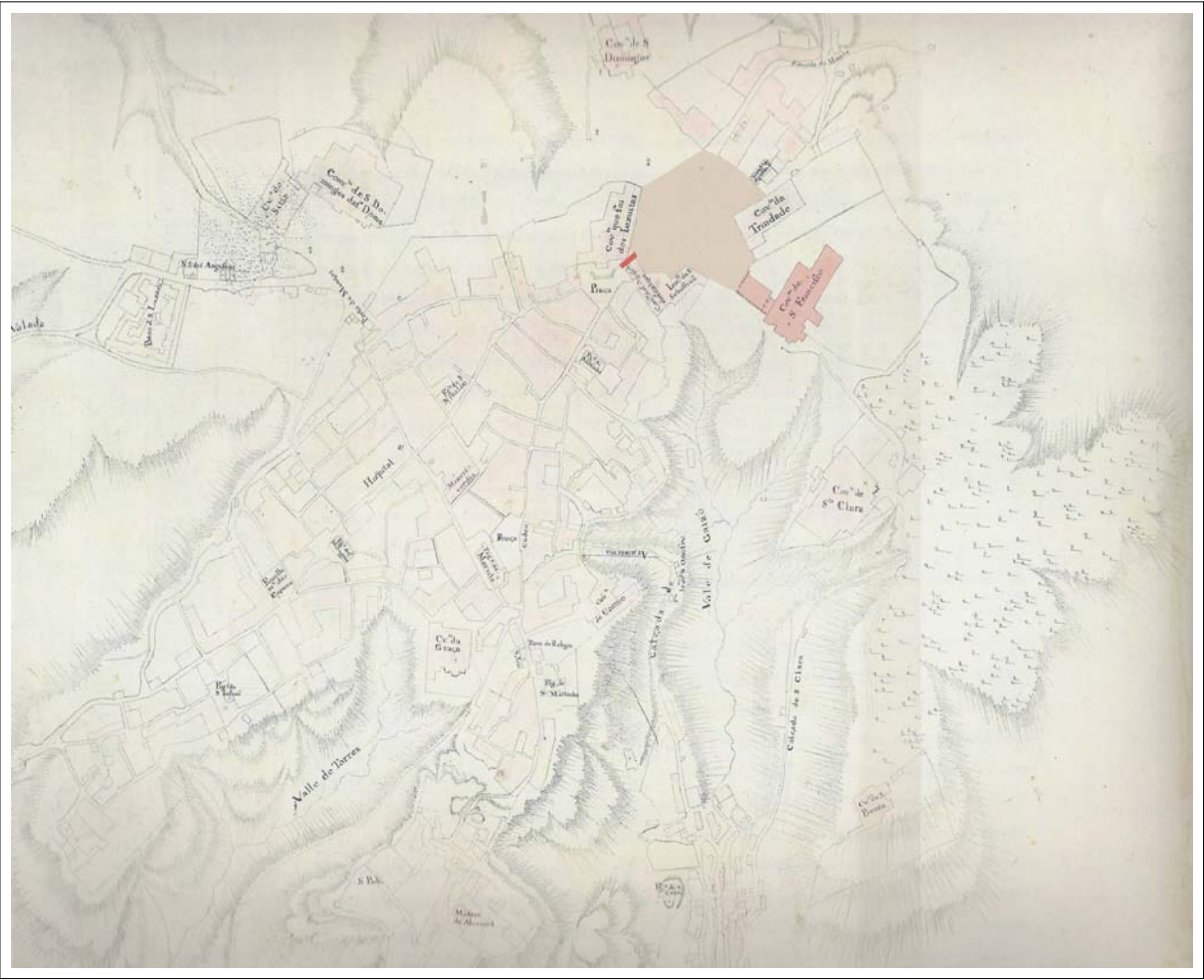
1. Igreja | 2. Capela de Sto. António | 3. Capela de S. Sebastião | 4. Sacristia | 5. Claustro | 6. Sala do Capítulo séc. XIV | 7. Capela de S. Cristovão | 8. Capela de Sta. Ana
9. Capela de S. Francisco de Barros | 10. Porta Travessa | 11. Capela de Francisco de Barros | 12. Capela de S. Sebastião | 13. Coro-alto | 14. Capela de S. Benedito | 15. Capela N. Sra. da Piedade
16. Capela das Almas | 17. Casa dos Estudos | 18. Capela da Ordem Terceira | 19. Casa da Portaria | 20. Dormitório | 21. Refeitório | 22. Capela de Francisco de Barros | 23. Capela S. Benedito | 24. Capela N. Sra. da Piedade | 25. Capela do Menino Jesus



Planta século XIX - Sequência de Plantas do Convento de S. Francisco, escala aproximada 1/500.

Construídas a partir da "Planta Cronológica" da *Proposta de Restauro - Adaptação a Museu* da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém, desenho n.º 4, escala 1/100, 1974 [Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo n.º 3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, N.º16].

Anexo 3

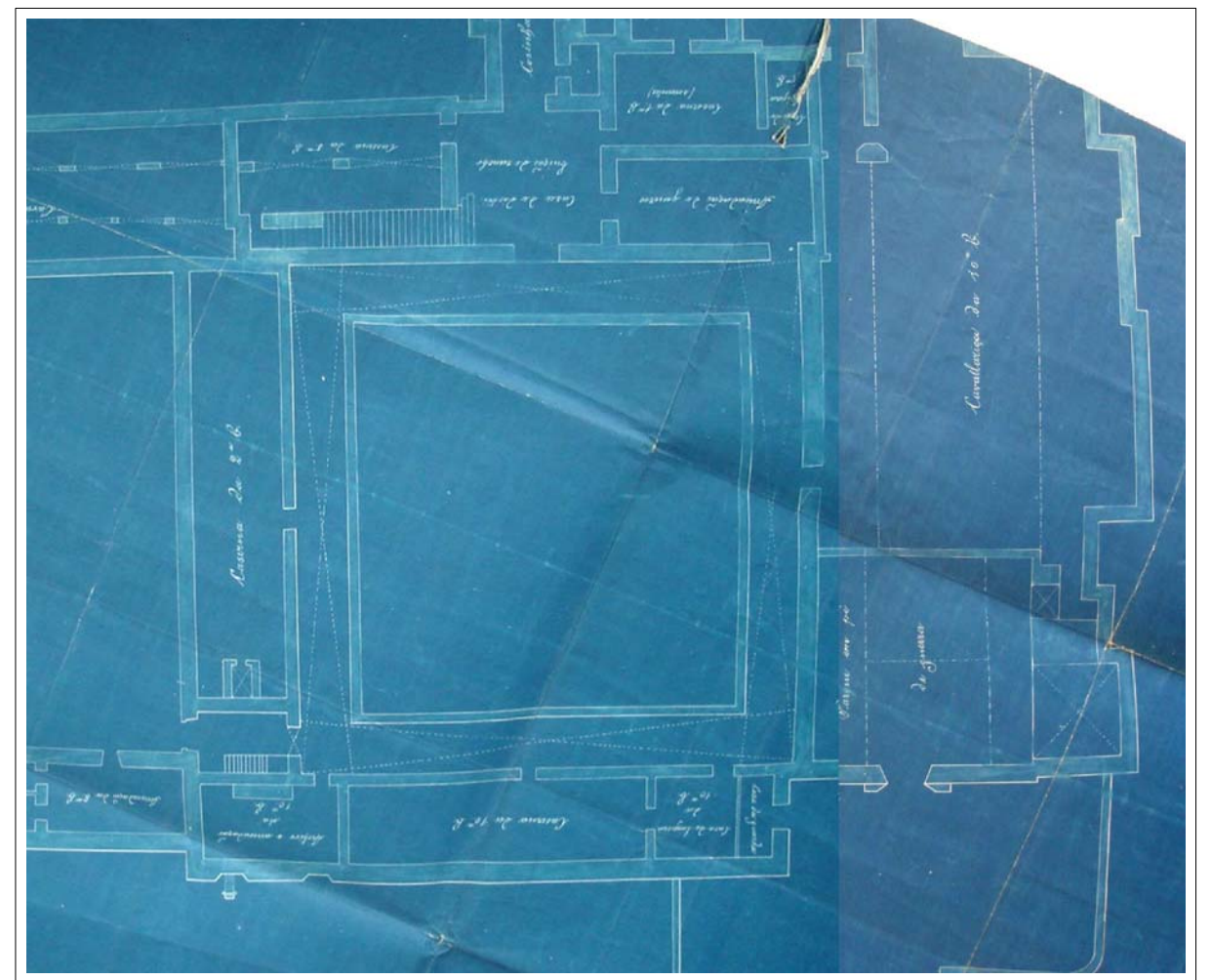


0 50 100 200m

Planta da Vila de Santarém, escala original aproximada 1/347, Segunda metade do séc. XVIII.

Base: Esboço colorido, IPCC.
in Jorge CUSTÓDIO et alii. *Santarém cidade do mundo*. 1ª Edição, Vol. I. CMS, Santarém, 1996, pág. 112.

Anexo 4



Planta do Quartel de S. Francisco, original sem escala, s/d.

Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº 3 "Quartel de S. Francisco", Assunto Nº 1 - Tombo. Montagem fotográfica.

Anexo 5

(transcrição de documento do Tombo Militar do Concelho de Santarém – Prédio Militar (PM) nº3 “Quartel de S. Francisco ou antigo Convento”/ Santarém de 21.04.1928. Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Caixa nº 1 – Diversos.)

De: Chefe da 2ª zona e Chefe da 12ª secção ao Comandante de Engenharia do Governo Militar de Lisboa

Data: 21.abril.1928

Assunto: Entrega ao Museu Municipal de Santarem do tumulo monumental pertencente à familia de D. Duarte de Menezes

Comandante do regimento de cavalaria nº4 pede “autorisação para fazer a cedencia ao Museu Municipal de Santarem do tumulo monumental, pertencente á familia de D. Duarte de Menezes, que se encontra na antiga capela do convento de S. Francisco, actualmente de dependência do quartel da referida unidade” encarrega-me sua Exª o Ministro da Guerra de favorável á cedencia auctoris que este se realize.

Anexo 6

(transcrição de documento do Tombo Militar do Concelho de Santarém – Prédio Militar (PM) nº3 “Quartel de S. Francisco ou antigo Convento”/ Santarém de 11.04.1910. Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Caixa nº 1 – Diversos.)

De: Presidente do Conselho Administrativo do Regimento de Artilharia nº3 – Nº586 – Santarém

Para: Chefe de 1ª Repartição da 5ª Direcção da Secretaria da Guerra – Lisboa

Data: 11.abril.1910

Assunto: Aproveitamento de uma pedra tumular

Existindo n'este regimento, desde uma data quanto me dizem bastante remota, fora da respectiva carga, uma pedra de marmore que fora a base d'um tumulo e ultimamente se achava na antiga sala dos officiaes, onde servia de meza, mas que agora que este compartimento se destina a casa de aula dos sargentos, ali causa bastante estorvo, em vista das suas avantajadas proporções; não se encontrando á mesma uma appllicação condigna ou proveitosa e sendo de toda a necessidade, que o compartimento destinado a sala de honra, a cuja obra de ultimação se vai proceder, seja convenientemente mobilado, venho rogar a S. Exª o Director se digne sollicitar de Sua Exª o Ministro da Guerra, auctorisação para a venda em leilão da referida pedra, sendo a sua importancia applicada á compra de mobília a que acima me refiro.

José Maria da Silva Basto Junior, Coronel.

Anexo 7

(transcrição de documento do Tombo Militar do Concelho de Santarém – Prédio Militar (PM) nº3 “Quartel de S. Francisco ou antigo Convento”/ Santarém de 21.11.1910. Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Caixa nº 1 – Diversos.)

De: *Chefe da 2ª Secção do Serviço Dep. — Inspeção das Fortificações e Obras Militares para o Museu Municipal de S. João de Alporão*

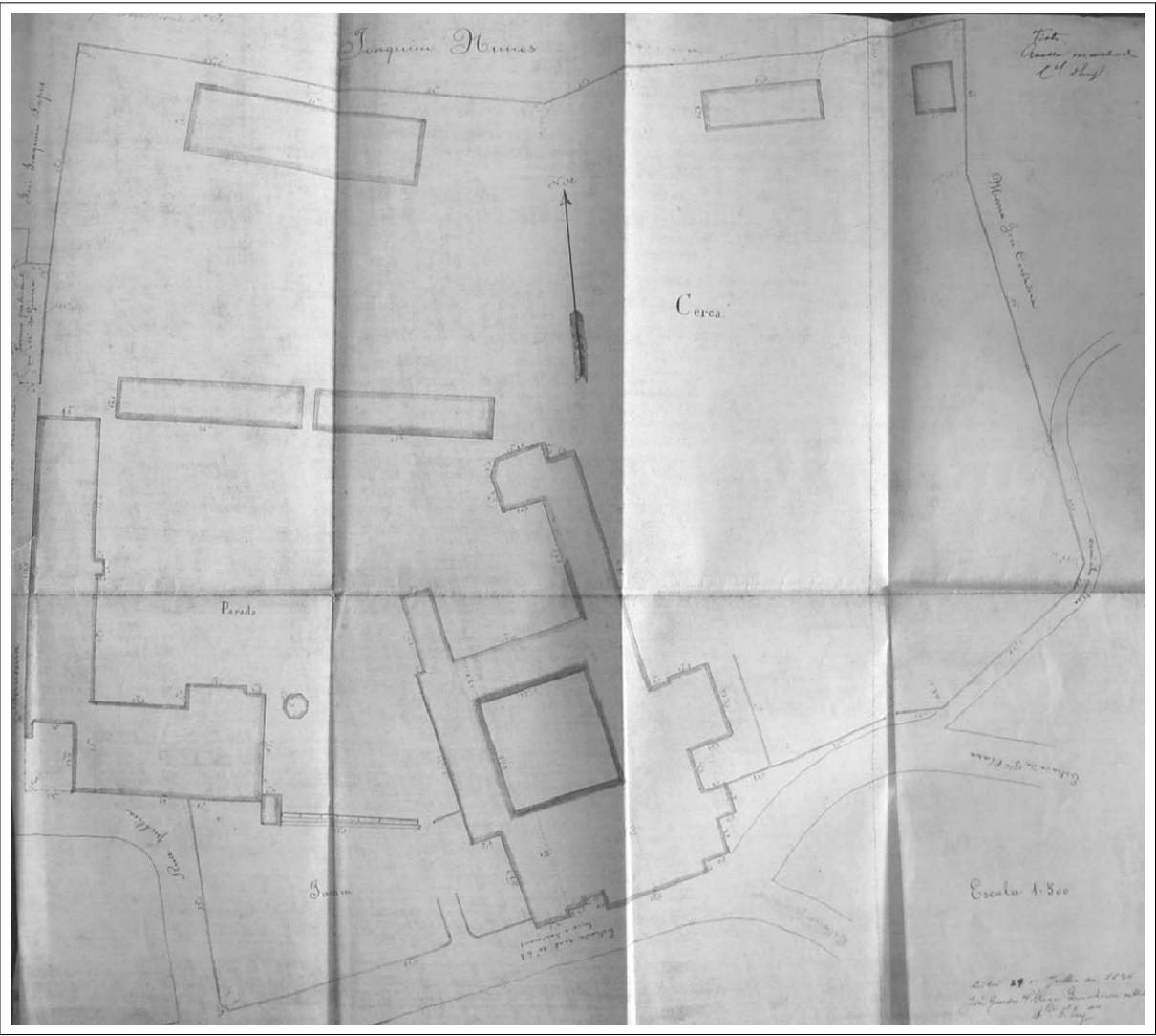
Para: *Inspector de engenharia na 1ª divisão militar de Lisboa*

Data: *21.novembro.1910. Nº 15II-Q*

Assunto: *Cedencia á Camara municipal de Santarem de umas hobreiras de pedra existentes no convento.*

O Exº Snr. General Inspector comunica ao Inspector de engenharia na 1ª divisão militar de Lisboa que “o Exº Snr. Ministro da Guerra auctorisa a cedencia á Camara municipal de Santarem de umas hobreiras de pedra existentes no edificio so extincto convento de S. Francisco, hoje quartel do regimento de artilharia nº3 naquella cidade.

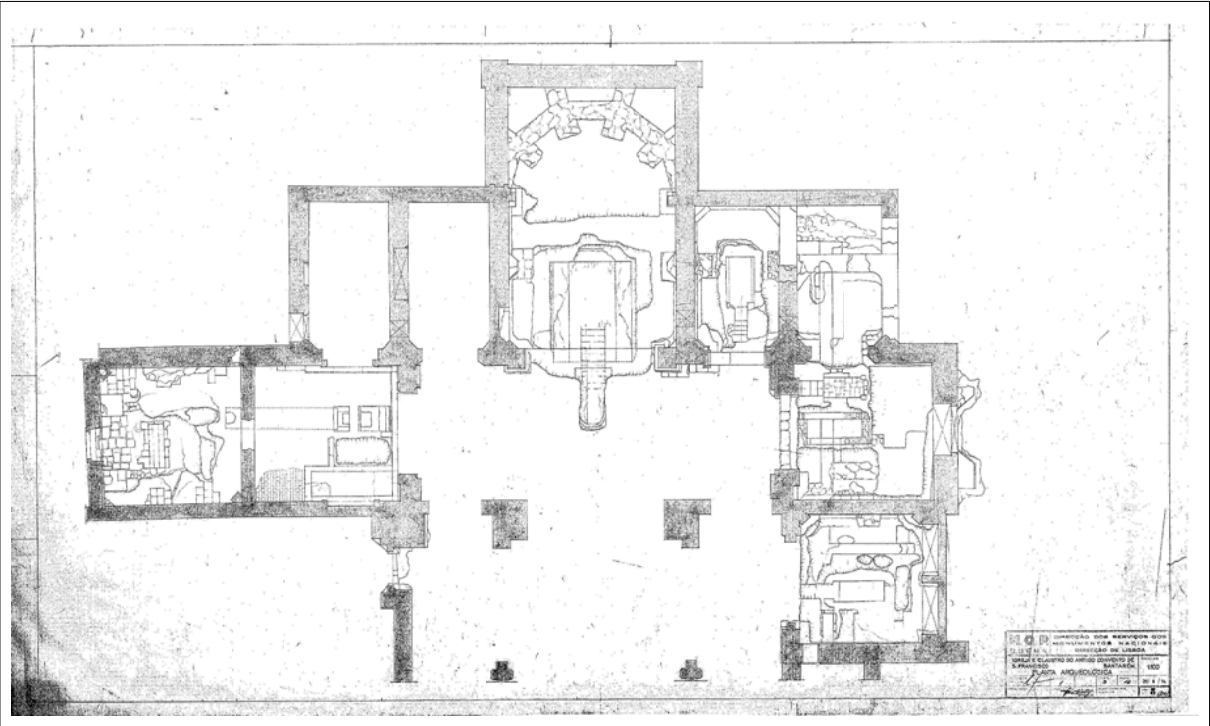
Anexo 8



0 5 10 25m

Planta do antigo Convento de S. Francisco e do antigo Convento da Trindade, escala original 1/500, 27.07.1896.
Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Assunto Nº1 - Tombo.

Anexo 9

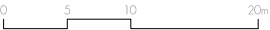
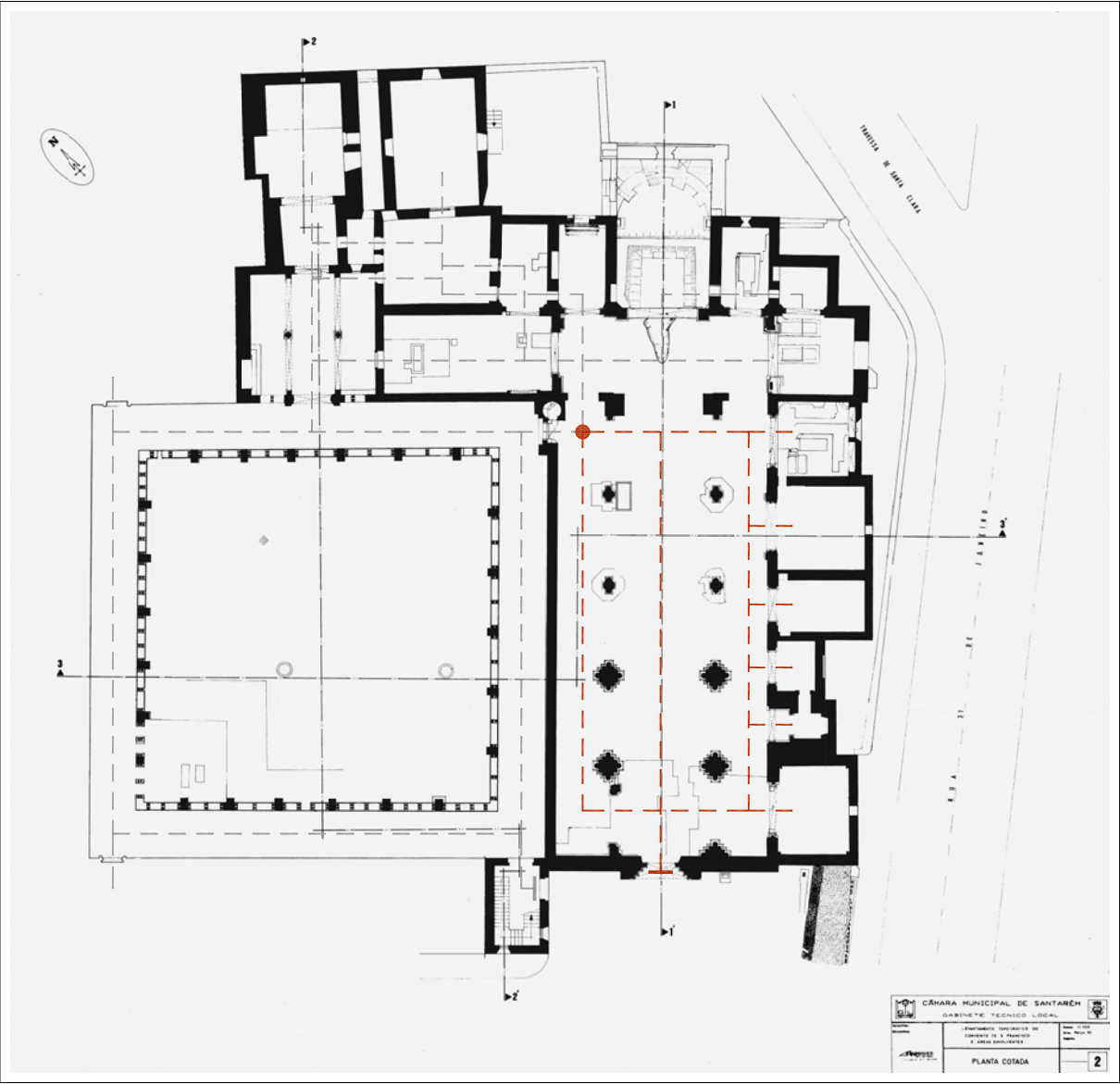


0 2.5 5 10m

Planta Arqueológica, escala original 1/100, 1974.

DGEMN, Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém - Proposta de Restauro Adaptação a Museu, desenho nº 3.
Em: Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, Nº16.

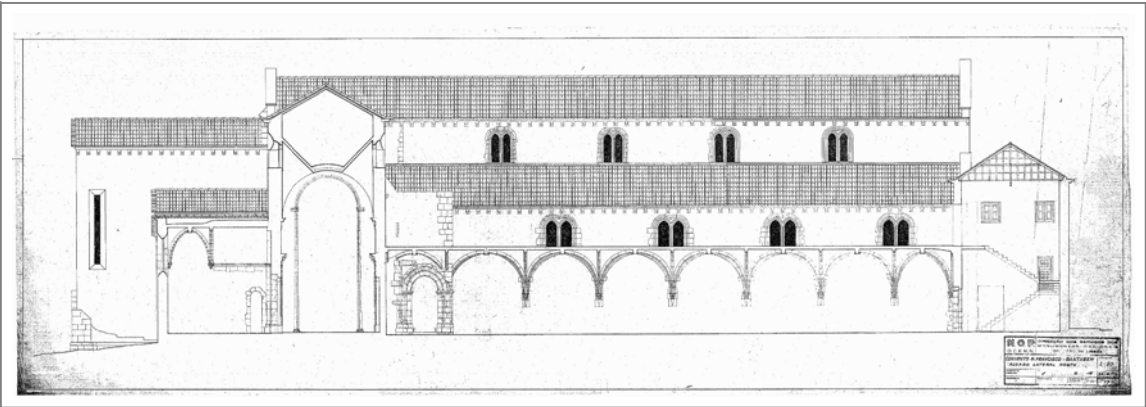
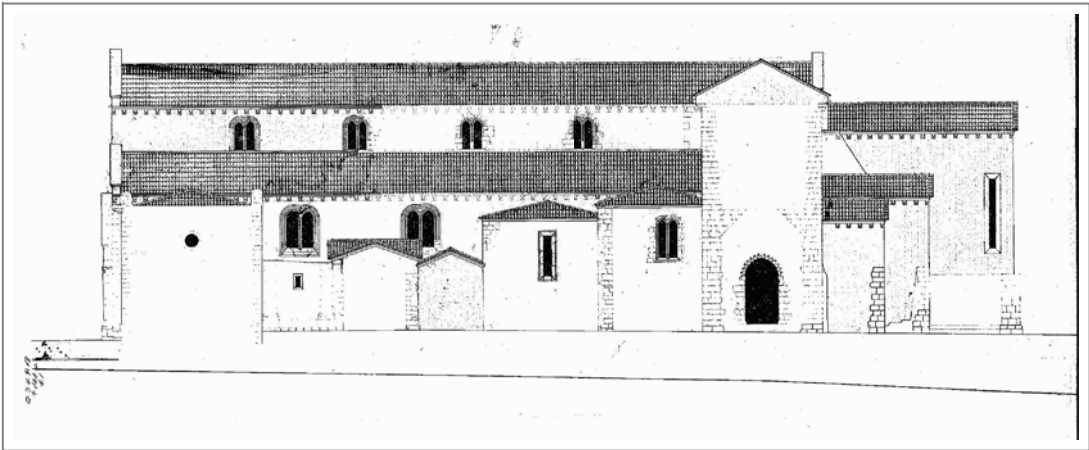
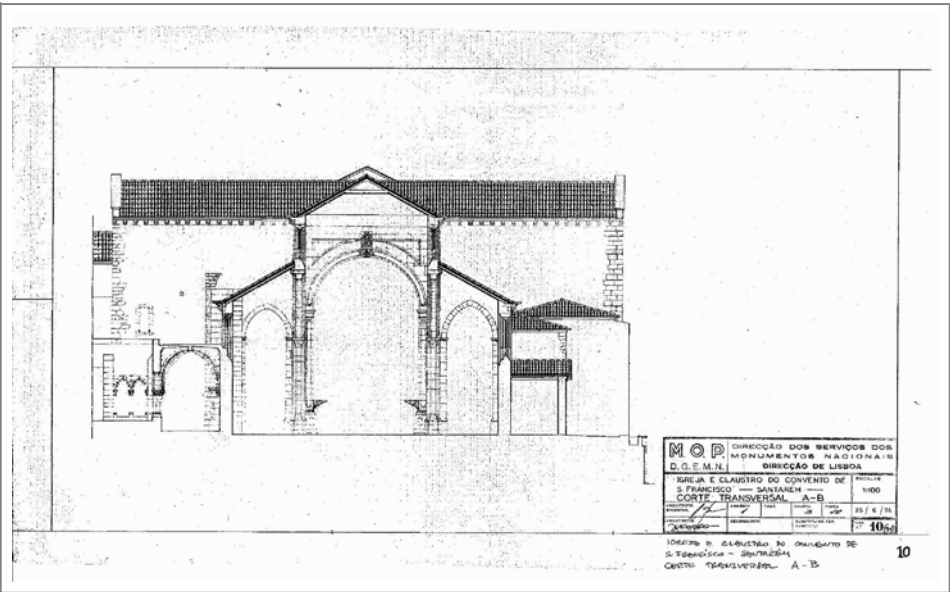
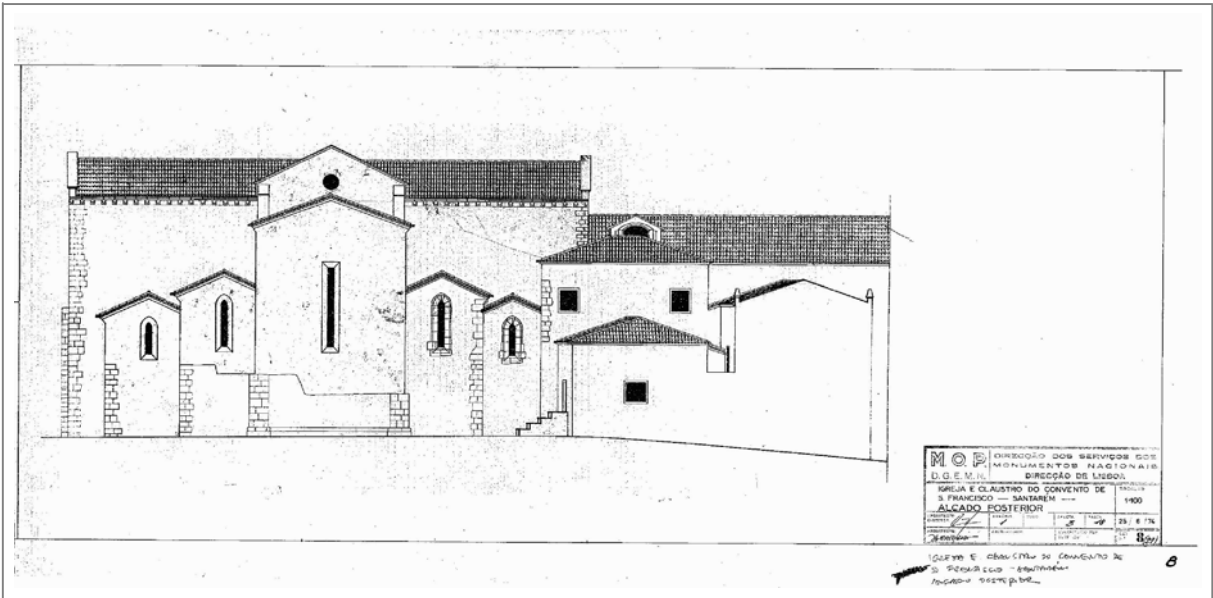
Anexo 10



Percursos Internos - Planta Cotada, escala original 1/100, 1992.

Imagem sobre: DGEMN, Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém - Proposta de Restauro Adaptação a Museu, Levantamento Topográfico do Convento de S. Francisco e Áreas Envolventes, desenho nº 2.
Em: Processo "Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém", IPPAR e CMS. (cedência Atelier15)

— Percorso Interno Público | — Percorso Interno Privado | ● Intersecção do Percorso Público com o Percorso Privado



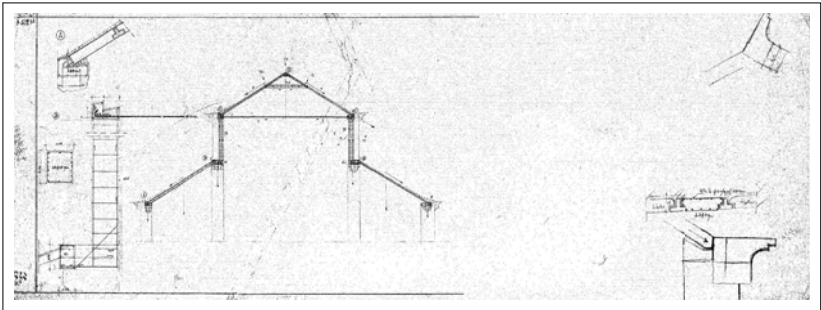
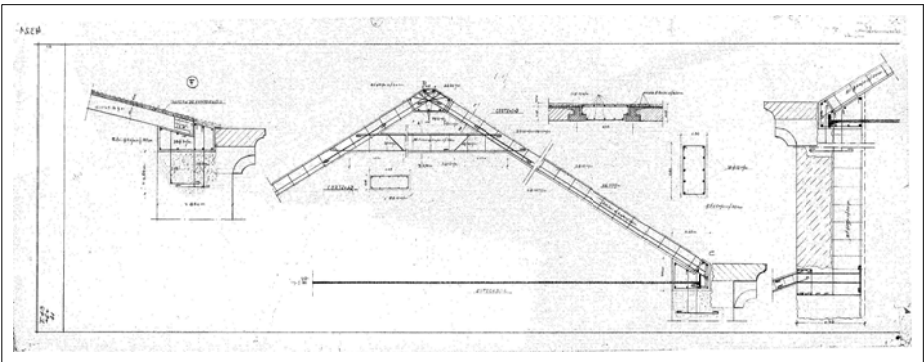
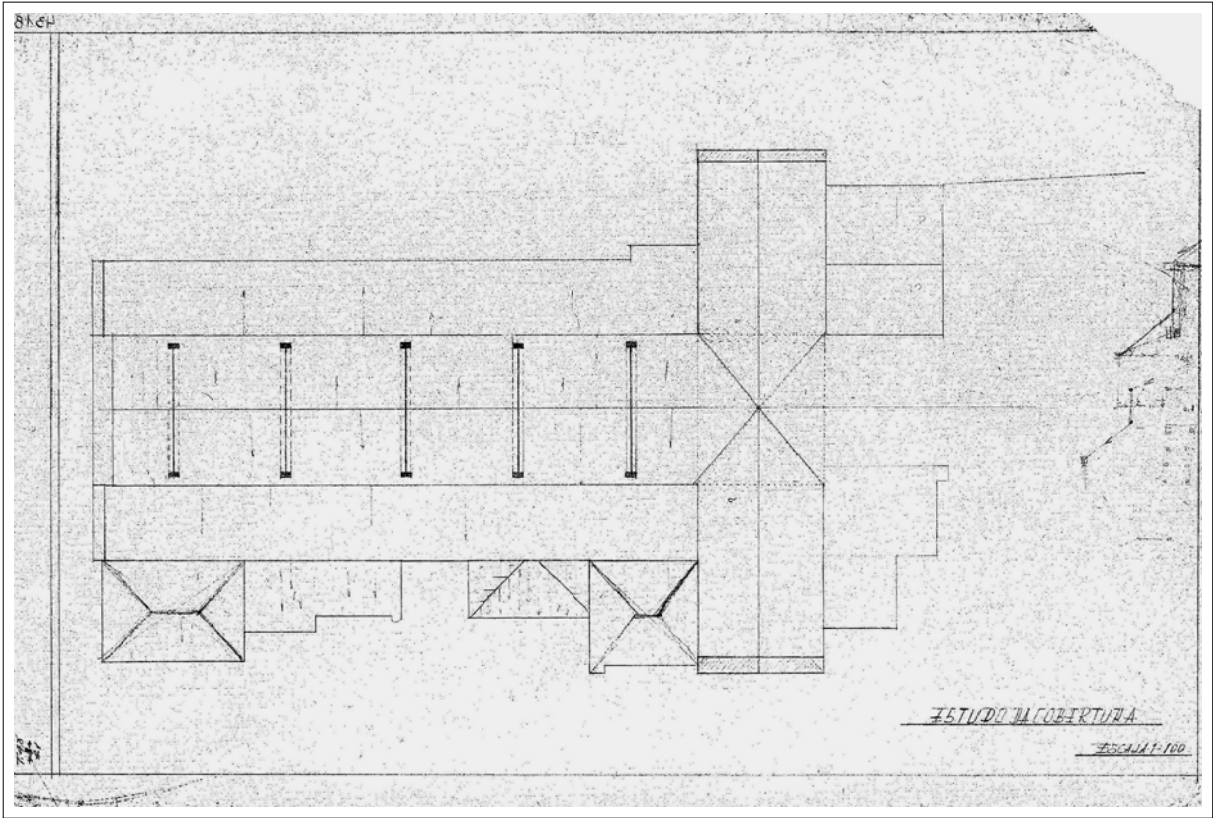
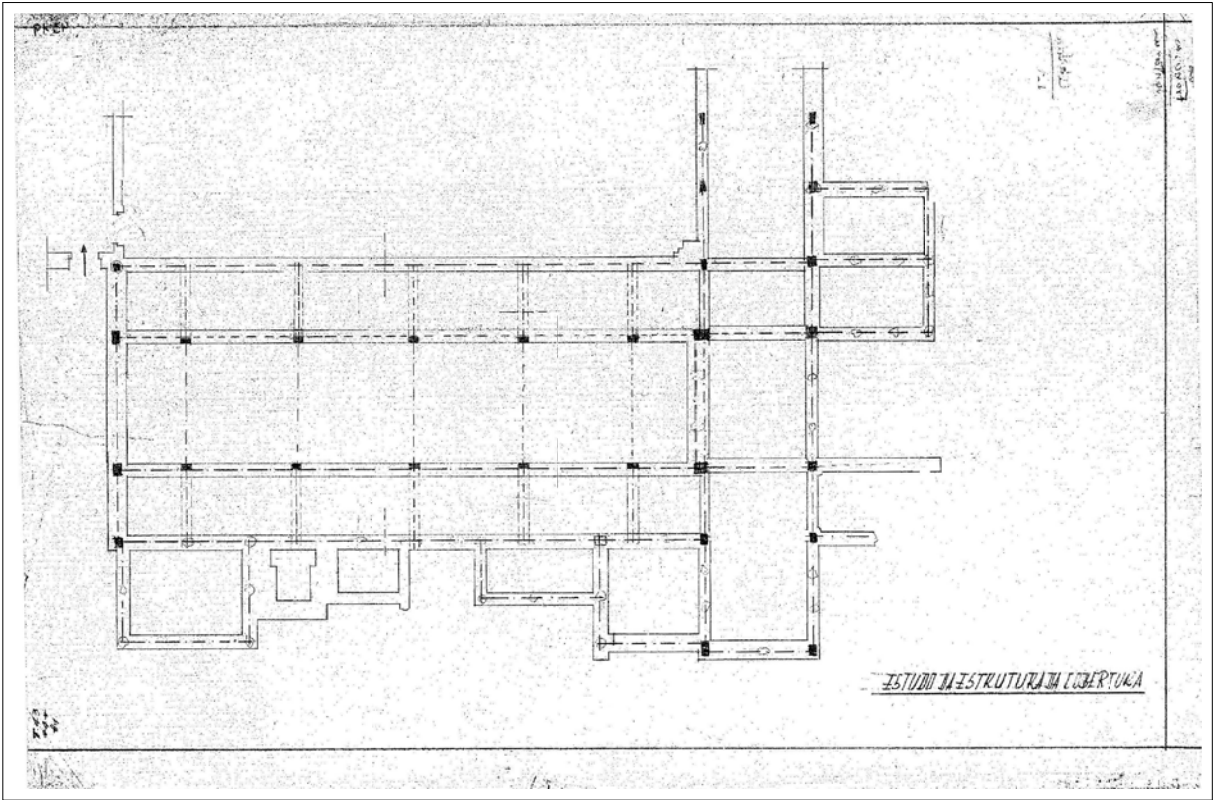
Alçado Posterior, escala original 1/100, 1974.
Alçado Lateral Sul, s/ escala, s/d.

Fontes Documentais do IHRU do IPA nº PT031416210006, Desenho.050658, Desenho.050646
<http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C.aspx>

Corte Transversal A-B, escala original 1/100, 1974.
Alçado Lateral Norte, escala original 1/50, 1974.

Fontes Documentais do IHRU do IPA nº PT031416210006, Desenho.050655, Desenho.050649
<http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_C.aspx>

Anexo 12

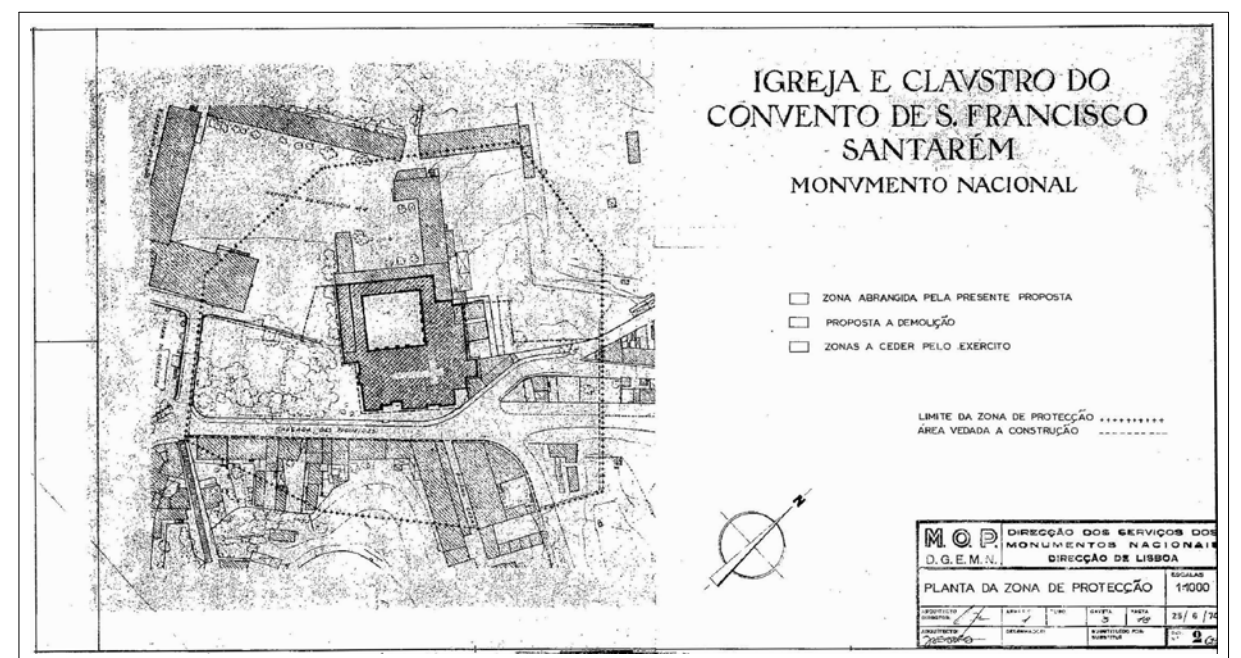


0 5 10 20m



0 5 10 20m

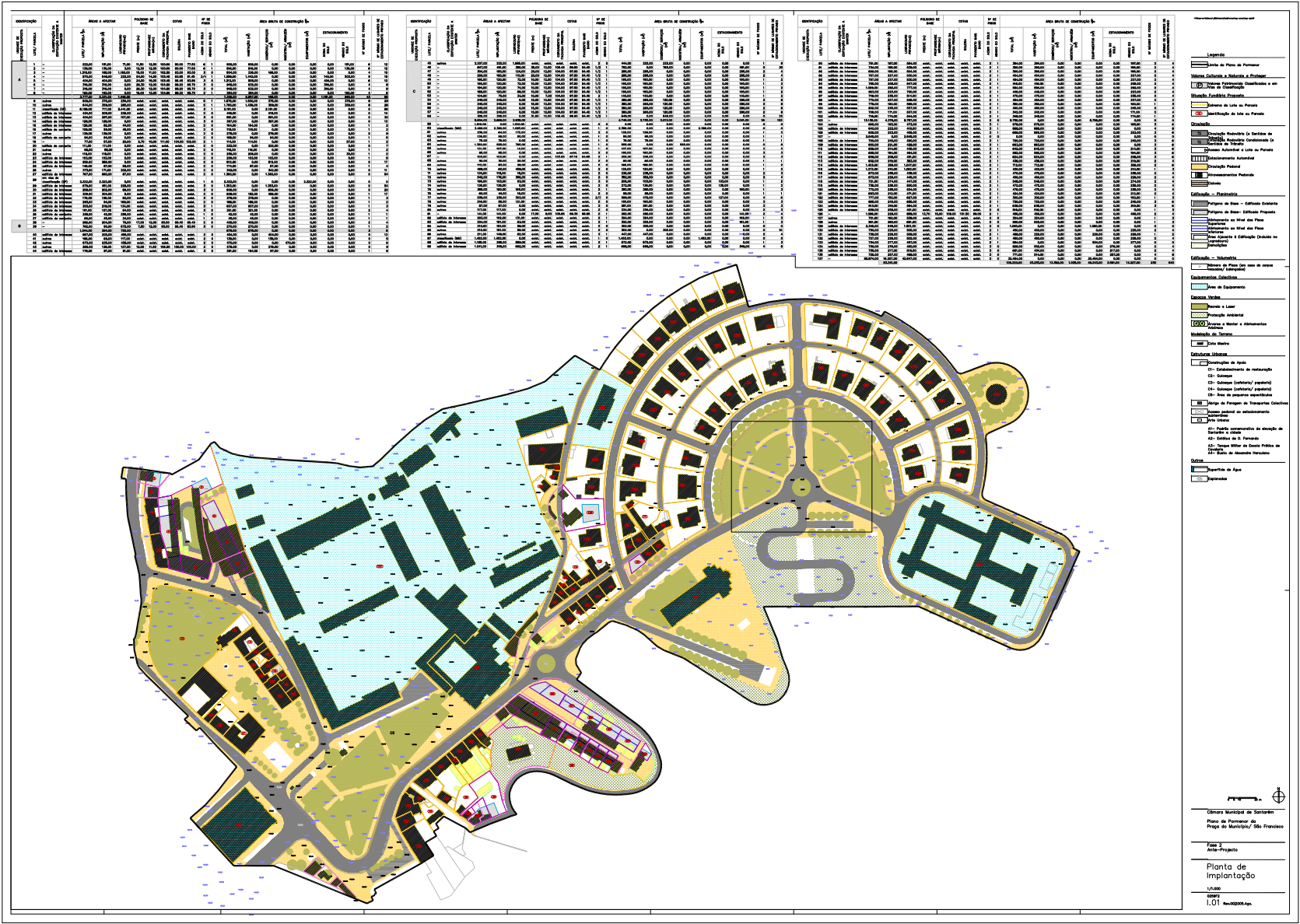
Anexo 13



Planta da Zona de Protecção, escala original 1/1000, 1974.

DGEMN, Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém - Proposta de Restauro Adaptação a Museu, desenho n.º 2.
Em: Processo "Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco em Santarém", IPPAR e CMS. (cedência Atelier15)

Anexo 15



Planta Cronológica, escala original 1/100, 1974.

DGEMN, Igreja e Claustro do Convento de S. Francisco - Santarém - Proposta de Restauro Adaptação a Museu, desenho nº 4.

Em: Direcção de Infra-Estruturas de Exército Português, Processo nº3 "Quartel de S. Francisco", Cx.6, Nº16.

Agradecimentos

Ao arquitecto José Manuel Soares pela orientação desta dissertação, pelo apoio, paciência e entusiasmo.

À Ana Braz, à Dri, à Daniela e ao Vítor pela amizade, apoio e imenso profissionalismo.

Ao Arquivo Militar.

Ao Atelier 15, na pessoa do arquitecto Sérgio Fernandez, pela disponibilização do material do Concurso de Ideias.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Santarém pela sua disponibilidade, com especial agradecimento à Helena Vicente.

À Câmara Municipal de Santarém, em especial ao Dr. Marco Loja (Historiador) pela motivação e empenho, ao Dr. Luís Mata (Historiador), à Dra. Inês Serafim (Departamento de Urbanismo), à Ana Paula Almeida (Casa do Brasil), à Carmen pela paciência no acompanhamento das visitas ao Convento.

Ao IGESPAR Lisboa (Av. de Berna), na pessoa do arquitecto Paulo Martins e da Dra. Isabel.

Ao IGESPAR Porto (Casa de Ramalde), na pessoa da arquitecta Ângela Melo pela disponibilidade.

Ao atelier J. P. Falcão de Campos, por parte da formação que me permitiu chegar aqui.

Ao arquitecto Pedro Alarcão, na informação para a decisão.

À Sofia Saraiva, pela visão sobre Alcobaça.

